

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

LETÍCIA LEAL

**A CAPITANIA DE MINAS GERAIS NO PERÍODO COLONIAL: UM ESTUDO A
PARTIR DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA**

Alfenas/MG

2022

LETÍCIA LEAL

A CAPITANIA DE MINAS GERAIS NO PERÍODO COLONIAL: UM ESTUDO A
PARTIR DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: dinâmica dos espaços rurais e urbanos.

Orientador: Prof. Dr. Gil Carlos Silveira Porto

Alfenas/MG

2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas

L435c Leal, Leticia.
A capitania de Minas Gerais no período colonial: um estudo a partir da formação socioespacial brasileira / Leticia Leal. -- Alfenas/MG, 2022.

101f.: il. --
Orientador: Gil Carlos Silveira Porto.
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, 2021.
Bibliografia.

1. Geografia Histórica. 2. Arranjo Espacial. 3. Fixos. 4. Fluxos.
I. Porto, Gil Carlos Silveira, orient. II. Título.

Ficha Catalográfica elaborada por Fátima dos Reis Goiatá
Bibliotecária-Documentalista CRB/6-425

LETÍCIA LEAL

A CAPITANIA DE MINAS GERAIS NO PERÍODO COLONIAL: UM ESTUDO A PARTIR DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA

A Banca examinadora abaixo-assinada aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Análise Sócio-espacial e Ambiental.

Aprovada em: 17 de fevereiro de 2022

Prof. Dr. Gil Carlos Silveira Porto
Instituição: Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa
Instituição: Universidade de Brasília - UNB

Prof. Dr. Alfredo Costa
Instituição: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS



Documento assinado eletronicamente por Gil Carlos Silveira Porto, Professor do Magistério Superior, em 28/03/2022, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Alfredo Costa, Usuário Externo, em 28/03/2022, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Everaldo Batista da Costa, Usuário Externo, em 28/03/2022, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0699471 e o código CRC BDF285B5.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

Entre os anos de 1720 e 1822, Minas Gerais foi estabelecida como uma capitania do Brasil colonial. Esse estabelecimento político territorial foi resultado da dinamização de fixos e fluxos que foram constituídos na região frente a intensificação da mineração. Dessa maneira, a formação socioespacial brasileira, além de ser reflexo e condição do que acontecia na metrópole portuguesa, foi sendo moldada e produzida, também a partir do que acontecia em Minas Gerais e nas outras províncias. Assim, o objetivo desta pesquisa é entender a lógica da configuração territorial de Minas Gerais a partir de seu arranjo espacial na transição do período pré-técnico para o meio técnico e na formação socioespacial brasileira. Para isso, foram feitas pesquisas bibliográficas com a finalidade de construir discussões teóricas e empíricas sobre a geografia histórica, a formação socioespacial, a capitania de Minas Gerais e o Brasil colonial. Destaca-se a importância da cartografia histórica para a metodologia da pesquisa. Dessa maneira, foi possível compreender a relação de Minas Gerais com outras capitanias brasileiras, a criação de caminhos entre as capitanias e a formação de vilas em Minas Gerais. Por fim, apresenta-se as contribuições teóricas e empíricas deste estudo para o cenário atual da ciência geográfica brasileira.

Palavras-chave: Geografia Histórica. Arranjo Espacial. Fixos. Fluxos.

ABSTRACT

Between 1720 and 1822, Minas Gerais was established as a captaincy of Brazil during the colonial period. This decision was made due to the results of the dinamization of fixed assets and flows that were happening at the region with the intensification of mining activities. In this way, the constitution of brazilian socio-spatia, in addition to being a reflection and condition of what was happening in the Portuguese metropolis, it was shaped and produced, also based on what was happening in Minas Gerais and in other provinces. Thus, the main objective of this research is understand the territorial configuration of Minas Gerais in a logical way, analyzing the spatial arrangement during the transiction of the periods pre-technician to the technical linking those to the brazilian socio-spatial form. For this, bibliographical researches were made aiming to construct theoretical and empiric discussions regarding geographic history, the socio-spatial formation of Minas Gerais and the colonial Brazil. The historic cartography has an important role to the metodology of this research. In this way, it was possible comprehend the relation between Minas Gerais to other brazilian captaincies and the formation of villages in Minas Gerais. Finally, the theoric and empirical contributions are presented at this study to the current scenario of brazilian geographic science.

Keywords: Historical Geography. Spatial Arrangement. Fixed. Flows.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa Político do Estado de Minas Gerais.....	11
Figura 2 - Distribuição Espacial da População em Minas Gerais, em 2010.....	12
Figura 3 - Delimitação das fronteiras do Brasil colonial em 1749.....	46
Figura 4 - Carta Suite du Bresil, 1754.....	50
Figura 5 - População da capitania de Minas Gerais, 1742 – 1808.....	66
Figura 6 - Mappa da capitania de Minas Geraes, 1793.....	70
Figura 7 - Colonização do território mineiro: criação de vilas e termos (séc. XVIII)...	76
Figura 8 - Os principais caminhos na capitania de Minas Gerais, em 1778.....	84
Figura 9 - Região Central de Minas Gerais e fatores de modernização.....	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Crescimento populacional na capitania de Minas Gerais e no Brasil entre 1776 e 1821.....	67
Tabela 2 - Fundação de Vilas e Termos em Minas Gerais no século XVIII.....	75
Tabela 3 - Vilas criadas na zona do ouro e diamantes ao longo do Setecentos.....	77

.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	O ESTUDO DO ESPAÇO E DO TEMPO NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA.....	18
2.1	A GEOGRAFIA HISTÓRICA E A PERIODIZAÇÃO.....	20
2.2	O DESENVOLVIMENTO DA GEOGRAFIA HISTÓRICA.....	23
2.3	A TÉCNICA E A GEOGRAFIA HISTÓRICA: PERIODIZAÇÃO.....	27
3	O DIÁLOGO ENTRE MARX, SANTOS E MOREIRA.....	33
3.1	A FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL.....	33
3.2	A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL.....	36
3.3	A FORMAÇÃO ESPACIAL.....	40
4	A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA ENTRE O PERÍODO “PRÉ-TÉCNICO” E O PERÍODO DOS “MEIOS TÉCNICOS”	44
4.1	A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E O BANDEIRANTISMO.....	47
4.2	A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL, A DINÂMICA POPULACIONAL E A CRIAÇÃO DE VILAS.....	48
4.3	A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E A INDÚSTRIA AÇUCAREIRA.....	51
4.4	A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL, A ATIVIDADE PECUÁRIA E A MINERAÇÃO.....	55
4.5	A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E A MINERAÇÃO.....	60
5	A CAPITANIA DE MINAS GERAIS COMO UMA FRAÇÃO DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA.....	65
5.1	O PAPEL DA COROA, A CRIAÇÃO DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS E DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS....	68
5.2	POVOAMENTO E URBANIZAÇÃO NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS.....	74

6	OS CAMINHOS NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS E A INTEGRAÇÃO COM A COLÔNIA.....	81
6.1	PRINCIPAIS CAMINHOS QUE INTEGRAVAM A CAPITANIA DE MINAS GERAIS À FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA...	83
6.2	OS DESCAMINHOS E OUTRAS FUNÇÕES DAS ESTRADAS OU PICADAS.....	89
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
	REFERÊNCIAS.....	98

1 INTRODUÇÃO

A geografia, ao longo do desenvolvimento científico, se responsabilizou pelo estudo do espaço. Este espaço é construído por meio das relações entre os seres humanos e o meio habitado, o que orienta a sociedade em seus mais diversos aspectos. Uma vez que o espaço é construído, ele é um produto histórico que está em constante formação.

A formação econômica foi um termo pensado e desenvolvido por Karl Marx para a compreensão da sociedade. Os estudos deste filósofo caminharam para a elaboração da formação econômica e social, uma categoria que busca compreender a sociedade em sua totalidade e em suas frações.

O período do movimento da geografia crítica promoveu a apropriação e operacionalização da categoria marxista “formação econômica e social” para a geografia. O geógrafo Milton Santos (1977) integrou o espaço à discussão/teoria formação econômica e social de Marx, assim esta categoria foi integrada pela geografia e passou a ser denominada pelo autor de formação socioespacial. Posteriormente, Ruy Moreira (2011) também contribuiu com a discussão e a ampliação do debate sobre a formação espacial.

Tanto a formação socioespacial como a formação espacial possibilitam a compreensão totalizante do espaço geográfico. Este espaço é social e, ao ser construído historicamente, não é possível desvinculá-lo de seu passado. A inseparabilidade entre o espaço e o tempo abre possibilidades para estudos em diferentes temas da geografia. O espaço do presente é resultado das transformações ocorridas no espaço pretérito. Assim, esta consideração possibilita a formação da geografia histórica como uma subárea da geografia, que por meio da empiricização do tempo, o espaço pretérito se tornou objeto de estudo.

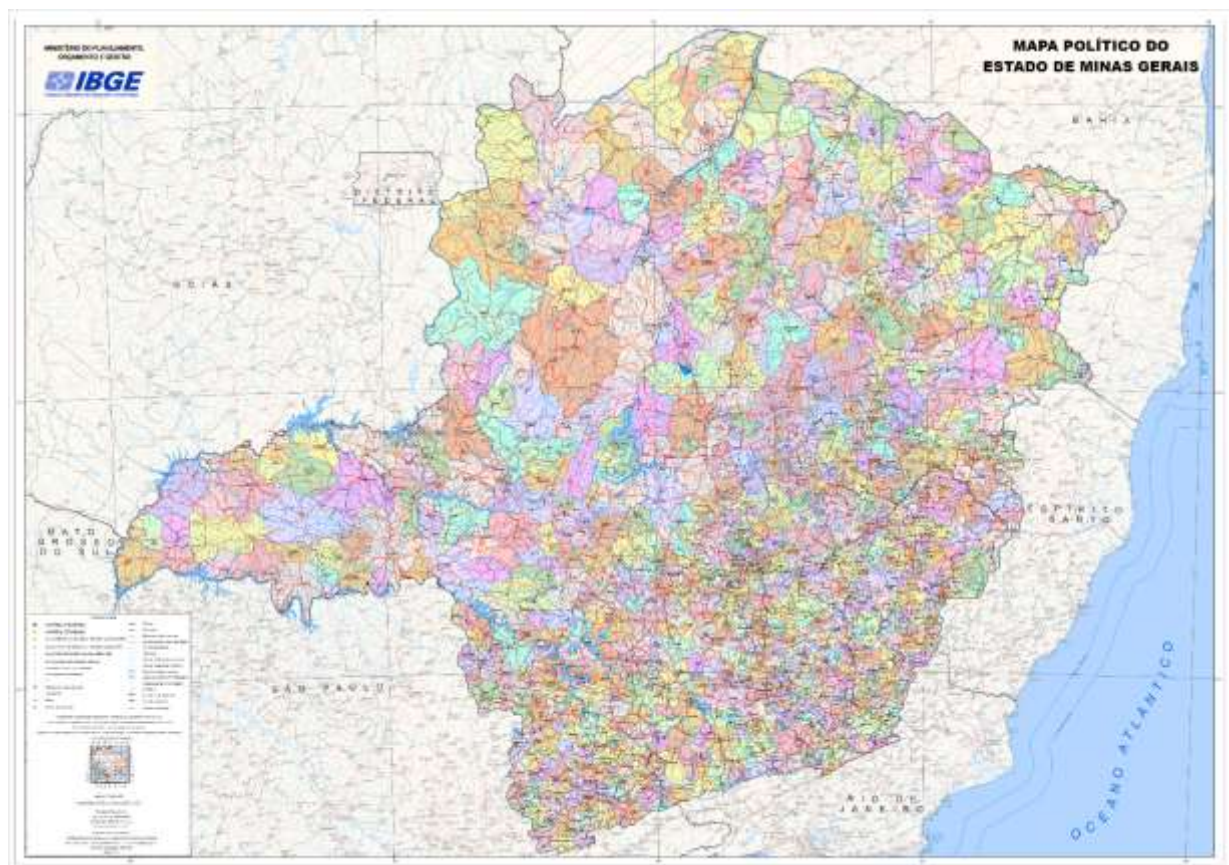
Para a presente pesquisa, buscou-se estudar a capitania de Minas Gerais na formação socioespacial brasileira entre 1720 e 1822. Ao longo do período colonial, a capitania de Minas Gerais recebeu destaque pela riqueza gerada da mineração e pelas demais atividades econômicas. Configurou-se um rápido e problemático povoamento, uma vez que não havia estrutura para tanto e muitos povoados foram devastados pela mortalidade em massa frente aos empecilhos do meio natural. Em 1720, a capitania de Minas Gerais se tornou um território independente administrativamente, uma vez que anteriormente estava vinculada ao Rio de Janeiro

e à São Paulo. O ano de 1822 marca o fim do período colonial. Ao longo de período proposto para esta pesquisa, o território de Minas Gerais foi pouco alterado em suas divisas, quando comparado com a configuração atual. Como exemplo desta constatação, é possível citar as cidades do oeste do estado, hoje representadas pelo triângulo mineiro.

Atualmente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021 A), a área territorial de Minas Gerais é de 586.513,993 km². Este dado classifica Minas Gerais como a 4^a maior unidade federativa do Brasil e a maior unidade federativa da região Sudeste. Em Minas Gerais estão localizados 853 municípios, sendo Belo Horizonte a capital.

O mapa a seguir, figura 1, apresenta o território de Minas Gerais. Neste mapa, é possível observar as unidades federativas fronteiriças, os municípios classificados pelo número de habitantes, estruturas de transporte e elementos físicos, como os rios e seus afluentes.

Figura 1 - Mapa Político do Estado de Minas Gerais.



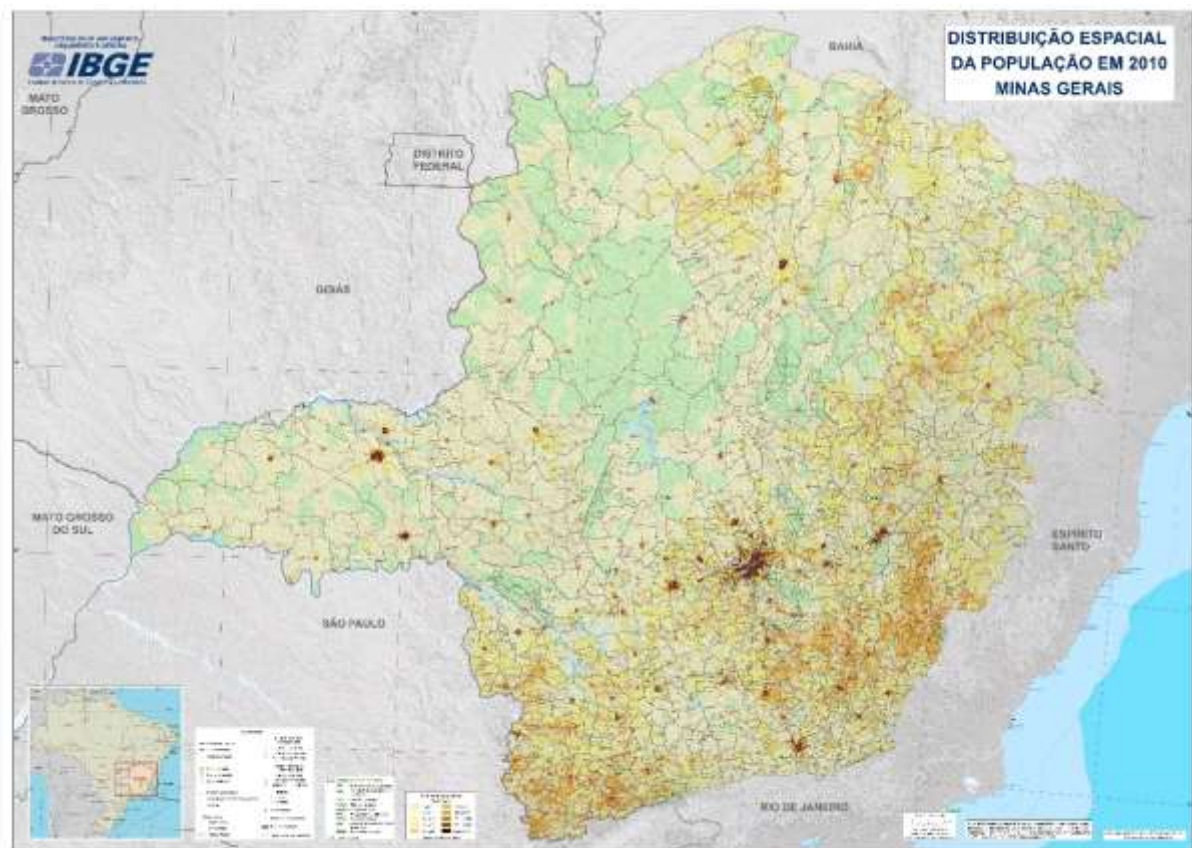
FONTE: IBGE, 2021.

Observa-se na figura 1 a proximidade de Minas Gerais com as demais unidades federativas do Sudeste: Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. Bem como a proximidade com unidades federativas de demais regiões brasileiras, como Bahia, Goiás e Mato Grosso do Sul. Por fim, destaca-se a proximidade com Brasília, o distrito federal.

A unidade federativa de Minas Gerais está dividida em 12 mesorregiões, sendo estas: Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Rio Doce, Oeste de Minas, Sul e Sudoeste de Minas, Campos das Vertentes e Zona da Mata.

Em 2021, a população estimada de Minas Gerais era de 21.411.923 pessoas (IBGE, 2021). A Figura 2, a seguir, apresenta a distribuição espacial da população em Minas Gerais.

Figura 2 - Distribuição Espacial da População em Minas Gerais, em 2010.



Fonte: IBGE, 2021.

Na figura 2, é possível constatar a densidade demográfica nos municípios de

Minas Gerais. A densidade demográfica está expressa pelas cores, sendo a tonalidade extrema do marrom as áreas e municípios com mais de 500 hab/km². A capital Belo Horizonte e os municípios próximos apresentam um aglomerado de alta densidade demográfica. Pontua-se as porções leste e sul de Minas Gerais pela prevalência de cores alaranjadas, que indicam uma relevante densidade demográfica. Estas áreas estão próximas ao Rio de Janeiro e à São Paulo.

A partir da breve descrição geral da atual formação de Minas Gerais, entende-se que a dinâmica dos objetos e das ações do presente foi também condicionada pelos eventos e arranjos identificados no período trabalhado, ou seja, os objetos e as ações do passado.

Assim, para um estudo geográfico sobre as Minas Gerais colonial, a teoria das mediações e a categoria formação socioespacial foi utilizada com o intuito de compreender o espaço em sua totalidade. Por meio de tal categoria, as instâncias e o arranjo espacial de Minas Gerais podem ser compreendidos e contribuem para o entendimento do espaço presente.

A presente pesquisa teve como objetivo geral entender a lógica da configuração territorial de Minas Gerais a partir de seu arranjo espacial na transição do período natural para o meio técnico. Como objetivos específicos que nortearam a pesquisa, elegemos: contribuir com o desenvolvimento da geografia histórica marxista; analisar o desenvolvimento colonial brasileiro a partir da integração entre as capitanias; entender a formação do território da zona mineira entre 1720 e 1822, a partir dos caminhos, povoamentos e zonas de mineração.

Sobre a metodologia desenvolvida, destaca-se o estudo geográfico sobre Minas Gerais e a formação socioespacial brasileira no período colonial. Considera-se a pesquisa teórico-metodológica no âmbito da ciência geográfica, a partir da geografia histórica, das categorias marxistas, do Brasil colonial e da capitania de Minas Gerais. Para tanto, este processo se iniciou com a reflexão quanto ao espaço geográfico e sua unificação ao tempo, o que demandou a materialização o tempo e a periodização deste para o estudo.

A técnica utilizada para o avanço deste estudo foi a consulta a teses, dissertações, livros e periódicos que abordavam os assuntos relacionados à pesquisa, como citado anteriormente. Também destaca a consulta a mapas históricos do período delimitado no estudo.

Os lugares têm diacronia e sincronia, ou seja, sucessões e coexistências,

respectivamente. Os períodos demonstram a intersecção entre sucessões e coexistências, sendo a periodização uma forma de analisar o tempo na Geografia. Assim, tem-se a metodologia de periodização de longas durações, por meio de continuidades e rupturas de acordo com os eventos importantes, o exame do contexto em análise em diferentes escalas, o exame dos agentes importantes de transformação e o exame do desenvolvimento espacial da cidade em cada período (SILVA, 2012; VASCONCELOS, 2009).

Os eventos têm duração, espacialidade e escalas. Segundo Silva (2012), os recortes temporais podem ser feitos por meio de vários métodos, sendo eles: recorte temporal simples, “em que um tempo particular é selecionado por sua importância histórica ou por haver disponibilidade ou significância de fontes materiais sobre o espaço analisado” (Id, 2012, p.7); retrospectivo ou reflexivo, em que “são utilizadas as relíquias do passado que permaneceram no presente” (Id, 2012, p.8); sincrônico, que “são a soma de dois ou mais recortes temporais simples” (Id, 2012, p.8); subseções diacrônicas, que “são isoladas relações espaciais de fenômenos particulares, analisando o fluxo contínuo de um evento através de um tempo relativamente longo de tempo até outro momento distinto” (Id, 2012, p.8) e a abordagem sincrônica-diacrônica, que possibilita o estudo da estrutura e do processo. As escalas podem ser estudadas a partir de diversas categorias, sendo a formação espacial, ou socioespacial, referência para a escala dos Estados nacionais.

Abreu (2000) discorreu sobre o corte sincrônico e indicou que o método da geografia histórica é da própria geografia também.

Estudar o passado não quer dizer que sejamos capazes de recuperá-lo tal qual ele aconteceu, como sonhavam os historiadores positivistas do século XIX. Conseguiremos, no máximo, apreendê-lo. [...] A impossibilidade de compreensão global não deve impedir, entretanto, que nos aproximemos dessas realidades de outrora e que tentemos analisar geograficamente seus vestígios. Esses vestígios estão, em grande parte, materializados em documentos que precisam ser criticamente avaliados, relativizados, contextualizados (ABREU, 2000, p.23 e 24).

Assim, o tempo materializado e periodizado para este estudo foi de 1720 até 1822. Sendo o ano inicial o marco político, administrativo e territorial da autonomia da capitania de Minas Gerais frente a antiga unificação com São Paulo e Rio de Janeiro. O ano final da proposta de estudo marca o fim do regime político colonial, com a Proclamação da Independência. Entende-se que o período marcou continuidades para a capitania de Minas Gerais e para a constituição do Brasil.

Para fundamentar os eventos, buscou-se o amparo em geógrafos e outros pesquisadores que se dedicaram e se dedicam ao estudo do espaço passado e os acontecimentos associados a este.

Os dois eventos citados representam ruptura e foram marcados por tensões e conflitos sociais. A formação da capitania de Minas Gerais promoveu uma relevante modificação do território e da interferência política da colônia. A proclamação da Independência do Brasil marca o fim do regime colonial e finaliza um período político, econômico e territorial, uma vez que a capitania passa a ser caracterizada como província e demanda nova organização administrativa (CARNEIRO, 2013).

A proposta relacionada à utilização da teoria das mediações da formação socioespacial promove a articulação e análise de contextos em diferentes escalas, relacionando a capitania de Minas Gerais e seu desenvolvimento com o Brasil colonial e suas diversas capitanias.

As análises e articulações territoriais podem utilizar mapas históricos. Vasconcelos (2009), ao discorrer sobre a geografia histórico urbana, afirma que a cartografia é um recurso metodológico fundamental, pois apresenta as transformações urbanas, os frontispícios ou perfis das cidades. Assim, por meio desta metodologia, é possível fazer comparações e constatações.

Andrade e Andrade (2019), por meio da comparação de mapas de momentos distintos, discorrem sobre a variação das escalas de análise e a possibilidade de exposição de diferentes dinâmicas territoriais passadas.

Essa análise em múltiplas escalas, por si só já daria pistas para um denso estudo, acrescente-se a isso outros elementos possíveis de serem observados na ocupação do território e sinalizados pela cartografia histórica, a exemplo da presença material de agentes de produção do espaço (Igreja, Estado – caminhos autorizados, defesa e autoridade camarária –, grupos indígenas, atividade agrícola e pecuária, dentre outros). Também elementos da fisiografia como o relevo, a malha hídrica que funcionavam ora como óbices à penetração, ora como vias “naturais” de circulação (ANDRADE, ANDRADE, 2019, p.50).

Assim, o resgate das dinâmicas espaciais pretéritas pode ser feito por meio da cartografia histórica.

A leitura e interpretação de imagens que revelam elementos de paisagens do passado é um instrumental amplamente utilizado pela ciência, ainda mais na atualidade com a valorização do patrimônio histórico, o seu perverso uso econômico, e o crescimento exponencial dos trabalhos de Geografia Histórica. [...] Mapear significava conhecer o território. Os mapas históricos, especificamente, eram verdadeiros instrumentos de comunicação, posse e estratégia territorial. Ao considerar as imprecisões e intencionalidades, a cartografia revelava a configuração territorial em um dado recorte temporal, não sendo por um acaso que a “missão” de mapear

o espaço colonial era restrito a alguns poucos indivíduos. O resultado estático do desenho apresenta indícios e marcas de uma dinâmica vivida no espaço geográfico. Cores, linhas e nomes se articulam mostrando formações urbanas hierarquicamente distribuídas, caminhos terrestres, rede hidrográfica, base orográfica, engenhos e regiões geográficas, elementos que compõem estruturas espaciais do passado e que, em determinado momento, foram interpretados e desenhados numa escala imprecisa aos olhos do cartógrafo, revelando substratos dinâmicos que tanto sustentavam como induziam ações no território ocupado (ANDRADE, ANDRADE, 2019, p.52).

O estudo das geografias passadas, segundo Silva (2012), não deve se restringir a morfologia. A partir do proposto pelo geógrafo Milton Santos (1977; 1988; 2006), estes estudos devem observar formas jurídicas e sociais.

O tempo histórico pode ser um segmento homogêneo, em que as variáveis permanecem em equilíbrio a partir da combinação de elementos econômicos, sociais, políticos e morais, criando-se assim um sistema. “Esse sistema constitui a totalidade social, que é formada por uma combinação das instâncias econômica, jurídico-política e ideológica da sociedade que se articulam no conceito de formação socioespacial” (SILVA, 2012, p.6). As instâncias econômicas, jurídico-política e ideológica podem ter temporalidades distintas.

Dessa maneira, entende-se que a categoria formação socioespacial apresenta um leque de possibilidades para a Geografia Histórica. A formação socioespacial promove um estudo amplo e busca abranger a relação sociedade e espaço como um todo indissociável. Ao considerar a geografia passada, tal categoria oferece subsídio para os estudos da geografia histórica.

Por fim, o trabalho está estruturado em duas partes. A primeira parte corresponde aos capítulos um, dois e três, que abordam a introdução e a discussão teórica. A discussão teórica está organizada em dois capítulos, sendo estes: “O Estudo do Espaço e do Tempo na Ciência Geográfica” e “O Diálogo entre Marx, Santos e Moreira”. Nestes capítulos, foi abordada majoritariamente a geografia histórica, as periodizações nos estudos geográficos e o desenvolvimento da categoria formação espacial a partir da linha de pesquisa marxista.

A segunda parte corresponde aos capítulos quatro, cinco e seis, que abordam a discussão empírica da pesquisa. O capítulo “A Formação Socioespacial Brasileira entre o Período “Pré-Técnico” e o Período dos “Meios Técnicos”” tem como intuito compreender o processo de constituição territorial e social a partir do bandeirantismo, da criação de vilas, da indústria açucareira, da atividade pecuária e da mineração. No capítulo “A Capitania de Minas Gerais como uma Fração da

Formação Socioespacial Brasileira” é abordada a criação da capitania de Minas Gerais a partir de questões políticas e econômicas, além do processo de urbanização e povoamento. O capítulo “Os Caminhos na Capitania de Minas Gerais e a Integração com a Colônia” reúne uma discussão sobre os caminhos oficiais e os descaminhos que eram utilizados para a integração de Minas Gerais à outras capitanias do Brasil.

2 O ESTUDO DO ESPAÇO E DO TEMPO NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

Os estudos em geografia se direcionaram à descrição e, posteriormente, à transformação do espaço, valorizando o tempo presente. A partir de discussões ontológicas, ou seja, sobre a existência da geografia como ciência, a valorização predominantemente do tempo presente passou a ser questionada. Ora, se temos um espaço produzido por relações sociais historicamente determinadas, como os geógrafos podem considerar apenas o tempo presente?

Para ir ao encontro da interpretação dos lugares, a geografia tem que considerar que as formas sociais são produtos históricos, resultado da ação humana sobre a superfície terrestre, e que expressam a cada momento as relações sociais que lhe deram origem (SILVA, 2012, p.1).

A ciência geográfica se responsabilizou e se responsabiliza pela descrição, análise e interpretação do espaço. Tal objeto de estudo é um produto histórico das relações do homem com o homem e do homem como o meio. Dessa maneira, entende-se que as formas sociais, citadas por Silva (2012), se materializam no espaço e são moldadas ao longo do tempo. Cria-se, portanto, o estudo das geografias passadas, entrelaçando o espaço e o tempo. Além do mais, o estudo do tempo presente é, de maneira indireta, um estudo do tempo passado, uma vez que as formas atuais tiveram origem e foram influenciadas por formas passadas. Os tempos passados são fundamentais para a compreensão do presente. A geografia histórica traz de forma explícita o sucesso científico da união espaço e tempo.

Para os estudos de espaço-tempo, é necessária a empirização do tempo. Dessa maneira se torna possível trabalhar o tempo como algo concreto, assim como o espaço. Silva (2012) discorreu, a partir de Milton Santos, sobre como a materialização do tempo pode ser feita a partir da identificação da técnica no período proposto. “A técnica proporciona a materialização do tempo porque toda técnica traz história embutida” (SILVA, 2012, p.4). As técnicas determinam a forma de fazer e dividem épocas. O resultado das técnicas é o modo de produção e este, por sua vez, induz às técnicas. Dessa maneira, estabelece uma relação dialética entre as técnicas e o modo de produção.

As temporalidades configuram a materialização do tempo e estas podem ser distintas entre a instância econômica, a instância jurídico-política e a instância cultural-ideológica, e conduzem para a formação socioespacial. A criação de temporalidades pode ser feita pela divisão do trabalho, o que nos leva novamente ao

modo de produção. É relevante ressaltar que as temporalidades não são iguais em todo o espaço geográfico, contudo ocorrem simultaneamente (SILVA, 2012).

A periodização permite a análise do tempo na geografia e contribui para a empiricização do tempo e do espaço (SANTOS, 1988). Um segmento homogêneo do tempo histórico apresenta variáveis em equilíbrio a partir da combinação de elementos econômicos, sociais, políticos e morais. Cria-se assim um sistema.

Santos (1988) denomina este sistema de regime, ou seja, variáveis que funcionam de forma harmônica. O fim de um regime seria a ruptura, ou seja, a falta de eficácia de uma organização e início de um novo período. Segundo Vasconcelos (2009), Milton Santos apontou para a necessidade de periodização, sendo a divisão temporal mundial ligada às modernizações, noção de regime e ruptura e tempo externo e interno em cada subespaço. Assim, as periodizações são pontos centrais para a compreensão de regimes.

Vasconcelos (2009), ao discutir as questões metodológicas na geografia urbana histórica, discorre que a análise de transformações espaciais pode ser feita a partir da alteração de um período cotidiano para um evento significativo. Tal alteração determina mudança na sociedade urbana em funções, estruturas e formas espaciais. A escolha de um evento significativo marca a periodização, de forma a segmentar o tempo.

Os períodos podem ser classificados como densos ou como hiatos temporais. Os períodos denominados como densos podem ser de pouca duração, contudo são intensos e marcam uma ruptura. Os hiatos temporais representam a perda ou inexistência de documentos históricos, ou seja, os intervalos sem informações (Id, 2009).

Como abordado por Silva (2012) os períodos ainda podem ser classificados como diacrônicos e sincrônicos. O primeiro termo refere-se a sucessão de eventos e o segundo, a coexistência de tais eventos. Tal classificação auxilia na pesquisa do espaço no tempo passado.

Assim, a união entre espaço e tempo é uma possibilidade para a geografia. A tendência desta possibilidade é observada na área denominada geografia histórica. Destaque-se a necessidade de materializar o tempo, o que é possível através da empiricização desta categoria. As temporalidades estão diretamente relacionadas ao modo de produção, às técnicas e aos eventos significativos. Essas variáveis e categorias interagem entre si e contribuem para a periodização, o que se coloca

como uma ferramenta para os estudos de geografias passadas.

No tópico a seguir, será discutida a geografia histórica e a periodização, com foco para a distinção científica da geografia e da histórica, o processo histórico de distinção e os pesquisadores que tiveram relevância na discussão do objeto de estudo de uma geo-história.

2.1 A GEOGRAFIA HISTÓRICA E A PERIODIZAÇÃO

A geografia histórica é uma área da ciência geográfica que busca estudar, analisar, compreender, verificar e pesquisar o espaço passado. Esta área possui diversas abordagens que foram influenciadas e desenvolvidas aliadas à evolução do conhecimento. Neste subtópico, busca-se discutir amplamente a geografia histórica, de forma a debater sua gênese, seus precursores, suas metodologias, suas tendências, entre outros aspectos da área do conhecimento.

A geografia francesa, unida à história, passou por um processo de separação. Segundo Abreu (2000), a definição da geografia como uma ciência empírica promoveu uma aproximação com a história, que também recebeu essa definição. Tal aproximação colocou a geografia como uma ciência auxiliar e, por isso, o seu processo de institucionalização como ciência tardou. Por meio de debate com historiadores, no final do século XIX, ocorreu na França a separação das ciências, a institucionalização da geografia e o estabelecimento desta ciência como o estudo do presente.

No final do século XIX e início do século XX, as ciências humanas foram institucionalizadas na França. Este processo, inspirado pela ciência alemã, seguiu o movimento de uma ciência nacionalista. Assim, a geografia assumiu a função de formar cidadãos patriotas, ensinar mapas e regiões (RIBEIRO, 2006).

O período seguinte foi marcado por relevantes avanços na geografia francesa, como a criação do *Annales*, que marcou a revolução francesa da historiografia. Tais avanços foram: o desenvolvimento de uma geografia necessária ao momento político francês por Vidal De La Blache e a fundação dos *Annales de Geographie*. Os *Annales de Geographie* foi um periódico sobre a ciência geográfica que buscou investigar a ação humana sobre a superfície terrestre. Os trabalhos deste periódico se diferenciavam do conhecimento desenvolvido por Ritter e Humboldt (Id, 2006).

Ainda sobre os avanços das discussões na geografia francesa, os pesquisadores Bloch, Febvre e Braudel apontaram o objeto de estudo da geografia possível aos historiadores, ou seja, a história é geográfica (Id, 2006). Assim, estabelece uma aproximação entre as duas ciências e suas pesquisas.

Nas obras de Fernand Braudel, a geografia se manifestava. O historiador utilizou a noção de tempo dos eventos, com ênfase aos acontecimentos e sequência dos fatos; e utilizou a dialética da duração, a partir da concepção de tempo curto dos eventos, tempo intermediário das conjunturas e tempo longo das estruturas. Segundo Ribeiro (2006, p. 98), “a Geografia, tal como concebida por Braudel, impõe parcialmente um ritmo, um movimento, uma cadência, com os quais a história humana necessariamente termina por se adaptar”.

Porto (2014), baseando-se em diferentes pensadores, destacou as contribuições de Fernand Braudel para a geo-história com caráter determinista, por associar características de grupos humanos com elementos naturais. No entanto, além desse caráter determinista identificado na obra, “ultrapassou a tessitura natural e valorizou diferentes dimensões da sociedade” (p.24). Fernand Braudel apresentou três tempos distintos para os estudos, sendo estes: os tempos geográficos, os tempos sociais e os tempos individuais. Além de tratar também sobre a dialética da duração entre instante, tempo lento, tempo curto, tempo conjuntural e tempo de longa duração (RIBERIO, 2006; VASCONCELOS, 2009).

Nessa concepção, parte-se da influência do meio ambiente sobre a história. Braudel promoveu uma articulação entre o presente e o passado e se apropriou do conhecimento geográfico como elemento explicador do processo histórico e saber constituinte da elaboração de uma nova prática historiográfica (Id, 2006).

A determinação da geografia como estudo do presente garantiu o seu lugar entre as ciências sociais, contudo a “ditadura do presente” ignorou o passado geográfico e empobreceu a ciência a partir da manutenção de lacunas em seus estudos (ABREU, 2000; CARNEIRO, 2018, SILVA, 2012). Tais lacunas prejudicam o conhecimento produzido uma vez que ignora o processo de formação e a compressão do motivo pelo qual existe a necessidade de tal estudo.

Porto (2014, p.21 e 22), ao discorrer sobre a geografia pretérita do espaço, apresentou que

Desde a sistematização da Geografia enquanto campo científico, postulou-se a ideia de que ela daria conta de revelar os fenômenos espaciais do tempo presente, ideia essa que, inclusive, contribuía para diferenciá-la de

outras ciências. No entanto, o fato de que a **organização do espaço** em um determinado tempo reflete, em certa medida, o ocorrido em tempos anteriores, e a crença de que a história da humanidade não se daria sem o espaço, nos induzem a tratar a dimensão histórica do espaço como objeto de estudo, ou pelo menos considerar essa perspectiva como válida e relevante.

A partir da definição da geografia como uma ciência de análise e síntese, a restrição quanto ao tempo presente nos estudos deve ser superada. Segundo Abreu (2000, p.13) “[...] sendo a geografia uma forma de abordagem do real, o que a distingue das outras ciências sociais são exatamente as questões que coloca para o entendimento da sociedade, e não o período de tempo que se decidiu estudar”.

Já Carneiro (2018, p.26), ao discorrer sobre a geografia e a história enquanto ciências, afirmou que a “geografia e a história estão enraizadas na base material da existência humana: elas são análogas, complementares e interdependentes campos de estudo”. Assim, a geografia e a história formam uma relação harmônica no campo das ciências, se aproximando, porém não se fundindo. O que discerne tais ciências é o objeto de estudo, ou seja, as questões primordiais, e não o tempo a ser estudado.

Segundo Erthal (2003) tempo e espaço são categorias importantes para todas as ciências. A geografia, ao se dedicar à dimensão espacial da sociedade, deve considerar que os fenômenos sociais são temporais.

Neste sentido, papel fundamental deve ser dado à chamada geografia histórica que, inclusive, além de se preocupar em recuperar as espacialidades pretéritas que marcam as espacialidades atuais, busca metodologias apropriadas e esforça-se em refletir a categoria tempo, a fim de fornecer subsídios à abordagem espacial e temporal. O próprio Carl Ritter já recomendava, em termos metodológicos, uma extensa pesquisa bibliográfica do passado a fim de melhor entender a região (ERTHAL, 2003, p.30).

A geografia histórica possibilitou a compreensão da relação entre os seres humanos e o espaço. O geógrafo histórico constrói estudos sobre as mudanças no espaço e no tempo e sobre as expressões pretéritas que persistem no presente (CARNEIRO, 2018). Assim, a partir desta discussão sobre o tempo e o espaço na ciência geográfica, a geografia histórica abre um leque de possibilidades para a pesquisa e será discutida de maneira mais aprofundada no subcapítulo a seguir.

2.2 O DESENVOLVIMENTO DA GEOGRAFIA HISTÓRICA

Ao longo do seu desenvolvimento, a geografia histórica foi confundida com a história da geografia e enfrentou falta de definições. Segundo Erthal (2003), este ramo do conhecimento é marginalizado e, frequentemente, é tido como disciplina autônoma ou como apêndice da história e da antropologia.

Abreu (2000) elaborou uma crítica ao discorrer que a geografia histórica não preencheu a lacuna construída pela geografia do presente. Segundo o autor citado, a geografia histórica limitou-se aos estudos morfológicos e não consolidou sistemas conceituais, o que a transformou em história geográfica.

Segundo Porto (2014) os estudos do espaço ou do meio podem explicar os aspectos humanos de grupos ou civilizações. Tais estudos tiveram origem na França, na primeira metade do século XX, por meio das monografias regionais influenciadas por La Blache. Em 1950 foram consolidados os estudos em geografia histórica na Europa.

Erthal (2003) apresentou a evolução da geografia histórica a partir das fases clássica, neoclássica e social. Tais fases estão aliadas à geografia tradicional, à geografia nova e à geografia crítica.

A fase clássica é determinada pelo caráter positivista e empírico. As principais temáticas abordavam o povoamento e as fronteiras a partir da paisagem e da região. Observou-se a utilização da linguagem cartográfica e repúdio ao determinismo geográfico no momento de crédito acadêmico da geografia histórica. Destacam-se como escolas de referência para esta fase os Estados Unidos da América, com Barrows, Hartshorne e Sauer; a Inglaterra, com Darby; e a França, com Valloux e Dion.

Os autores citados contribuíram de forma distinta para a fase clássica da geografia histórica. Hartshorne desenvolveu o método corte transversal, que “[...] se trata do estudo do espaço num dado momento de tempo, num tempo cristalizado, isto é, a descrição do presente histórico de uma área ou região e não uma narrativa temporal” (ERTHAL, 2003, p.32).

Sauer se dedicou ao entendimento da paisagem presente a partir da ciência de sua gênese e evolução, o que caracterizou a geografia histórica como essência e análise de processos geográficos e de processos de mudança (ERTHAL, 2003).

Darby, considerado grande autor da geografia histórica, contribuiu com o

método corte-transversal sucessivo, evidenciando a importância dos processos de mudança. O autor propôs três tipos possíveis de relação entre geografia e história. Darby, ao fazer uma interlocução com Hartshorne e Sauer construiu concordâncias e discordâncias com tais autores. Darby não via possibilidade de separar a história da geografia, alegando que toda geografia é histórica. Entre as críticas feitas a Darby, destaca-se a falta de distinção do passado natural do passado humano e a falta de desenvolvimento metodológico (ERTHAL, 2003, SILVA, 2012).

Fujiota foi o responsável pelo método corte transversal denso, a partir da união entre o corte transversal sucessivo e o método narrativo (ERTHAL, 2003). O corte transversal se caracteriza pelo estudo do espaço em dado momento do tempo, compondo a descrição de um presente histórico de uma área, e não uma narrativa temporal (ERTHAL, 2003; CARNEIRO, 2016). O método narrativo pode ser definido como uma metodologia responsável pela comunicação oral, que mantém e conserva tradições, valores e percepções. A técnica narrativa envolve a entrevista, o relato e a interpretação, o que evidencia a experiência e a vivência (DUTRA, 2002).

A fase neoclássica se relacionou com a nova geografia, o que caracterizou um momento de poucas possibilidades para a geografia histórica, uma vez que o foco principal eram modelos estatísticos-matemáticos e dados quantitativos, baseados no positivismo lógico (ERTHAL, 2003).

O desenvolvimento das correntes geográficas de pensamento ocorreu de forma segmentada na fase neoclássica, sendo considerado conhecimento a configuração lógica dos fatos. Nesta fase, as disciplinas deveriam buscar coerência, rigor e objetividade. Dessa maneira, a dimensão histórica foi pouco abordada e presou-se pela linguagem matemática (GOMES, 1996).

A fase social se relacionou com a geografia nova e foi estabelecida a partir da década de 70. Nesta fase, a geografia histórica começou a aparecer nos trabalhos acadêmicos (PORTO, 2014). Embora esta corrente não tenha um paradigma oficial, a corrente marxista foi fundamental para o desenvolvimento desta fase através do materialismo histórico e dialético. Categorias e conceitos para compreensão da espacialidade social também contribuíram para o desenvolvimento desta fase, sendo estes: modo de produção, relações de produção, mais valia, formação socioeconômica e formação socioespacial. Dessa maneira, tem-se o espaço produzido à imagem do sistema produtivo. Segundo Erthal (2003, p.34),

A aplicação de tais conceitos pela geografia histórica, certamente, auxiliaria

a esclarecer a produção do espaço em diversas escalas. Poder-se-ia entender, por exemplo, a evolução do capitalismo através de sucessivas configurações espaciais que foram se forjando em consequência das relações estabelecidas entre a sociedade e a natureza. É fundamental para a afirmação da geografia histórica que ela ultrapasse as fronteiras do lugar e da região para alcançar escalas mais abrangentes.

A partir da proposição de Erthal (2003), consideramos que as escalas abordadas pela geografia histórica poderiam ultrapassar o lugar e a região ao trabalhar com a escala nacional. A utilização da categoria de análise formação socioespacial possibilita este avanço, uma vez que se dirige diretamente a esta escala. A utilização da escala nacional não ignora as dinâmicas internas de suas partes, uma vez que é possível estudar as dinâmicas regionais frente às nacionais.

Ainda discorrendo sobre a fase social da geografia histórica, é importante destacar a presença de outras perspectivas, como a perspectiva idealista, a estruturalista, a humanística e a têmporo-espacial. A abordagem idealista, representada principalmente por Guelke, se caracterizou como uma alternativa para o positivismo e foi responsável por promover relatos e explicações. Estabeleceu-se a tradição idiográfica.

A perspectiva estruturalista, representada principalmente por Gregory, utilizou a narrativa e buscou “[...] entender as transformações que ocorrem na sociedade, a partir da ação e reação dialética entre as experiências de indivíduos/grupos de indivíduos e as estruturas sociais” (ERTHAL, 2003, p.34).

A corrente humanista, relacionada com a fenomenologia, é caracterizada pela sensibilidade para a ciência e pelo diálogo com as ciências sociais. A partir da geografia humanista, destaca-se temas relacionados aos valores, aos significados, aos sentimentos, aos símbolos, à intuição e ao propósito dos indivíduos, grupos e comunidades e suas relações com o lugar onde vivem. Estabelece-se novas dimensões para o espaço e o tempo, ao passo que valorizou o espaço percebido, lugar com afeto, segundo Erthal (2003). A abordagem têmporo-espacial, por fim, analisou atividades em função de espaço e tempo.

A partir do enfoque espaço-temporal, a periodização se torna importante, sendo a técnica como uma medida para o tempo, que deve ser empirizado de forma unida ao espaço. Segundo Santos (2006, p.34), “através do processo da produção, o "espaço" torna o "tempo" concreto” e “é por intermédio das técnicas que o homem, no trabalho, realiza essa união entre espaço e tempo”.

Outros autores tiveram fundamental importância para o desenvolvimento da

geografia histórica. Wooldrifge e Gordon East se dedicaram às geografias do passado. Broeck se dedicou ao passado geográfico. Hugo e Hebert Hassinger se dedicaram à reconstrução das paisagens culturais de tempos passados. Observa-se que em diversos momentos a geografia histórica esteve ligada ao estudo das paisagens (ERTHAL, 2003).

Em contexto científico nacional, Machado e Gomes (2013) determinam duas tendências distintas para a Geografia Histórica brasileira a partir dos geógrafos Maurício de Almeida Abreu e Antônio Carlos Robert Moraes.

Maurício de Almeida Abreu foi responsável pelo desenvolvimento de estudos sobre as análises morfológicas urbanas, a história e a política urbana. Ao longo de suas obras, Abreu desvendou os processos que transformam a cidade e que contribuem para a segregação espacial, o papel do Estado, a relação entre transformação da cidade e o processo de evolução da formação social, por meio da articulação entre padrão e processo, forma e função e espaço e tempo. Abreu se apoiou em David Harvey, Manuel Castells e Milton Santos. A geografia histórica de Abreu se amparou no entendimento da sociedade e não de suas durações, não limitando a geografia ao estudo do presente (MACHADO; GOMES, 2013).

Abreu relacionou o tempo com a ontologia da geografia e contribuiu com o estabelecimento de caminhos metodológicos. Os caminhos metodológicos apontados por Abreu partem de sua crítica quanto à busca da compreensão do passado sem necessidade de transportá-lo para o presente, à utilização de conceitos de forma equivocada e à utilização do passado para compreender morfologia, e não processos e ações (PORTO, 2014).

A metodologia proposta por Abreu parte da empiricização do tempo por meio do corte sincrônico. As regras metodológicas consistem em utilizar a categoria adequada, embora estas sejam universais, suas variáveis não são; contextualizar e buscar um levantamento bibliográfico por meio de pesquisas diretas e indiretas; e desconfiar dos vestígios encontrados, uma vez que o estudo do passado é feito por fragmentos deixados que não são politicamente neutros (ERTHAL, 2003; PORTO, 2014, SILVA, 2012).

Antônio Carlos Robert Moraes desenvolveu estudos sobre a construção do território do Brasil colonial, a geopolítica e a gestão do território nacional. Em suas obras, Moraes abordou a economia e a cultura do interior paulista, a geografia do Brasil e a formação territorial brasileira no período colonial por meio de uma

abordagem histórica e política na geografia. Moraes desenvolveu uma geografia histórica de cunho político para interpretar o Brasil, defendeu uma geografia cultural política, utilizou o método histórico dialético e teve influência de Pierre Monbeig (MACHADO; GOMES, 2013).

Robert Moraes constrói sua argumentação procurando demonstrar, tanto teórica quanto empiricamente, a força das ideologias geográficas, ou seja, dos discursos originados a partir de interesses políticos territoriais e de valores culturais regionais ou locais, na construção e organização espacial e nas articulações políticas (Id, 2013, p.13).

Porto (2014) apontou também as contribuições de Pedro Vasconcelos por meio da periodização simplificada, ou seja, o desdobramento de longos períodos de tempo, considerando as grandes rupturas e a continuidade dos fenômenos de longa duração ao sistematizar a geografia urbana histórica brasileira. O objetivo de Vasconcelos, ao estudar as cidades coloniais brasileiras em organização e funcionamento, foi identificar “os agentes que atuaram no processo de construção de uma determinada paisagem e na produção de determinados fenômenos espaciais” (Id, 2014, p.26).

Assim, a partir da compreensão do espaço, tempo e técnicas na geografia histórica, bem como a área de pesquisa desta ciência, busca-se a aproximação com as categorias marxistas, a teoria das mediações e a formação socioespacial. Tais assuntos serão discutidos no capítulo a seguir.

2.3 A TÉCNICA E A GEOGRAFIA HISTÓRICA: PERIODIZAÇÃO

Milton Santos contribuiu com a unificação do tempo e do espaço a partir da análise de técnicas (ERTHAL, 2003). Ao levantar questões epistemológicas sobre o espaço por meio de Milton Santos, Abreu (2000, p.23) coloca que “analisar o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação que deram origem aos espaços geográficos do passado é uma tarefa que cabe ao geógrafo executar”. A comparação dos fixos e fluxos em diferentes momentos evidencia a produção do espaço e segundo Andrade e Andrade (2019, p.52),

A leitura da paisagem e da disposição dos objetos físicos é instrumental clássico das análises geográficas e a cartografia histórica é uma ferramenta essencial exatamente por apresentar, segundo uma perspectiva específica, o conjunto de fixos que compunham, em um dado momento, a configuração territorial a ser analisada.

Milton Santos (1988) discorreu que o mundo está organizado em subespaços

articulados. Tais subespaços configuram o espaço total e criam circuitos espaciais de produção que, por sua vez, promovem a espacialização da produção. O processo de espacialização é um processo de internalização, que combina variáveis internas e externas, configurando, dessa maneira, a articulação de diferentes variáveis.

Segundo Santos (2006), o espaço geográfico é um conjunto indissolúvel e inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações, e suas formas híbridas, as técnicas. Tal união encaminha para a forma como o território é usado. O território usado pode ser compreendido a partir dos questionamentos de “como?”, “onde?”, “por quem?”, “por quê?”, “para quê?” (SANTOS; SILVEIRA, 2006). A técnica é uma possibilidade para compreender a história secular do território brasileiro, delimitar períodos e redescobrir os respectivos contextos.

O espaço geográfico é historicamente construindo, dessa maneira “a cada período podemos, assim, perguntar-nos o que é novo no espaço e como se combina com o que já existia” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p.11). Destaca-se que a utilização da formação socioespacial como uma teoria das mediações possibilita a articulação entre os níveis menores e maiores do real.

O território pode ser definido como uma extensão apropriada e usada, enquanto a territorialidade se refere àquilo que nos pertence. Santos e Silveira (2006) aproximam a territorialidade da área de vivência, reprodução e construção do futuro.

Num sentido mais restrito, o território é um nome político para o espaço de uma país. Em outras palavras, a existência de um país supõe um território. Mas a existência de uma nação nem sempre é acompanhada da posse de um território e nem sempre supõe a existência de um Estado. Pode-se falar, portanto, de territorialidade sem Estado, mas é praticamente impossível nos referirmos a um Estado sem território (Id, 2006, p.19).

Neste estudo, o território é configurado pela presença de um Estado e a presença de uma ou mais nações. “O território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual” (Ibid, p.20). Assim, o território usado é discutido por Santos e Silveira (2006) como um sinônimo de espaço geográfico. Ele possibilita a analisar sistematicamente a construção do território. O uso do território implica na implantação de infraestruturas (sistemas de engenharias) e no dinamismo da economia e da sociedade.

As técnicas são representações das épocas históricas. Os sistemas técnicos incluem a materialidade e seus modos de organização e regulação. Segundo

Santos; Silveira (2006, p.20 e 21),

Eles autorizam, a cada momento histórico, uma forma e uma distribuição do trabalho. Por isso a divisão territorial do trabalho envolve, de um lado, a repartição do trabalho vivo nos lugares e, de outro, uma distribuição do trabalho morto e dos recursos naturais. Estes têm um papel fundamental na repartição do trabalho vivo. Por essa razão a redistribuição do processo social não é indiferente às formas herdadas, e o processo de reconstrução paralela da sociedade e do território pode ser entendido a partir da categoria de formação socioespacial (M. Santos, 1977). A divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições.

Ao determinarmos as técnicas para compreensão do espaço no tempo, como referência para recompor a geografia histórica de Minas Gerais, elegemos a proposta de Milton Santos. As técnicas são diferenciadas do meio natural até o meio técnico científico-informacional. Tal diferenciação resulta numa periodização da formação socioespacial brasileira, que se estende desse meio natural até meio técnico científico informacional.

Ao abordar a sucessão dos meios geográficos no Brasil, Santos e Silveira (2006, p.27) caracterizam o primeiro período, o meio natural.

O primeiro período é marcado pelos tempos lentos da natureza comandando as ações humanas de diversos grupos indígenas e pela instalação dos europeus, empenhados todos, cada qual a seu modo, em amansar esses ritmos. A unidade então, era dada pela natureza, e a presença humana buscava adaptar-se aos sistemas naturais. Num período pré-técnico, a escassez era a dos instrumentos artificiais necessários ao domínio desse mundo natural.

O meio natural ou pré-técnico é “[...] pedaços da crosta terrestre utilizados pelos grupos humanos para desenvolver sua base material nos primórdios da história” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p.28), em que a fase basilar da história do homem foi a domesticação de plantas e animais. O início da agricultura marcou o início do desmatamento.

Todavia, esse processo não significou a implantação de próteses nos lugares, mas a imposição à natureza de um primeiro esboço de presença técnica, pois ritmos e regras humanas buscavam sobrepor-se às leis naturais. Todavia a natureza comandava, direta ou indiretamente, as ações humanas (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p.29).

Assim, as técnicas disponíveis eram precárias e o corpo do homem era o principal agente de transformação na produção e enfrentamento de distâncias. Frente a este contexto, a natureza triunfa e o homem se adapta. Grupos étnicos diferentes criaram objetos semelhantes com técnicas de outros povos, o que caracterizou a universalidade espontânea das técnicas (SANTOS; SILVEIRA, 2006). É importante ressaltar que a presença do homem atribui valor às coisas,

configurando um dado social e que o tempo no meio natural é lento.

Já o segundo período é determinado pelos meios técnicos.

Uma segunda grande fase é a dos diversos meios técnicos, que gradualmente buscam atenuar o império da natureza. A mecanização seletiva desse verdadeiro conjunto de “ilhas” que era o território exige que se identifiquem subperíodos. As técnicas pré-máquina e, depois, as técnicas da máquina – mas apenas na produção – definem o Brasil como arquipélago da mecanização incompleta. Mais tarde, com a incorporação das máquinas ao território (ferrovias, portos, telégrafo), estaríamos autorizados a apontar um meio técnico de circulação mecanizada e da industrialização balbuciantes, caracterizado também pelos primórdios da urbanização interior e pela formação da Região Concentrada. No pós-guerra sobrevém a integração nacional, graças à construção de estradas de rodagem, à continuação do estabelecimento das ferrovias e a uma nova industrialização. Dá-se uma integração do território e do mercado, com uma significativa hegemonia paulista (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p.27 e 28).

Ainda segundo Santos e Silveira (2006, p.30),

A produção em cada lugar é o motor do processo, porque transforma as relações do todo e cria novas vinculações entre as áreas. Distribuído no território ao sabor do trabalho morto, isto é, dos lugares já organizados para uma dada produção, o trabalho vivo organiza-se sob novas formas de produção e circulação, e desse modo uma nova divisão territorial do trabalho se impõe à preexistente.

Ainda nesse segundo período, a invenção e a difusão das máquinas e formas mais complexas de organização orientaram outros usos do território. “O período técnico testemunha a emergência do espaço mecanizado” (SANTOS; SILVEIRA, p.31). Neste meio, as lógicas e os tempos humanos se impuseram à natureza.

No Brasil arquipélago, caracterizado pela mecanização incompleta, Santos e Silveira (2006) apontaram fatos marcantes que foram incapazes de criar fluxos econômicos verdadeiramente nacionais. Segundo os autores citados, estes fatos foram: a instalação do governo geral em Salvador (1549), a instalação do vice-reinado no Rio de Janeiro, a transferência do Império português (1808), e a proclamação da Independência (1822).

A máquina de Estado servia para preservar e ampliar as fronteiras, manter o regime e a ordem, assegurar a coleta de impostos e, com a ajuda da Igreja, unificar a língua. A unidade política e linguística se dava ao mesmo tempo em que as diversas regiões produzindo para o mercado externo, a este se ligavam praticamente sem intermediário, de modo que sua evolução espacial e econômica era ditada por relações quase diretas. Daí a imagem de um vasto arquipélago formado, na verdade, por um conjunto de “penínsulas” da Europa (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p.32).

Santos e Silveira (2006) ainda discorrem que escravidão e domínio são termos adequados para contar a história colonial do território brasileiro. “Homens, plantas e animais de três continentes, sob o império dos europeus, encontraram-se

e, no seu convívio obrigatório, criaram uma nova geografia nessa porção do planeta” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p.32).

Ainda no segundo período, destaca-se cultura da cana-de-açúcar, associada ao desmatamento de florestas, auxiliou na fundação de pequenos centros na Zona da Mata nordestina e no Recôncavo Baiano. Tal atividade econômica foi responsável pela escravidão de africanos. A construção de engenhos contribuiu para a manifestação precoce da mecanização. Neste momento aponta-se para a importância de Salvador e Recife no começo da colonização (SANTOS; SILVEIRA, 2006).

A interiorização do povoamento ocorreu por conta da criação de gado nas fazendas e da mineração. A exploração de ouro e diamantes criou inúmeros núcleos de vida urbana no interior dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso. As principais áreas de criação de gado no século XIX foram os sertões do Norte e do Nordeste, que abasteciam a zona agrícola do litoral, a zona de mineração e os campos do sul. O avanço para o interior não retirou a importância demográfica do litoral, dependendo do ponto de análise (SANTOS; SILVEIRA, 2006).

Os portos, lugar de solidariedade entre navios, rotas de navegação e zonas produtivas, as ferrovias, as primeiras estradas de rodagem e usinas de eletricidade permitiram a constituição dos primeiros sistemas de engenharia no território brasileiro. Todavia, em enormes pedaços do território, como a Amazônia, impunha-se o meio natural, com significativos estorvos à exploração e à posse. A produção e o comércio da borracha, baseados na possibilidade do investimento público, permitiram o crescimento de Belém e Manaus. Ao café devem São Paulo e Santos a sua fortuna. O cacau criou uma rede de cidades, assim como o porto de Ilhéus (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p.33).

Ocorreu assim o crescimento das cidades de forma desigual por conta das economias regionais e seus papéis políticos.

Formavam-se verdadeiros circuitos interiores, cada qual dominando uma dada extensão do território com os meios limitados de que dispunham. A inexistência de transportes interiores rápidos era responsável por um isolamento quebrado apenas pelos transportes marítimos. Como essas aglomerações viviam sobretudo no comércio, a hierarquia entre elas dependia das relações com o estrangeiro. Mas ainda não havia uma integração (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p.34).

A administração brasileira foi centralizada até a República de 1880. Santos; Silveira (2006, p.34) discorreram sobre a inexistência de uma rede urbana nacional em que “pode-se até afirmar que, exceto para as cidades do ouro, a vida urbana praticamente não existia fora das zonas litorâneas e sub litorâneas”.

O período técnico-científico é marcado pelo momento pós Segunda Guerra

Mundial. Neste período, surgem ideologias de consumo, crescimento econômico e planejamento. Cria-se a necessidade de equipar o território, integrá-lo à economia e modernizá-lo. Com a revolução do transporte e da telecomunicação, cria-se a interdependência entre o local e o regional, além do estabelecimento do tempo rápido, hegemônico e único, influenciado pelo Estado e pelas multinacionais (SANTOS; SILVEIRA, 2006).

Já no período do meio técnico-científico-informacional, observa-se a fluidez do espaço relacionada à informação e às finanças. Segundo Santos; Silveira (2006, p. 52 e 53),

A união entre ciência e técnica que, a partir dos anos 70, havia transformado o território brasileiro revigora-se com os novos e portentosos recursos da informação, a partir do período da globalização e sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência, à técnica e à informação, torna-se um mercado global. O território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias e informações, das ordens e dos homens.

O meio técnico-científico-informacional potencializa os efeitos da globalização. O tempo é instantâneo e orienta o território e o mercado. Cria-se um território digital, onde estruturas físicas suportam a transmissão rápida de informações. Observa-se a alta dinamização do espaço.

Assim, pontua-se a importância da compreensão da técnica para a periodização da formação socioespacial brasileira e o desenvolvimento dos estudos que buscam trabalhar de maneira integrada entre espaço e tempo. Reconhece-se o meio natural e o meio pré-técnico como classificadores da periodização prosta para estudo. A seguir, será discutido a geografia histórica, área da ciência geográfica responsável pela articulação espaço e tempo e a qual o presente trabalho se vincula e ampara o desenvolvimento desta pesquisa.

3 O DIÁLOGO ENTRE MARX, SANTOS E MOREIRA

O desenvolvimento da geografia direcionou o conhecimento desta ciência para a compreensão do espaço. O espaço é um produto histórico das ações humanas, uma vez que a natureza é transformada pelas interações entre homens e meio. O resultado desta transformação é a produção do espaço. Para manutenção de diversas sociedades ao longo da história, o espaço precisou ser constantemente reproduzido e, dessa maneira, foi desenvolvida uma dinâmica social complexa. Como pode esta dinâmica ser interpretada a partir de um olhar geográfico?

Os conceitos científicos trabalhados a partir da década de 70 na geografia brasileira apresentam potencialidades para a compreensão do espaço historicamente produzido, o que promove o caráter dialético dos estudos e a integração entre diversos aspectos da sociedade. Geógrafos brasileiros, como Milton Santos e Ruy Moreira, desenvolveram pensamentos a partir da noção de *formação* e foram inspirados por Karl Marx. A operacionalização geográfica da formação econômica e social, conceito proposto por Marx, promoveu a interpretação das dinâmicas sociais por meio de um olhar geográfico.

3.1 A FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL

Marx e Engels iniciaram os estudos sobre a formação econômica e social a partir de uma concepção de dinâmica. Observou-se ao longo das leituras que alguns autores apresentam o termo *formação econômica e social* com hífen, ou seja, *formação econômica-social*, enquanto outros não. Contudo não se constatou uma discussão teórica em torno dessa diferença de grafia. Dessa maneira, para padronização, optamos por utilizar o termo sem hífen neste trabalho, seguindo a norma ortográfica atual da língua portuguesa.

A formação econômica e social abrange um processo histórico que possibilita a interpretação da sociedade e evita o materialismo abstrato das ciências naturais. Tal termo também é responsável por abranger a unidade e a totalidade da materialidade do processo histórico (SERENI, 2013; BASTOS; CASARIL, 2016).

Segundo Whitacker (2019, p.52),

O conceito formação econômica-social alude a observação da concreticidade de determinada sociedade, compreende sua evolução – formação e mudança histórica – como realidade histórico-concreta,

geograficamente localizada. O que fundamenta seu esclarecimento é o estudo sobre a relação entre a sociedade e a natureza, tendo o ser humano como atuante na produção do espaço.

Whitacker (2019) discorreu como o desenvolvimento da formação econômica e social resultou da articulação de outros conceitos ao longo dos trabalhos de Marx.

É em Karl Marx que identifico os primeiros esforços sobre a elaboração do conceito formação econômica-social como processo histórico. Seus primeiros escritos indicam que a mesma se refere a materialização de relações de determinadas sociedades ao passo que, outro importante conceito que auxilia a interpretação dessa materialidade – modo de produção – se refere a algo mais abstrato. Assim, o modo de produção capitalista, por exemplo, estaria, em cada formação econômica-social específica, combinado com outros modos de produção subordinados, e essa combinação conformaria a distinção peculiar a cada sociedade (WHITACKER, 2019, p.51).

No livro “A Ideologia Alemã”, publicado em 1846, Marx e Engels utilizaram a expressão conceitual “forma de sociedade”, relacionando-a com “forma de intercâmbio” e “forma de propriedade”, ambos vinculados ao modo de produção (MACHADO, 2016; WHITACKER, 2019; SERENI, 2013).

A “forma de intercâmbio” designou as relações entre nações, as quais dependem do grau de desenvolvimento de cada uma em forças produtivas e divisão do trabalho. O desenvolvimento citado seria responsável pela separação do trabalho industrial e comercial do trabalho agrícola, ou seja, a separação entre cidade e campo. Machado (2016, p.76) questiona “[...] não seria essa a gênese de uma diferenciação do espaço ou de um desenvolvimento desigual?”.

Marx e Engels em “A Ideologia Alemã” ainda discorreram sobre a concepção materialista da história mundial por meio da periodização feita a partir do desenvolvimento das forças produtivas e da relação de propriedade, resultando na distinção de épocas através do modo de produção. O conceito forças produtivas também contribuiu para os estudos e abrange os meios de produção e a força de trabalho (WHITACKER, 2019; SERENI, 2013).

O conceito relações de produção apareceu na obra “Miséria da Filosofia” de Marx e na obra “Manifesto Comunista” de Marx e Engels. Em “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”, Marx utilizou a formação social e em “Grundrisse” (1858) utilizou a formação de sociedade (WHITACKER, 2019).

Segundo o dicionário da língua portuguesa, a palavra forma é definida pelos “limites exteriores da matéria de que se constitui um corpo, e que a este conferem configuração particular. [...] 5. Tipo determinado sob cujo modelo se faz algo. 6.

Estado, condição” (FERREIRA, 2000, p.328). Já a palavra formação é definida pelo “[...] modo de formar. 2. Constituição, caráter. [...]. 4. O conjunto dos elementos que constituem um corpo de tropas” (FERREIRA, 2000, p.328). Dessa maneira, a transição conceitual de forma social para formação espacial, a partir dos escritos de Marx, representa a passagem do estático para o dinâmico, como constatou também Machado (2016).

Ao trabalhar as sociedades a partir da formação social em Marx, identifica-se, portanto, uma série de categorias que estruturam o conceito. Contudo o espaço não está explícito nesta estruturação conceitual.

O desenvolvimento teórico do conceito da formação social em Marx centra-se, portanto, numa perspectiva histórica, em que os atributos espaciais de uma sociedade concreta, territorialmente delimitada, são, ainda que presentes, majoritariamente subentendidos (MACHADO, 2016, p.81).

No livro “Introdução à Contribuição Crítica da Economia Política”, publicado em 1859, Marx relacionou forças produtivas, relações de produção e uma noção inicial de formação econômica da sociedade. Este último termo aparece no prefácio do livro e observa-se a utilização efetiva dos termos formação da sociedade e social. Na obra “O Capital”, Marx desenvolveu e trabalhou o conceito formação econômica da sociedade (WHITACKER, 2019, SERENI, 2013).

Para sintetizar o caminho conceitual que a formação econômica-social percorreu, Whitacker (2019, p.57) discorreu que

Dos escritos até o momento é possível entender que originalmente a formação econômica-social foi apresentada como um elemento que compõe o materialismo histórico e dialético expondo que a ciência deveria atrelar-se a materialidade, ou à síntese das múltiplas determinações, devendo apreender a totalidade de determinada sociedade possibilitando a compreensão da concreticidade da mesma.

Desse modo, pondero que, formação econômica-social é composta pelas características social e econômica, ao ponto que formação econômica é uma abstração teórica que se relaciona a modo de produção e, por sua vez, a formação social diz respeito à evolução diferencial das sociedades, relacionado à produção realizada pelo homem e também às forças externas. Logo, a formação econômica-social deve ser apreendida mediante o conhecimento da totalidade do desenvolvimento histórico pelo qual passou a sociedade, pois dessa maneira pode-se entender como a mesma se constitui geograficamente.

Lênin participou deste processo de desenvolvimento conceitual e foi responsável pela sistematização da formação social, apontando para a necessidade de incluir o espaço nas análises da totalidade da história e do desenvolvimento de uma sociedade temporalmente determinada. Na obra “Quem são os “amigos do povo?”, publicada em 1894, Lênin promoveu a restauração e aprofundamento da

noção marxista de formação econômica e social, sendo esta uma categoria central da concepção materialista da história (SERENI, 2013; BASTOS; CASARIL, 2016).

Em Lênin, ao contrário, a formação social ganha o status de categoria principal do materialismo histórico por representar a unidade das diferentes esferas da vida em sociedade: econômica, política, social e cultural; e por expressar tal unidade na continuidade e na descontinuidade do processo histórico (MACHADO, 2016, p.82).

Assim, a categoria marxista foi desenvolvida e difundida nas ciências humanas. A operacionalização desta categoria na ciência geográfica foi feita inicialmente por Milton Santos, operacionalização essa continuada por outros geógrafos. Tal assunto será discutido no subcapítulo a seguir.

3.2 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL

O geógrafo Milton Santos (1977) estudou a categoria formação econômica e social e identificou nela a possibilidade de teorizar o espaço, uma vez que o espaço humano deve ser interpretado como fato histórico para compreensão da realidade.

Esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais freqüentemente lhes provém o impulso. A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta (Id, 1977, p.81 e 82).

Ainda de acordo com Santos (1977), as formações econômicas e sociais possibilitam o conhecimento de uma sociedade em sua totalidade e em suas frações, contribuindo para um estudo específico que evidencia as especificidades e diferenças de cada formação em um dado momento.

A realização prática de um dos momentos da produção supõe um local próprio, diferente para cada processo ou fração do processo; o local torna-se assim, a cada momento histórico, dotado de uma significação particular. A localização num dado sítio e num dado momento das frações da totalidade social depende tanto das necessidades concretas de realização da formação social quanto das características próprias do sítio (Id, 1977, p.89).

A sociedade apresenta forças e funções produtivas em movimento e o modo de produção, segundo Santos (1977), representa as possibilidades de realização, enquanto a formação econômica e social é a possibilidade realizada.

Santos (1977) relacionou o modo de produção, a formação social e o espaço.

Modo de produção, formação social, espaço – essas três categorias são interdependentes. Todos os processos que, juntos, forma o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo)

são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social (Id, 1977, p.86).

A formação social é a estrutura técnico-produtiva e a distribuição da atividade de produção. Ela engloba a totalidade da unidade da vida social. Para a compreensão de tal formação é necessária a noção de espaço, sendo este comandado pela prática social (*práxis*), ou seja, a transformação da natureza e, assim, se caracterizando como um dado sócio-econômico (SANTOS, 1977).

O espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (Id, 1977, p.91).

Ao tratar do arranjo espacial dos modos de produção particulares, Santos (1977) determinou este como um resultado da diferenciação de lugares e, conseqüentemente, do valor de cada lugar. As formas espaciais, presentes no arranjo espacial, são linguagens dos modos de produção e determinam as especificidades dos lugares. A evolução do espaço é um resultado e uma condição do movimento das sociedades, criando novas formas ou adaptações. O modo de produção promove uma interação entre as novas formas e as velhas, onde prevalece uma relação de dominação e a formação social é a superposição das formas que foram criadas pela sucessão dos modos de produção.

O valor dos objetos geográficos na formação econômica e social é determinado a partir da forma-conteúdo que, por sua vez, é subordinada ao modo de produção a partir da realização na e pela formação social. O modo de produção pode se referir a relações sociais materializadas ou imaterializadas (SANTOS, 1977).

Cada combinação de formas espaciais e de técnicas correspondentes constitui o atributo produtivo de um espaço, sua virtualidade e sua limitação. A função da forma espacial depende da redistribuição, a cada momento histórico, sobre o espaço total da totalidade das funções que uma formação social é chamada a realizar. Esta redistribuição-relocalização deve tanto às heranças, notadamente o espaço organizado, como ao atual, ao presente, representado pela ação do modo de produção ou de um dos seus momentos (Id, 1977, p.89).

A formação social evolui condicionalmente à organização do espaço, ou seja, por meio da formação social atual, mas também por meio da formação econômica e social que permaneceu. A continuidade e a descontinuidade do processo histórico da formação social evidenciam a formação espacial, a qual é realizada no espaço e pelo espaço (SANTOS, 1977).

[...] a redistribuição dos papéis realizados a cada novo momento do modo de produção e da formação social depende da distribuição quantitativa e qualitativa das infra-estruturas e de outros atributos do espaço. O espaço construído e a distribuição da população, por exemplo, não têm papel neutro na vida e na evolução das formações econômicas e sociais (Id, 1977, p.91).

Assim, Milton Santos, inspirado pela teorização sobre a formação econômica e social, proposta discutida por Marx, apresenta a categoria formação socioespacial, caracterizando uma operacionalização geográfica do conceito. O geógrafo identificou no termo marxista a possibilidade do conhecimento de uma sociedade em totalidade, em frações, em especificidade e distintas formações. Santos promoveu a aproximação da geografia com o marxismo, contribuiu para a renovação crítica da geografia brasileira na década de 70 e para a teorização do espaço (BASTOS; CASARIL, 2016; MACHADO, 2016; WHITACKER, 2019).

A FSE (formação socioespacial – notas da autora) refere-se à análise da concreticidade de uma sociedade (compreendendo sua evolução, sua situação atual, sua mudança histórica e suas relações) sendo esta uma realidade histórico-concreta, geograficamente localizada. O alicerce da explicação é a produção, onde o homem transforma o espaço (BASTOS; CASARIL, 2016, p.278).

Tal categoria auxilia na compreensão das relações de produção e das forças produtivas em sua interação desigual gerada pela acumulação capitalista (BASTOS; CASARIL, 2016). Dessa maneira, possibilitou o desenvolvimento de estudos geográficos de cunho analítico e crítico da formação socioespacial brasileira (WHITACKER, 2019).

Whitacker (2019) determina a formação socioespacial como a união da formação econômica e social com o espaço geográfico, as relações entre sociedade e natureza.

A formação socioespacial alude a apreciação da concreticidade de uma sociedade abarcando sua evolução, situação atual, mudança histórica e suas relações, em síntese, os processos que a envolvem como totalidade sendo esta uma realidade histórico-concreta, geograficamente localizada. Sendo, portanto, a base da explicação o ato de produção, onde o homem transforma o espaço. Nesse sentido está a importância da associação da noção de totalidade na elaboração do conceito de formação socioespacial que se relaciona ao espaço como uma instância social, na formação econômica-social (IDEM, p.62).

A formação socioespacial se direciona a estudos em escala nacional e tem enfoque totalizante para a compreensão concreta da realidade. Tal realidade é definida pelo todo estruturado e racionalmente compreendido. O concreto é a síntese. E a totalidade não pode ser analisada pela soma das partes (BASTOS,

CASARIL, 2016; WHITACKER, 2019).

A formação socioespacial adiciona o caráter geográfico ao materialismo histórico. A conexão entre formação socioespacial com modo de produção e espaço estabelece uma dialética espacial (WHITACKER, 2019).

Decorre daí a importância da relação entre os conceitos de formação socioespacial, modo de produção e meio geográfico. O modo de produção compreendido na empiricização do tempo por meio das formas espaciais – constituindo as chamadas rugosidades e dando qualidade diferencial ao espaço. Contudo, os modos de produção passam a ter expressão geográfica a partir dos meios geográficos, definidos segundo os conteúdos técnicos que caracterizam cada época não pelo o que se produz, mas pelo como se produz. Os sucessivos meios geográficos indicando, assim, os respectivos modos de produção do espaço social, e são as transições de um meio geográfico a outro as descontinuidades que modificam o conteúdo da formação socioespacial (MACHADO, 2016, p.95).

O desenvolvimento da concepção de formação socioespacial pode promover uma metodologia, uma vez que a “[...] produção de periodizações da formação de determinados territórios e, ao ser entendida como totalidade, permite também a compreensão do território como condição e produto da atividade social [...]” (WHITACKER, 2019, p.71 e 72).

A partir dos trabalhos desenvolvidos por Milton Santos, Machado (2016) apresenta a relação existente entre o conceito formação socioespacial e as categorias propostas para o estudo do espaço.

Dessa totalidade socioespacial Milton Santos trabalha com quatro conceitos que norteiam suas análises: *forma*, *função*, *estrutura* e *processo*. O processo representando o transcurso temporal que conforma a *formação*; a estrutura espacial como uma estrutura complexa, composta por elementos não homólogos, de classes distintas; e as formas, combinadas com as funções, expressando-se como formas-conteúdo. O espaço é, portanto, um todo estrutural que possui uma gênese e um desenvolvimento, uma *formação*, e que é conformado por um arranjo espacial de formas-conteúdo (MACHADO, 2016, p.88).

Machado (2016) discorreu sobre a formação socioespacial como uma teoria das mediações voltada para a realidade brasileira, relacionando a teoria social do espaço e o estudo teórico-empírico sobre o Brasil e suas diferenciações espaciais. A teoria por traz da formação socioespacial interage o território usado com o meio geográfico, desdobrando-se nas categorias: periodização, totalidade, diferenciação espacial, relação espaço-tempo e produção e organização do espaço.

Segundo Machado (2016, p.73), “a aproximação com o marxismo e a proposição de uma formação socioespacial estão vinculadas à preocupação em se trabalhar o objeto da Geografia, o espaço geográfico, e a sua definição enquanto

‘instância social’”. O espaço passa a ser estudado como instância social a partir do final do século XX, partindo da concepção de um espaço estático, palco das ações humanas, para um espaço dialético, produto do trabalho social. Essa transição de forma para formação foi discutida em Marx.

Whitacker (2019) discorreu sobre a influência de Milton Santos nos estudos de Ruy Moreira, que abordou a reprodução das relações de classe relacionada à reprodução da formação espacial. Moreira operacionalizou a formação socioespacial por meio da concreticidade e totalidade, relacionando este conceito com o espaço produzido. Tal assunto será discutido no subcapítulo a seguir.

3.3 A FORMAÇÃO ESPACIAL

O geógrafo Ruy Moreira indicou necessidade de uma teoria do espaço com caráter social. Para Moreira (2011), o espaço é história e o arranjo espacial revela as relações sociais e, conseqüentemente, as relações de classe, caracterizando um fluxo. Segundo o dicionário da Língua Portuguesa, a palavra “arranjo” é definida como “[...] subconjunto ordenado de um conjunto finito” (FERREIRA, 2000, p.61).

O espaço geográfico é a reunião da produção social e do controle de suas instituições e relações de classe, “[...] é parte fundamental do processo de produção social e da estrutura de controle da sociedade.” (MOREIRA, 2011, p.62). Tal processo é vital para a análise de formação econômica e social.

O processo formador do espaço geográfico é o mesmo da formação econômico-social. Por isso, tem por estrutura e leis de movimento a própria estrutura e leis de movimento da formação econômico-social. Podemos, como isso, doravante designar o que até agora chamamos de organização do espaço por formação espacial, ou formação sócio-espacial, como propôs Santos (MOREIRA, 2011, p.62)

Na formação espacial está contida a estrutura e os movimentos da formação econômica e social. O arranjo espacial revela o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e relação do homem com o seu meio físico. O arranjo espacial é a estrutura da totalidade social, em que a base desta estrutura é o processo de reprodução social. Tal categoria auxilia na compreensão das formas, estruturas e aparências. “Entendemos por arranjo espacial uma estrutura de objetos espaciais, uma localização-distribuição organizada de objetos espaciais, uma totalidade de objetos estruturada em forma espacial. Daí seu papel a um só tempo descritivo e analítico” (MOREIRA, 2011, p.75).

Segundo Moreira (2011, p.63), a análise do espaço deve se voltar para as leis desse processo e “[...] o arranjo espacial pode e deve ser transformado numa categoria de análise, de fundamental valor para a análise do espaço”.

A partir da definição de que o objeto da geografia é o espaço, Moreira (2011, p.63) discorreu então que o objetivo da geografia é o “[...] conhecimento da natureza e as leis do movimento da formação econômica-social por intermédio do espaço”. O espaço é social e o espaço geográfico é um espaço produzido. A natureza é condição concreta da reprodução social do espaço geográfico e da existência social dos homens. O trabalho social transforma o meio e o homem em um ser social. As relações sociais derivam da transformação do meio natural em meio de subsistência, o que caracteriza o trabalho. Dessa maneira, a formação espacial é resultado do processo de interação homem-meio e homem-homem.

Parece-nos pertinente [...] propormos tomar a geografia como a ciência de análise das formas espaciais que transformam as relações homem-meio e homem-homem numa dada formação econômico-social. Nesse sentido, ciência de análise da formação espacial (MOREIRA, 2011, p.66).

A relação homem-meio é temporal e caracteriza um movimento dialético de transformações contínuas e descontínuas de conteúdo-forma e de tempo-espaço. Dessa maneira, a relação homem-meio pode ser compreendida por meio da formação espacial, evidenciando processos e grau de desenvolvimento (MOREIRA, 2011).

A formação espacial é a estrutura do espaço produzido, caracterizando a formação econômica e social em sua expressão espacial. Tal conceito abrange a totalidade e auxilia na análise sobre as formas de organização das sociedades em diferentes tempos da história.

Produzida simultaneamente e pelo mesmo processo de produção da formação econômico-social, a formação espacial exerce papel dialético fundamental na dinâmica da formação econômico-social como um todo, numa relação de correspondência necessária, já que é dela resultado e condição de reprodução (MOREIRA, 2011, p.69).

A formação econômica e social atravessa a infraestrutura, representada pela instância econômica, e as superestruturais, representadas pela instância jurídico-política e pela instância cultural-ideológica.

Essas três instâncias permeiam-se, formando uma totalidade social única e ao mesmo tempo diferenciada. [...] Projetando-se umas sobre as outras, cada qual contém as demais, de modo que um fenômeno social qualquer é, ao mesmo tempo, econômico jurídico-político e cultural-ideológico. Tal concepção de unidade decorre da própria concepção de totalidade social, que não deve ser entendida como uma combinação de partes ou de um

todo articulado com as partes. Uma totalidade social não é um sistema, é um todo confundido com as partes, sendo cada parte a forma específica como se manifesta o movimento multifacetado do todo. [...].

O espaço é a síntese projetiva desses três níveis de relação, sendo todas elas espaço de modo diferenciado e simultaneamente justamente por seus arranjos. Podemos, no entanto, visualizá-las como estruturas individuais, a fim de analisarmos o peso de regulação de cada qual no processo da reprodução da formação econômico-social através dos arranjos do seu espaço (MOREIRA, 2011, p.71).

O arranjo espacial econômico, a espacialidade da instância econômica, é definido pelas forças produtivas e relações de produção. As forças produtivas são a força de trabalho, os objetos de trabalho e os meios de trabalho. O espaço atua como forças produtivas, objeto de trabalho (primeira natureza; matéria-prima) e meio de trabalho (segunda natureza ou espaço produzido; componentes históricos). A articulação entre relações de produção e forças produtivas gera contradição por meio do grau de desenvolvimento e controle.

Os arranjos espaciais superestruturais, a espacialidade das instâncias superestruturais, podem ser: jurídico-político, representando principalmente pelo Estado, e ideológico-cultura, representado pelas instituições que disseminam valores, como família, escola, igreja, asilos, entre outras instituições.

A proposta de teoria de espaço é fundamentada por Moreira (2011) em três categorias de totalidade orientadas pelo arranjo espacial: formação econômica e social, o modo de produção e a formação espacial. “[...] O conceito de formação espacial passa pelos conceitos de formação econômico-social e este pelo modo de produção, e mais ainda pela forma como se articulam esses últimos, e vice-versa” (MOREIRA, 2011, p.76).

A formação econômica e social e modo de produção se constroem por meio de relações historicamente determinadas e se definem por uma totalidade social. A formação econômica e social define uma totalidade concreta e modo de produção define uma totalidade social abstrata.

Segundo Moreira (2011, p.78 e 79),

O arranjo espacial é a categoria da passagem. Ele é a ponte de união entre a formação espacial, o modo de produção e a formação econômico-social. E pela qual a descrição da formação espacial abre para a leitura do modo de produção e desta para a análise da formação econômico-social. O ponto do começo é o objeto espacial. A sua visualização na paisagem. [...] lendo a formação econômico-social através da formação espacial, desde o início a formação econômico-social se expressa como formação espacial, acontecendo a transfiguração recíproca que se deseja: a de se ver uma vendo a outra.

E a articulação destes 3 conceitos (categorias gerais de análise das

interações humanas a partir do arranjo espacial) evidencia pares dialéticos, como: concreto-abstrato, espaço-tempo, continuidade-descontinuidade (MOREIRA, 2011).

Assim, encerra-se a análise da trajetória do conceito marxista formação econômica e social. Karl Marx, ao refletir economicamente sobre a sociedade, utilizou em suas obras termos que levaram até a constituição da noção de formação econômica e social. Milton Santos foi responsável pela operacionalização do conceito marxista para a geografia. Para isso, foi necessário a inclusão do espaço. Dessa maneira, estabeleceu a formação socioespacial como uma categoria analítica. Ruy Moreira também trabalhou a partir do conceito marxista e apresentou a formação social como uma categoria totalizante para a análise espacial.

A partir desta discussão conceitual, aponta-se para a potencialidade da formação socioespacial nos estudos da geografia pretérita. Por se tratar de um conceito totalizante e com considerações historicistas, o direcionamento da formação socioespacial para as pesquisas na Geografia Histórica nos parece adequado e com potencial para resultados inéditos. A formação socioespacial abrange a escala nacional, contudo a escala nacional é formada a partir da relação entre as escalas regionais. Dessa maneira, a seguir será discutida a formação socioespacial brasileira no período colonial para a compreensão da formação da capitania de Minas Gerais.

4 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA ENTRE O PERÍODO “PRÉ-TÉCNICO” E O PERÍODO DOS “MEIOS TÉCNICOS”

O presente capítulo tem como intuito abordar o Brasil colonial, entendido como uma totalidade, em seus mais diversos aspectos econômicos, sociais, políticos, entre outros, buscando relacioná-lo com as frações espaciais que integram esta totalidade.

Ao abordarmos a formação socioespacial entre o período pré-técnico e o período dos meios técnicos, abordamos a transição observada no território brasileiro após o início da colonização. O período pré-técnico ou meio natural é definido pelo comando da natureza sobre as ações humanas. Neste momento, as sociedades precisavam se adaptar aos sistemas naturais, uma vez que os instrumentos artificiais eram escassos. Já os meios técnicos, marcam a atenuação do império da natureza. (SANTOS; SILVEIRA, 2006).

Moraes (2001) discorreu sobre a história territorial como uma forma de compreender a formação da sociedade a partir de seu território. No caso da formação brasileira, o autor apontou para a necessidade de compreensão dos acontecimentos europeus e da colonização da América.

A ideia central que se tem é de que essa história territorial seria altamente reveladora de alguns componentes centrais na formação de países de passado colonial. Ao fazer um estudo dos países de formação colonial, essa dimensão espacial ganharia um peso muito maior por uma razão muito simples: a colonização é em si mesma uma relação sociedade-espço (Id, 2001, p.105).

A colonização pode ser definida como a expansão de uma sociedade por um território e a colônia é a efetivação desta conquista. Segundo Moraes (2001, p.105 e 106), “na formação dos territórios, temos três dimensões: o território é uma construção bélica/ militar, é uma construção jurídica e é uma construção ideológica”. A ordem de ocorrência dessas dimensões pode variar.

As motivações para a lenta expansão europeia na América foram orientadas pela tênue disponibilidade de minerais, de cereais, de população e de finanças em Portugal e na colônia portuguesa (MORAES, 2001). Contudo, Furtado (1995) discorre que a ocupação das terras americanas foi um resultado da expansão comercial da Europa. O comércio europeu começou a crescer no século XII e até o século XV já estava em grau elevado.

A ocupação da América não se restringiu a questões comerciais, mas tornou-

se também uma questão política. Tal mudança de aspecto da ocupação se deu frente o caso da Espanha. Segundo Furtado (1995), a Espanha desfrutou economicamente das colônias de maneira instantânea, assim outras nações europeias passaram a utilizar as colônias para atacar os espanhóis.

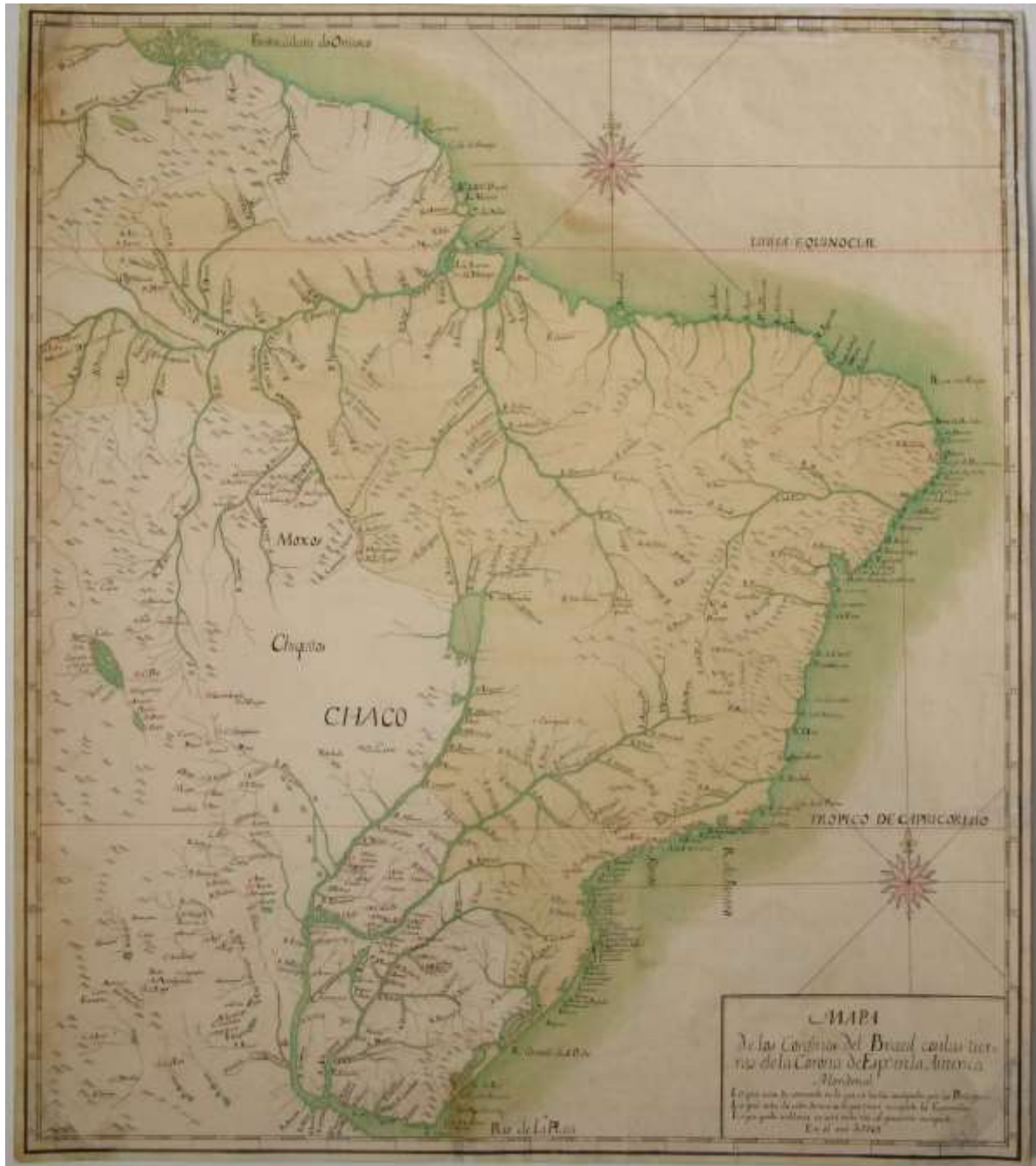
Segundo Moraes (2001), as geopolíticas metropolitanas foram específicas para cada nação europeia. Os vetores para a conquista dos territórios foram orientados pelo quadro demográfico, ou seja, as riquezas, as estruturas produtivas e a população como recurso natural, o que caracteriza uma estrutura pronta. Aliada a estes fatores, existiam também recursos naturais, como os minerais.

De acordo com Moraes (2001), o Brasil não oferecia nenhum quadro de interesse para a colonização inicialmente, uma vez que não havia uma unidade no território. Dessa maneira, entre os anos de 1500 e 1540, o Brasil foi utilizado apenas como pouso para as rotas portuguesas e comportava a presença de franceses. Assim, constatou-se a fraca consolidação do domínio português, sendo o encontro de riquezas nas colônias espanholas uma motivação para a manutenção de tal domínio.

O mapa a seguir, representado pela figura 3, apresenta uma parte da América do Sul, demonstrando a delimitação das fronteiras do Brasil colonial com as áreas hispânicas. O mapa é do ano de 1749.

Na figura 3, a área representada pela cor sépia representa a porção territorial dominada pelos portugueses. Neste mapa é possível constatar a representação de formas relevo, por meio das montanhas, e as vias fluviais, apresentadas pelas ramificações de correntes de água. Além dos elementos físicos, o mapa apresenta povoados e vilas, como por exemplo, Vila Rica, Sabará e Mariana, em Minas Gerais.

Figura 3 - Delimitação das fronteiras do Brasil colonial em 1749.



Fonte: Biblioteca Pública Municipal do Porto. Sala de manuscritos e reservados. Sem autor, 1749.

Assim, a partir da concepção de colonização e do entendimento do início dessa dinâmica no território brasileiro, os bandeirantes foram responsáveis pela exploração e o conhecimento inicial da colônia. A ação do bandeirantismo no território promoveu o encontro do ouro, o que transformou a dinâmica colonial brasileira.

4.1 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E O BANDEIRANTISMO

O bandeirantismo orientou de maneira significativa a ocupação e a exploração do território brasileiro. Essa orientação pode ser exemplificada pela abertura de caminhos, início de povoados e extermínio de outras povoações nativas. Contudo, o bandeirantismo foi, também, de extrema importância para a descoberta do ouro, uma vez que buscava encontrar a riqueza da colônia. Outro ponto que será destacado neste tópico é a relação entre o bandeirantismo e o extermínio das populações nativas.

Moreira (2012) discorreu sobre as fases da formação espacial brasileira a partir da relação estabelecida entre a sociedade e o espaço. Até o século XVIII, no planalto central da colônia, a formação espacial foi marcada pelos vetores fundacionais. Tais vetores se caracterizam pelo caráter territorial, sendo destacado o bandeirantismo e a expansão do gado.

O foco de irradiação do bandeirantismo foi em São Vicente, avançando para o litoral sul (costeamento), sudoeste (rumo ao território das missões jesuíticas), oeste e noroeste (rumo ao território das comunidades indígenas do planalto central e da Amazônia) e nordeste (território indígena do sertão e quilombolas da zona da mata, ambos rebelados) (MOREIRA, 2012).

O bandeirantismo tinha caráter apresador, repressor, destruidor das comunidades indígenas, manchas de cultivo e núcleos de futuras cidades. Contudo, a inspiração de tal movimento era a descoberta do ouro, da prata e de pedras preciosas. Segundo Moreira (2012), o bandeirantismo perdurou entre os séculos XVI e XVIII, momento em que foram descobertas minas de ouro e diamante no planalto central-mineiro.

Os bandeirantes alargaram os domínios da colônia portuguesa, uma vez que não respeitavam o Tratado de Tordesilhas, e garantiram a mercadoria escrava, uma vez que a expansão da economia açucareira aumentava a demanda por trabalho escravo. O direcionamento dos bandeirantes a busca de indígenas para a escravidão teve como consequência os conflitos com os jesuítas.

O movimento dos bandeirantes pode ser relacionado com a trilha do gado. Segundo Moreira (2012), estes aconteceram em sentido contrário. A trilha do gado teve origem na região açucareira da zona da mata, em Pernambuco, com rumo ao Piauí e Ceará, na direção oeste, e no planalto central, na direção sul. Os pontos de

paradas deram origem a manchas de cultivos e vilas.

4.2 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL, A DINÂMICA POPULACIONAL E A CRIAÇÃO DE VILAS

A criação de vilas e cidades, ao longo do processo de colonização e domínio do território, contribuiu para a formação socioespacial brasileira. Por meio do desenvolvimento e organização administrativa do território, foi possível a instalação e consolidação de fixos e fluxos, permitindo inclusive a compreensão da urbanização na passagem do meio natural para o período técnico.

Nos primeiros 150 anos de colonização existiam poucas vilas e cidades no Brasil. As capitânicas hereditárias, organização política e territorial feita no início da colonização, tinham como intuito a alocação de recursos financeiros para ocupar o território. Assim, as capitânicas hereditárias configuraram a terceirização e a privatização da colonização. O sistema produtivo das capitânicas hereditárias era o *plantation* e a economia se voltou para a produção do açúcar e extração madeireira.

Sobre a ocupação e organização territorial, Matos (2011, p.42) discorreu que “entre 1532 e 1615, apenas 10 vilas e cidades foram criadas dentre os 37 núcleos de povoamentos estabelecidos, boa parte deles por iniciativa dos donatários e colonos, alguns fadados ao abandono e esquecimento com o passar do tempo”.

A fundação de Salvador como representação do Governo Geral em 1549 foi uma necessidade econômica e geopolítica, assim como a fundação do Rio de Janeiro em 1567. Com a fundação de tais cidades, buscou-se estabelecer controle no litoral que separava Portugal da Espanha (MATOS, 2011).

Segundo Matos (2011), os núcleos colônias relevantes no século XVI eram as vilas de Agaraçu, fundada em 1535, e Olinda, fundada em 1537, como também Itamaracá, Vila de Nossa Senhora da Conceição, Recife e Goiana.

Com a efetivação da colonização portuguesa, outras vilas surgiram, tais como: São Vicente em 1532, Porto Seguro e Santa Cruz em 1535, Santos em 1543, Vitória em 1551, Santo André da Borda do Campo em 1553 e São Paulo do Piratininga em 1554 (MATOS, 2011).

Eram em sua maioria povoados precários, frequentemente acossados por ataques indígenas, não contando com boas condições de defesa e portos estáveis, o que dificultava a perenização dos assentamentos. Embora os índios fossem um problema para os planos da Metrópole, com o passar do tempo e a vinda de mais colonos ficou selado o destino dos nativos

mediante três processos de eliminação étnica: guerras de extermínio, doenças e miscigenação (Id, 2011, p.42).

Segundo Furtado (1995), a ocupação do Brasil se deu inicialmente frente a pressão exercida sobre Portugal, por meio do princípio de que as terras só seriam efetivamente dos portugueses se fossem ocupadas. Porém, os recursos financeiros portugueses para este feito eram limitados. Dessa maneira, o desenvolvimento agrícola das terras brasileiras foi uma medida encontrada para a utilização econômica das terras americanas. Assim, foi estabelecida a empresa espoliativa e extrativa.

O interesse de outras nações europeias pelo Brasil influenciou também na ocupação e fixação dos portugueses. Os ataques de ingleses, holandeses e franceses no Nordeste brasileiro demandaram a dinâmica de defender o território também espanhol, assim Portugal se fixou na foz do Amazonas, posição-chave para controle da bacia (FURTADO, 1995).

A experiência havia já demonstrado que a simples defesa militar sem a efetiva ocupação da terra era, a longo prazo, operação infrutífera, seja porque os demais povos não reconheciam direito senão sobre as terras efetivamente ocupadas, seja porque, na ausência de bases permanentes em terra, as operações de defesa se tornavam muito mais onerosas (FURTADO, 1995, p.66).

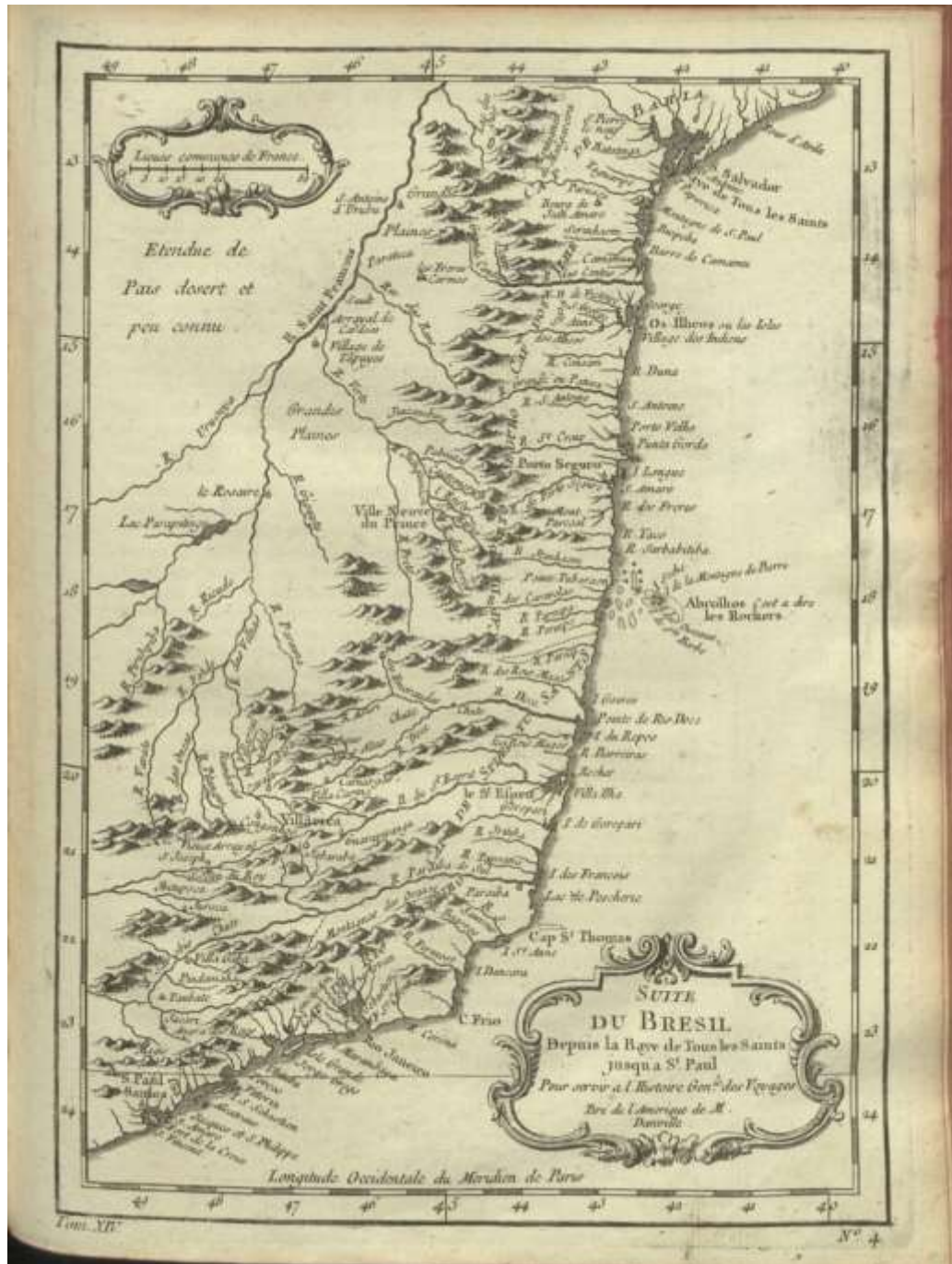
Durante o apogeu do açúcar, os portugueses ocuparam toda a costa até a foz do Amazonas, outras nações foram expulsas e criaram colônias permanentes. Conforme Matos (2011), a capitania de Pernambuco e os povoados do Brasil setentrional se desenvolveram em decorrência da economia açucareira. Contudo, a expansão dos núcleos do povoamento acarretou a diversificação da economia e surgiram grupos que acumulavam poder não rural, ou seja, o comercial. O comércio passou a ter participação na administração colonial.

O momento foi caracterizado pela emigração da população de algumas regiões, o deslocamento de recursos (mão-de-obra escrava) e a formação de corrente migratória Portugal-Brasil.

Antes do domínio holandês, Maranhão, Pará e Paraíba apresentavam ocupação territorial considerável com núcleos do povoamento apoiados por redes coloniais. A urbanização ao longo do domínio holandês foi caracterizada pela instalação de estruturas e manutenção do poder dos senhores de engenho. No período de dominação holandesa no Brasil, a força dos proprietários de terra estava na Zona da Mata nordestina, pelos senhores de engenho (MATOS, 2011).

O mapa histórico apresentado na figura 4 apresenta o Brasil colonial no século XVIII. Como também verificado por Porto (2014), o mapa demonstra acidentes geográficos, rios, localidades e vilas. Destaca-se a presença de Vila Rica na figura 4, importante localidade para o período minerador, além de Rio de Janeiro, Salvador e outras vilas formadas no período.

Figura 4 - Carta Suite du Bresil, 1754.



FONTE: Biblioteca Nacional de Portugal. PRÉVOST (et al.), 1754.

Ao verificar a dinâmica populacional do Brasil colonial e a criação de vilas, constatou-se a relação entre esta dinâmica e as atividades econômicas que estavam sendo implantadas e desenvolvidas. A indústria açucareira contribuiu para a formação socioespacial brasileira, impulsionando a articulação territorial brasileira, bem como o desenvolvimento de frações do território, como será destacado a seguir.

4.3 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E A INDÚSTRIA AÇUCAREIRA

O governo português incentivou a instalação de engenhos na colônia. Assim, “favores especiais foram concedidos subsequentemente àqueles que instalassem engenhos: isenção de tributos, garantia contra a penhora de instrumentos de produção, honrarias e títulos, etc.” (FURTADO, 1995, p.41).

Constituiu-se, a expansão comercial europeia à empresa agrícola na América, em que “a América passa a constituir parte integrante da economia reprodutiva europeia, cuja técnica e capitais nela se aplicam para criar de forma permanente um fluxo de bens destinados ao mercado europeu” (FURTADO, 1995, p.8).

A empresa agrícola marcou a instalação de fixos no Brasil e o estabelecimento de uma rede de fluxos com as nações europeias. A partir do entendimento desta dinâmica, é possível compreender o arranjo espacial brasileiro que estava sendo construído.

Furtado (1995) destacou o esforço do governo português em desenvolver a indústria açucareira, dada as dificuldades físicas e os custos de transporte. Contudo, a dificuldade inicial maior destacada foi a falta de mão-de-obra. Para o colono permanecer na terra, era necessário ter escravos.

Aqueles grupos de colonos que, em razão da escassez de capital ou da escolha de uma base geográfica inadequada encontraram maiores dificuldades para consolidar-se economicamente, tiveram de empenhar-se por todas as formas na captura dos homens da terra. A captura e o comércio do indígena vieram constituir, assim, a primeira atividade econômica estável dos grupos de população não-dedicados à indústria açucareira. Essa mão-de-obra indígena, considerada de segunda classe, é que permitirá a subsistência dos núcleos de população localizados naquelas partes do país que não se transformaram em produtores de açúcar (FURTADO, 1995, p.42).

Embora, por exemplo, São Vicente tenha se aproveitado da abundância de indígenas, a escravidão indígena foi pontuada por Furtado (1995) como inviável. Assim, a captura e a exploração dos povos originários não justificaram a

manutenção da colonização.

A manutenção da colonização no século XVI teve como subsídio a indústria açucareira. Ainda conforme Furtado (1995), os senhores de engenhos trabalhavam em escalas grandes, dadas as condições do meio. Assim, os capitais foram importados junto com os equipamentos e a mão-de-obra europeia especializada, assalariada como citada anteriormente.

A mão-de-obra de indígena, caracterizada como inviável, foi utilizada apenas para a operação de atividades não especializadas, contudo, pontua-se que

Nas primeiras fases de operação, muito provavelmente coube ao trabalho indígena um papel igualmente importante. Uma vez em operação os engenhos, o valor destes deveria pelo menos dobrar o capital importado sob a forma de equipamentos e destinado a financiar a translação dos operários especializados (Id, 1995, p.47).

Com relação à mão-de-obra livre e europeia, os salários e retribuições com terras não atraía os colonos, somado ao fato de que os portugueses já estavam familiarizados com o comércio de escravos africanos e, dessa maneira, com a mão-de-obra escrava que se tornou economicamente viável (FURTADO, 1995).

Segundo Furtado (1995), a implantação posterior do trabalho africano não modificou essa dinâmica, apenas substituiu. O trabalho escravo dos africanos foi caracterizado por ser mais eficiente e com recrutamento menos incerto, quando comparado ao trabalho escravo dos indígenas.

Furtado (1995) abordou os fatores de êxito da empresa agrícola. Segundo tal autor, o investimento em açúcar ocorreu inicialmente nas ilhas do Atlântico e, posteriormente, se deu o desenvolvimento da indústria de engenhos em Portugal. Era comum crises no preço do açúcar e a absorção comercial limitada do produto. Contudo, o início da produção no Brasil contribuiu para o fim do monopólio venezuelano.

Ainda de acordo com Furtado (1995), os flamengos foram destacados frente a sua importância no desenvolvimento econômico inicial brasileiro. A partir do século XVI, os flamengos passaram a ser um importante parceiro no comércio de açúcar. Se encarregavam pelo recolhimento, refinação e distribuição por toda Europa. Os flamengos contribuíram para a expansão do açúcar e, conseqüentemente, o êxito da colonização do Brasil. Os holandeses tiveram fundamental importância nesse processo, sendo responsáveis inclusive pelo investimento em engenho e financiamento da escravidão.

Assim, o século XVI foi marcado pelo desenvolvimento e especialização de uma grande empresa agrícola. Para que isso ocorresse, foi necessário desenvolvimento de técnicas de produção, criação de mercado, mão-de-obra e financiamento. Até o final do século XVI, existiam na colônia 120 engenhos e a renda gerada na colônia estava concentrada nas mãos dos proprietários de engenho. Frente a relação econômica da colônia com a metrópole, uma série de medidas foram tomadas para evitar a concorrência (FURTADO, 1995).

O sucesso do mercado agrícola trouxe perspectiva para a utilização econômica das terras americanas, uma vez que, a princípio, apenas a esperança de encontrar ouro manteve o interesse de Portugal em conservar as terras brasileiras (FURTADO, 1995; MORAES, 2001).

No momento próspero da economia açucareira, os portugueses estenderam seus domínios no Norte com a intenção de defender o monopólio do açúcar. No fim do século XVI, as terras com potencial de produção de açúcar estavam sob o domínio de Portugal e Espanha (FURTADO, 1995).

Acontecimentos internacionais e a relação de Portugal com outras nações europeias influenciaram diretamente na formação socioespacial brasileira ao longo do meio natural e dos períodos técnicos. Frente a uma guerra entre a Espanha e a Holanda, houve uma desarticulação do sistema econômico açucareiro. Os Holandeses passaram a investir em engenhos no Caribe e derrubaram o valor do açúcar no século XVII (FURTADO, 1995).

O século XVII foi marcado por dificuldades políticas para a colônia. Ao longo da primeira metade deste século, o desenvolvimento da economia açucareira foi interrompido pelas invasões holandesas. Tal ocorrido foi mais prejudicial para Portugal do que para o Brasil, uma vez que os portugueses acaram com as operações de guerra e “a administração holandesa se preocupou em reter na colônia parte das rendas fiscais proporcionadas pelo açúcar, o que permitiu um desenvolvimento mais intenso da vida urbana” (FURTADO, 1995, p.65).

Ainda de acordo com Furtado (1995), as grandes perdas para Portugal foram a perda da mercadoria, a perda com gastos militares e a perda do monopólio. A segunda metade do século foi caracterizada pela baixa rentabilidade da colônia, pelo baixo comércio e pelas dificuldades de administração e defesa.

Matos (2011) discorreu sobre a importância dos assentamentos para a ocupação territorial da colônia e a invasão de outras potências imperialistas. O autor

citado afirma

Que estruturas burocráticas de Estado requerem assentamentos duráveis nas áreas conquistadas, sob o risco de perdê-los para potências inimigas. Mesmo Portugal, combatido financeiramente, tratou de construir aparatos administrativos e de defesa, instalações de estímulo ao comércio interno e de cabotagem, fatores que costumam exigir o desenvolvimento de localidades de maior densidade demográfica: vilas e cidades (Id, 2011, p.44)

A situação de Portugal após a expulsão dos holandeses prejudicou a exploração da colônia e a busca por metais pesados. Houve queda no preço do açúcar por conta do domínio dos holandeses no Caribe. Configurou-se uma crise na economia açucareira frente à necessidade de investimentos na agroindústria e a falta de recursos para compra de escravos. Assim os comerciantes e judeus, estabelecidos nas cidades coloniais brasileiras, iniciaram a mediação da compra e venda de escravos africanos, o que resultou no endividamento dos latifundiários (MATOS, 2011).

Entre os anos de 1580 e 1640, Portugal se submeteu à União Ibérica. Neste momento, o rei de Portugal e Espanha buscou destruir a França com a ocupação estratégica de pontos da colônia, o que resultou na expulsão dos franceses de São Luis, em 1615 (MATOS, 2011).

Este período de submissão política se estendeu até o fim do Tratado de Tordesilhas. Segundo Moraes (2001), este período foi marcado por expansão e fracionamento, sendo eventos importantes o povoamento holandês, o Quilombo dos Palmares, as missões do Vaticano e a colônia de Maranhão.

Segundo Furtado (1995), o encerramento desta etapa colonial se deu com a evolução da colônia portuguesa na segunda metade do século XVII. Neste momento, ao se desvincular da Espanha, Portugal encontrava-se debilitado em um mundo imperialista. Assim, se aliou a uma grande potência: a Inglaterra. Essa aliança influenciou os séculos seguintes brasileiros (FURTADO, 1995).

Na primeira metade do século XVIII, a região do Pará assumiu um centro de exportação de produtos florestais, sendo estes: cacau, baunilha, canela, cravo e resinas aromáticas. A extração desses produtos dependia da mão-de-obra indígena, que trabalhando no meio da floresta, não se submetia à escravidão. Dessa maneira, os jesuítas atuaram nesse processo, dada a facilidade de lidar com os indígenas, e não foram utilizados sistemas coercivos, uma vez que se aproximavam dos indígenas pela defesa, buscavam formas racionais de convivência e, em seguida, a

exploração servil dessa mão-de-obra (FURTADO, 1995)

O conhecimento do território, da floresta e de suas potencialidades pelo colono ocorreu juntamente com o movimento de caça ao indígena. Assim, a utilização da mão-de-obra indígena foi fator decisivo para a expansão territorial na primeira metade do século XVIII (FURTADO, 1995).

Assim, a indústria açucareira, bem como outras atividades econômicas estavam sendo desenvolvidas na colônia, teve participação na formação socioespacial brasileira. Mesmo com a centralidade em algumas regiões, desenvolveu-se uma rede que demonstra o início de uma divisão territorial do trabalho. Essa mesma lógica se aplica a mineração e a articulação dos territórios coloniais.

4.4 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL, A ATIVIDADE PECUÁRIA E A MINERAÇÃO

Sobre outras regiões da colônia, Furtado (1995) discorreu sobre o Norte, o centro autônomo do Maranhão e o centro autônomo do Pará. O Maranhão era articulado com a região açucareira e com a periferia pecuária. O Pará se caracterizou pela economia extrativista florestal organizada pelos jesuítas com a exploração de mão-de-obra indígena.

Os principais centros econômicos estavam na faixa açucareira, na região mineira e no Maranhão, ligados de maneira fluida e imprecisa por meio do *hinterland* pecuário. O Maranhão foi o único centro com prosperidade no final do século XVIII, favorecidos por Pombal na luta contra os jesuítas, adversários na escravização dos indígenas. Houve assim a criação de um comércio altamente capitalizado com a produção de açúcar e arroz. A guerra de independência do Estados Unidos da América facilitou o desenvolvimento por serem excluídos do comércio mundial (FURTADO, 1995).

De acordo com o discorrido por Furtado (1995), com exceção do Maranhão, toda a economia colonial estava prostada. A depressão do ouro se estendeu até a primeira metade do século XIX, o que afetou a pecuária no Sul.

Contudo, um conjunto de fatores circunstanciais deu à colônia, no começo do século XIX, uma aparência de prosperidade, tanto maior quanto a transferência do governo metropolitano e a abertura dos portos, em 1808, criaram um clima geral de otimismo (FURTADO, 1995, p.91).

A aceleração da evolução política e o prolongamento das dificuldades

econômicas foram consequências dos acontecimentos mundiais no Brasil. O governo central perdeu sua autoridade no país frente à insatisfação por causa das dificuldades econômicas. “As inúmeras rebeliões armadas do norte e a prolongada guerra civil do extremo sul são o reflexo desse processo de empobrecimento e dificuldades” (FURTADO, 1995, p.96).

Neste contexto, o café começou a surgir como fonte de riqueza. “Graças a essa nova riqueza forma-se um sólido núcleo de estabilidade na região central mais próxima da capital do país, o qual passa a constituir verdadeiro centro de resistência contra as forças de desagregação que atuam no norte e no sul” (FURTADO, 1995, p.97).

A chegada da família real em 1808 no Rio de Janeiro promoveu mudanças na vida da colônia e iniciou um choque de modernização. O Rio de Janeiro foi declarado Império e passou a ser habitado por mais de 15 mil novos imigrantes portugueses (MATOS, 2011).

Neste momento, aumentou-se a influência inglesa na colônia, com a abertura dos portos e as baixas taxações para os produtos ingleses, não havendo concorrência. Assim, ocorreu a dinamização do mercado e a introdução de novos hábitos e culturas (MATOS, 2019).

Dessa maneira, iniciaram os investimentos em urbanização e a ampliação do comércio de importações e exportações. As ideias associadas ao progresso material com a construção de fábricas, estradas, navios e docas se tornaram centrais. Dom João VI incentivou o setor siderúrgico (MATOS, 2011).

Com isso Minas experimentou um incremento econômico importante e multifacetado, o que incluiu, além da produção de gêneros alimentícios, uma série de itens que abasteciam a Corte, ávida de comida e utensílios, e os mercados regionais da Província. Os caminhos de Minas e os fluxos de mercadorias continuaram estruturando os núcleos de povoamento das atuais regiões Sul e Sudeste, enquanto as trocas migratórias já tinham como referência de origem-destino uma série de cidades de Minas Gerais (MATOS, 2019, p.39).

Em 1817, o Rio de Janeiro contabilizava 110 mil habitantes, se caracterizando pela centralidade político-administrativa. A imigração promoveu a construção de um valor simbólico para a cidade.

Na discussão da urbanização brasileira no passado, parece fora de dúvida que a cidade do Rio de Janeiro estava predestinada a se tornar a única grande cidade do país, a ponto de rivalizar-se em tamanho com outros grandes centros urbanos das Américas. As inovações introduzidas na cidade a distinguiram como primeira a receber uma complexa e inédita estrutura administrativa, comercial e de serviços, abarcando as áreas de

segurança militar, navegação, ensino superior, saúde, religião e imprensa, algo jamais experimentado por nenhuma outra cidade da Colônia, como a velha Salvador, que ainda centralizava a economia açucareira, nem Vila Rica, São João Del Rey, Diamantina e Serro, núcleos importantes da economia mineradora. Sob d. João, o Rio de Janeiro se beneficiou com a instalação da primeira tipografia do Brasil, a partir da inauguração da Imprensa Régia e da circulação da Gazeta do Rio de Janeiro. A imprensa doravante ganharia projeção e logo passaria a influir nos rumos políticos do país, utilizando-se do efeito difusor do noticiário da Corte nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador, Recife, entre outras (MATOS, 2011, p.50 e 51).

Segundo Furtado (1995), os acontecimentos mundiais que influenciaram no fim do século XVIII e início do século XIX colonial brasileiro foram: a Guerra de Independência dos Estados Unidos da América, a Revolução Francesa, as Guerras Napoleônicas e a desarticulação do Império Espanhol na América.

Com a revolta dos escravos no Haiti, em 1789, houve uma alta na economia açucareira brasileira. A demanda da atividade industrial inglesa por algodão também foi um fato apresentado por Furtado (1995).

A economia açucareira também foi responsável pelo desenvolvimento de outro setor econômico, a criação de animais de tração. A criação desses animais cresceu de maneira elevada, uma vez que o desmatamento das florestas próximas ao litoral demandava a busca de lenha em distâncias elevadas. Assim, a criação de gado na faixa litorânea passou a ser proibida, dado a necessidade de conservar as plantações. Essa proibição foi feita pelo governo português. E assim ocorreu a separação da atividade açucareira da criatória. Criou-se uma economia dependente na própria região nordestina (FURTADO, 1995).

A criação de gado, inicialmente no Nordeste e posteriormente no Sul, se diferenciou economicamente da atividade açucareira. As características que orientaram essa diferenciação foi a ocupação extensiva e itinerante de terras. A distância de água e de mercados exigia o deslocamento dos animais. Segundo Furtado (1995) era insignificante porção de terras ocupadas permanentemente por essa atividade econômica.

A acumulação de capital gerada pela economia criatória se deu em constante expansão, ao passo que havia terra para isso. A economia criatória orientou a penetração e ocupação do interior brasileiro. Inicialmente, a atividade criatória foi introduzida pela açucareira, porém sua rentabilidade era baixa. A renda se dava pela venda de gado no litoral e exportação do couro. Poucas pessoas se ocupavam da atividade criatória. Furtado (1995) apresentou o dado de 13.000 pessoas para 650.000 gados. Inicialmente buscou-se a mão-de-obra indígena para essa fase

(mais adaptável), mas como apresentavam resistência, utilizou-se a população local.

Segundo Furtado (1995), a condição do desenvolvimento deste sistema econômico estava atrelada à disponibilidade de terras.

Dada a natureza dos pastos do sertão nordestino, a carga que suportavam essas terras era extremamente baixa. Daí a rispidez com que os rebanhos penetraram no interior, cruzando o São Francisco e alcançando o Tocantins e, para o norte, o Maranhão nos começos do século XVII (Id, 1995, p.58).

O distanciamento dos pastos do litoral aumentou os custos de transporte. A atividade criatória se caracterizava por ser acessível para colonos sem recursos e ocorreu assim a migração da população São Vicente para trabalhar nessa atividade. A criação nordestina dependia da economia açucareira. “[...] a expansão desta que comandava o desenvolvimento daquela” (FURTADO, 1995, p.59).

A expansão da pecuária gerou a expansão dos rebanhos e a incorporação de mão-de-obra. Contudo, a economia criatória ainda era de subsistência. A expansão da economia açucareira e da criatória não acarretavam na mudança da estrutura produtiva. O mesmo aconteceu com as baixas nos preços, pois não modificavam o ritmo, uma vez que compensa continuar operando, uma vez que não havia mudança nos fatores de produção. A atividade açucareira requeria gastos monetários no processo de reposição de capital. A atividade criatória não (FURTADO, 1995).

A dispersão da população na agropecuária produziu novas formas de divisão do trabalho e especialização, segundo Furtado (1995) caracterizou-se um retrocesso em técnicas artesanais de produção.

O empobrecimento da região açucareira e a redução do mercado de escravos, repercutiu no Sul. Os couros exportados no Sul passaram a ter mais importância. A atividade criatória na região do Rio da Prata era forte e preocupava os portugueses.

Em 1680, os portugueses criaram a colônia do Sacramento, em um episódio de expansão territorial no período de decadência da atividade açucareira. Tal criação teve como intuito o reforçamento dos negócios do couro (FURTADO, 1995).

Tal momento foi de crescimento dos setores de subsistência no norte, sul e nordeste, caracterizado pela diminuição da exportação e pouca arrecadação de impostos e transferência para a metrópole. Frente a este cenário, ocorreu também o empobrecimento das regiões e a dificuldade para importar mercadorias básicas, como sal, espingarda, entre outros (FURTADO, 1995).

O resultado foi a afirmação da economia de subsistência, o atrofiamento da

divisão do trabalho, a redução da produtividade, a fragmentação do sistema em unidades produtivas menores, a desaparecimento de formas complexas de convivência social, a substituição de leis gerais para leis locais (FURTADO, 1995).

O período seguinte se caracterizou pela colônia em empobrecimento e a demanda de altos gastos. “Em Portugal compreendeu-se claramente que a única saída estava na descoberta de metais preciosos. Retrocedia-se, assim, à ideia primitiva de que as terras americanas só se justificavam economicamente se chegassem a produzir ditos metais” (FURTADO, 1995, p.73).

Segundo Matos (2011), no momento de declínio da agricultura de exportação, aumentava-se a busca por metais preciosos e, para o encontro dos metais era necessário o conhecimento da colônia.

O conhecimento do interior da colônia demandava gastos, contudo, os homens do planalto de Piratininga já tinham esse conhecimento só lhes faltava a técnica. Segundo Furtado (1995, p.73), “o estado de prostração e pobreza em que se encontravam a Metrópole e a colônia explica a extraordinária rapidez com que se desenvolveu a economia do ouro nos primeiros decênios do século XVIII”.

No fim do século XVII, houve o encontro do ouro. Segundo Matos (2011), a exploração intensa ocorreu em 1698.

Com o volume do ouro de aluvião encontrado em centenas de córregos e ribeirões na região entre Ouro Preto e Sabará, a desorganização, o contrabando, as disputas que se seguiram à corrida do ouro exigiram a presença das autoridades coloniais na região, em momento de grande crescimento populacional, crises de fome e conflitos. Tudo isso repercutiu na desarticulação da produção açucareira nordestina, em decorrência da enorme demanda de escravos africanos e dos reflexos sobre o preço dos cativos. A partir de então o foco da economia colonial desloca-se para sul (MATOS, 2011, p.45 e 46).

Assim, iniciou o período aurífero. Neste período, a principal e mais rentável atividade econômica desenvolvida na colônia passa a ser a exploração das jazidas. Inicialmente, nos primeiros anos, os pontos de exploração mineral orientavam e centralizavam a dinamização da economia. Dessa maneira, uma estrutura física se direcionava para os locais de maior exploração. Além da questão econômica, políticas e dinâmicas sociais se intensificaram na região mineradora. Tais assuntos serão abordados no subtópico a seguir.

4.5 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E A MINERAÇÃO

A mineração marcou e ainda marca a formação socioespacial brasileira de forma significativa e diversificada. Essa marca pode ser expressa na criação e intensificação de fluxos migratórios, bem como na diferenciação da dinâmica da mão-de-obra observada na mão-de-obra colonial.

A mineração foi responsável por promover o início de um novo ciclo migratório para a colônia e a oportunidade para pessoas com recursos limitados, uma vez que a atividade mineradora era mais simples. Portugal criou critérios para barrar o fluxo migratório, uma vez que a nação se encontrava em estagnação econômica. “Com efeito, tudo indica que a população colonial de origem europeia duplicou no decorrer do século da mineração” (FURTADO, 1995, p.74), contudo não há números exatos sobre a migração. Os próprios imigrantes financiavam suas viagens. Se tratava de pessoas com poucas posses que liquidavam seus bens afim de enriquecer rapidamente na mineração.

Segundo Matos (2011, p.46), “o ouro fez debelar a crise financeira portuguesa instaurando atividades econômicas não vinculadas às oligarquias rurais, em meio ao advento repentino de milhares de aventureiros em busca de riqueza supostamente de fácil obtenção”. Contudo, a renda média da economia mineradora se caracterizou pela oscilação. A exportação do ouro cresceu na primeira metade do século XVIII, tendo seu máximo em 1760 (FURTADO, 1995).

A concentração de trabalhadores na mineração gerou dificuldades de abastecimento. Assim ocorreu problemas sociais, como a fome, nas regiões do ouro. “A elevação dos preços dos alimentos e dos animais de transporte nas regiões vizinhas constituiu o mecanismo de irradiação dos benefícios econômicos da mineração” (FURTADO, 1995, p.76).

De acordo com Costa; Scarlato (2010), o desenvolvimento da economia mineradora gerou a formação de núcleos populacionais tendo a mineração como principal atividade e, também, núcleos com atividades subsidiárias a tal economia. Dessa maneira, os problemas de abastecimento foram atenuados.

A economia mineradora pode ser comparada com a economia açucareira. Esta comparação pode ser feita com relação ao trabalho livre e ao trabalho escravo. Segundo Furtado (1955), na atividade açucareira, os homens livres, abaixo dos senhores de engenho ou proprietários de terra, não alcançariam “expressão social”.

A estagnação dessa economia impossibilitou ainda mais a elevação social. Na economia mineradora, as possibilidades de ascensão eram maiores e os recursos iniciais desta atividade eram reduzidos.

Ainda sobre o trabalho, Furtado (1995) também discorreu sobre as possibilidades dadas pela mineração para os trabalhadores escravos.

A forma como se organiza o trabalho permite que o escravo tenha maior iniciativa e que circule num meio social mais complexo. Muitos escravos chegam mesmo a trabalhar por conta própria, comprometendo-se a pagar periodicamente uma quantia fixa a seu dono, o que lhes abre a possibilidade de comparar a própria liberdade (FURTADO, 1995, p.75).

A relação da mineração com a terra também se diferenciou da relação da atividade açucareira com a terra. Na economia mineradora, o capital fixo era reduzido e existia a possibilidade de deslocamento, uma vez que a lavra podia esgotar. Além disso, esta foi caracterizada também pela especialização e pelos lucros altos (FURTADO, 1995; COSTA, 2011).

A comparação entre a economia açucareira e a economia mineradora pode ser feita ainda a partir da integração nacional promovida e o desenvolvimento de um novo ciclo para as demais atividades econômicas. Segundo Furtado (1995), ao “[...] contrário do que ocorrera no Nordeste, onde se partiu de um vazio econômico para a formação de uma economia pecuária dependente da açucareira, no sul do país a pecuária preexistiu à mineração”.

Mesmo com tal preexistência, a demanda mineral promoveu o avanço da pecuária (MORAES, 2001). A pecuária de baixa rentabilidade, com exceção da venda de couro, passou por uma revolução com a economia mineira. Ocorreu a valorização do gado e o seu deslocamento do Sul e do Nordeste para a região mineradora.

Segundo Furtado (1995, p.76), “esse deslocamento do gado nordestino teria que acarretar a elevação dos preços que pagavam os engenhos, razão pela qual provocou fortes reações oficiais e tentativas de interdição” quanto ao deslocamento desta economia para o sul da colônia.

Assim, a região Sul foi mais beneficiada que a região Nordeste, frente à integração do conjunto da economia brasileira. Criou-se em São Paulo a venda de mulas que provinham do Rio Grande do Sul para compradores de diversas regiões. Segundo Furtado (1995, p.77), “[...] a economia mineira, através de seus efeitos indiretos, permitiu que se articulassem as diferentes regiões do país”.

A economia mineira também trouxe consequências para o sistema de transporte das regiões vizinhas. As minas estavam localizadas longe do litoral, de maneira dispersa em uma região montanhosa. Assim, criou-se uma alta dependência de um complexo sistema de transporte e a necessidade de uma tropa de mulas.

A quase inexistência de abastecimento local de alimentos, a grande distância por terra que deveria percorrer todas as mercadorias importadas, a necessidade de vencer grandes caminhadas em região montanhosa para alcançar os locais de trabalho, tudo contribuía para que o sistema de transporte desempenhasse um papel básico no funcionamento da economia. Criou-se, assim, um grande mercado para animais de carga. [...] Se se considera em conjunto a procura de gado para corte e de muaras para transporte, a economia mineira constituiu, no século XVIII, um mercado de proporções superiores ao que havia proporcionado a economia açucareira em sua etapa de máxima prosperidade (FURTADO, 1995, p.76 e 77)

Assim, a pecuária participou da economia mineradora de maneira diferente da forma como auxiliou a economia açucareira. Além da pecuária presente no Nordeste e no Sul da colônia, Furtado (1995) discorreu sobre a existência de uma economia pecuária rudimentar no Rio Grande e no Mato Grosso, com foco para a exportação de couro. Destaca-se ainda que existiam regiões com economias independentes que tendiam a subsistência.

Com relação à economia de subsistência, esta foi ampliada na colônia com a decadência do ouro. Segundo Furtado (1995), a regressão econômica gerou a expansão da área de subsistência. Nas regiões mineiras não houve atividade econômica permanente, apenas agricultura de subsistência. A população numerosa se expandiu na economia de subsistência e formou os principais núcleos demográficos do país.

A esperança de novas descobertas mineiras prolongou a insistência dos colonos, que se tornaram faiscadores. Posteriormente, a mineração se restringiu a uma economia de subsistência.

Uns poucos decênios foram suficientes para que se desarticulasse toda a economia da mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se grande parte de seus elementos numa economia de subsistência, espalhados por uma vasta região em que eram difíceis as comunidades e isolando-se os pequenos grupos uns dos outros (FURTADO, 1995, p.85).

A exploração do território colonial também teve interferência da mineração. Segundo Costa (2018, p.170),

Geograficamente, a região central de Minas viabilizou, pela por sua condição mineral e enorme capacidade de atração populacional nos Setecentos, a interiorização dos caminhos do Brasil. Da região central,

seguiram aventureiros pelo caminho de Goiás em busca de novas oportunidades, o que marca o início da conquista do oeste brasileiro.

Em 1763, o Rio de Janeiro foi elevado a capital do Brasil. Tal mudança administrativa promoveu impacto direto na formação socioespacial brasileira no meio natural e nos períodos técnicos. Novos fixos foram implantados e os fluxos tiveram um novo direcionamento.

Frente à consolidação da nova capital colonial e o investimento neste território, Minas Gerais não perdeu a influência política e econômica. Pelo contrário, foi beneficiada com a mudança socioespacial. Segundo Matos (2019, p.37)

Durante o século XVIII, enquanto a Coroa tenha drenado grandes somas de minerais preciosos para Portugal, Inglaterra e para a consolidação do Rio de Janeiro como nova capital, Minas manteve-se forte política e economicamente, exibindo diversidade econômica em um contexto autóctone de relativa autonomia regional e dispersão de territorialidades, inclusive valendo-se geopoliticamente de sua proximidade com o Rio de Janeiro.

Matos (2019) ainda contribuiu com o assunto ao discorrer que nos anos setecentos, a colônia portuguesa se configurou como um país, uma vez que é possível observar a unificação da língua, da ideia de nação e brasilidade em uma unidade territorial.

Entre os anos de 1775 até 1800, a colônia enfrentou novas dificuldades.

A economia brasileira se apresentava como uma constelação de sistemas em que alguns se articulavam entre si e outros permaneciam praticamente isolados. As articulações se operavam em torno de dois pólos principais: as economias do açúcar e do ouro. Articulada ao núcleo açucareiro, se bem que de forma cada vez mais frouxa, estava a pecuária nordestina. Articulada ao núcleo mineiro estava o hinterland pecuário sulino, que se estendia de São Paulo ao Rio Grande. Esses dois sistemas, por seu lado, ligavam-se frouxamente através do rio São Francisco, cuja pecuária se beneficiava da meia-distância a que se encontrava entre o Nordeste e o centro-sul para dirigir-se ao mercado que ocasionalmente apresentasse maiores vantagens (FURTADO, 1995, p.90).

Constata-se a influência das atividades econômicas para a integração territorial no período colonial. Por meio do descrito na citação, entende-se que se desenvolvia no Brasil uma divisão territorial e uma especialização das atividades econômicas, que estavam orientadas por técnicas específicas para o seu desenvolvimento e manutenção. Assim, algumas regiões já experimentavam a criação de um meio técnico.

A partir da discussão sobre a totalidade da formação socioespacial brasileira, será discutido no capítulo a seguir a importância de Minas Gerais e da mineração como uma fração deste território nacional, uma vez que tal capitania e atividade

econômica teve um papel decisivo para a formação territorial brasileira, o desenvolvimento econômico, a modernização e a criação de uma rede baseada em fixos e fluxos.

5 A CAPITANIA DE MINAS GERAIS COMO UMA FRAÇÃO DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA

A capitania de Minas Gerais iniciou o processo de estruturação territorial e povoamento a partir do encontro do ouro em 1693. A descoberta das minas de ouro possibilitou o início da instalação de meios técnicos na capitania.

Embora a exploração do ouro tenha ocorrido durante um período curto, transformou a organização do território de Minas Gerais e a articulação com as regiões vizinhas, ou seja, as demais capitanias do Brasil colonial, bem como marcou o momento de modernização. Nos séculos XVIII e XIX ocorreu a inserção internacional do Brasil colonial e de Minas Gerais no capitalismo comercial (FREDERICO, 2009; MATOS, 2019).

De acordo com Moraes (2008; 2011), a descoberta do ouro no século XVIII é um importante fator para compreender a formação do território brasileiro, uma vez que as minas estavam no *hinterland* e, dessa maneira, houve o direcionamento do fluxo do colonizador para as áreas distantes do litoral.

Ao abordar a questão territorial do *hinterland*, Carrara (2007) discutiu o conceito de *sertões* ao abordar a mineração em Minas Gerais. Segundo o autor citado, o sertão não se tratava de uma localidade isolada, uma vez que estava próxima aos epicentros litorâneos irradiadores das inovações técnicas estrangeiras. Dessa maneira, o tempo estabelecido nos pontos de mineração não se limitavam às permanências e longas durações.

A intensificação da extração do ouro e o encontro de diamantes promoveu uma série de consequências para o território recém formado. Os conflitos territoriais foram as primeiras consequências do encontro das jazidas, pois os representantes das capitanias da Bahia, São Paulo e Goiás passaram a reivindicar as terras auríferas.

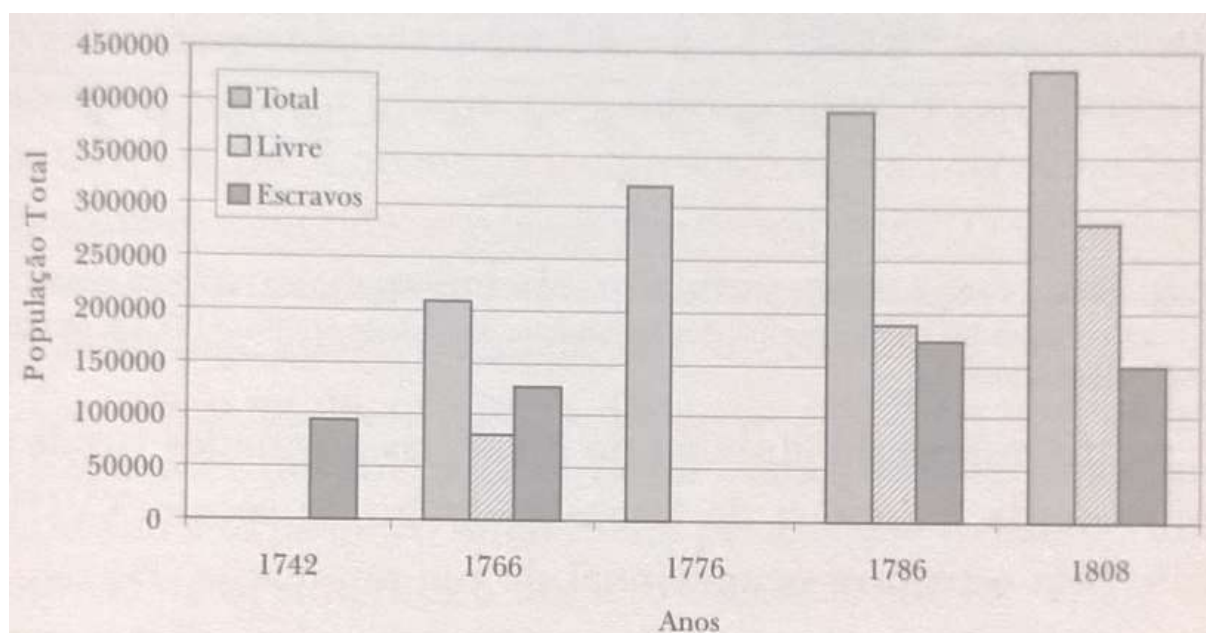
Um desses conflitos foi a Guerra dos Emboabas (1708-1709) que, segundo Matos (2011), teve grande relevância na construção dos territórios de Minas Gerais. A Guerra dos Emboabas foi resultado dos conflitos de paulistas com imigrantes nordestinos e portugueses. Tal guerra foi vencida pelos nordestinos e pelos portugueses, com o apoio da Coroa. A consequência dessa guerra foi o controle político sobre a região, a divisão da Capitania e o controle sobre caminhos e povoações.

Nas décadas seguintes, a despeito do aumento da presença da Igreja e de autoridades governamentais, os conflitos não cessaram e abrangiam tanto os sertões do São Francisco quanto os próprios núcleos urbanos, onde riqueza e pobreza conviviam lado a lado e a lei se impunha a duras penas. Surgia, de fato, uma nova experiência civilizacional profundamente distinta da nordestina. A riqueza nova perdurou por muitas décadas e marcou definitivamente a extensão geográfica do Brasil rumo a oeste, além de ter definido povoados e caminhos que viriam dar o sustentáculo ao mercado interno de longa distância. Em poucas décadas emergiu uma urbanização de magnitude desconhecida até então na Colônia (MATOS, 2011, p.47).

Outros eventos ocorridos até a Guerra dos Emboabas contribuíram para este processo de construção e modificação do território, tais como a busca dos bandeirantes para assenhorear as lavras com um exército de índios escravizados e o povoamento da região. O povoamento foi marcado pelas mortes frente às precariedades, o crescimento de número de escravos, a urbanização frente à ocupação do território, o aumento de mercadorias e a formação de um mercado inter-regional. Antonil estimou que, em 1710, haviam 30 mil habitantes na capitania de Minas (MATOS, 2011).

A figura 5, a seguir, apresenta de forma gráfica o crescimento da população de Minas Gerais no final da primeira metade do século XVIII, na segunda metade do século XVIII e no início do século XIX. Neste gráfico, a população está dividida entre habitantes livres, escravos e o total.

Figura 5 - População da capitania de Minas Gerais, 1742 - 1808.



Fonte: CARRARA, 2007, p.37.

Por meio dos dados apresentados na figura 5 é possível observar o comportamento do crescimento populacional em Minas Gerais. Em 1742, o número de escravos chegou a quase 100.000, único dado apresentado no gráfico. Em 1766, a população total ultrapassou os 200.000 habitantes, somando-se escravos e livres. Dez anos depois, em 1776, a população total ultrapassou os 300.000 habitantes. Em 1786, mais uma vez dez anos após o último ano contabilizado, a população total chegou próxima dos 400.000 habitantes. Por fim, em 1808, a população de Minas Gerais se aproximou dos 450.000.

Stumpf (2017) apresentou percentuais de crescimento populacional na capitania de Minas Gerais e no Brasil entre 1776 e 1821. Neste período, a variação da população de Minas Gerais foi de 60,7%, apresentando uma variação anual de 1,1%. Já a população do Brasil variou 126,7%, com variação anual de 1,8%. Os dados anuais de crescimento estão apresentados na tabela 1, a seguir.

Tabela 1 - Crescimento populacional na capitania de Minas Gerais e no Brasil entre 1776 e 1821.

Anos	Crescimento anual da população de Minas Gerais (%)	Crescimento anual da população do Brasil (%)	População de Minas Gerais em relação à população brasileira (%)
1776	-	-	22,4
1786	2,1	1,9	22,8
1805	0,2	1,5	17,7
1808	2,0	1,7	17,9
1821	1,3	2,2	15,9

Fonte: STUMPF, 2017.

A análise dos dados permite afirmar que o crescimento da população de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII apresentou taxas mais elevadas que o crescimento da população do Brasil no mesmo período. Para esta constatação, apresenta-se a hipótese de que este crescimento populacional esteve diretamente ligado à atividade econômica, ou seja, a mineração. A mineração, representada pela técnica simples e pelos altos lucros, atraiu a população que se fixou e permaneceu em Minas Gerais.

Ainda é possível constatar a alta representatividade da população de Minas Gerais no montante populacional brasileiro. Observa-se a queda do percentual da população de Minas Gerais em relação ao Brasil no início do século XIX.

Zemella (1990) discorreu sobre o decréscimo populacional no final do século XVIII. Segundo a autora, este fenômeno esteve diretamente relacionado com a produtividade das jazidas. Em 1789, foi constatado a diminuição dos rendimentos do ouro, assim, parte da população migrou para outras regiões coloniais.

Como vimos, a descoberta do ouro desencadeou um significativo número de eventos na capitania de Minas Gerais, que representa uma fração do território brasileiro. No subtópico a seguir, será abordado como se deu a constituição territorial da capitania de Minas Gerais e os principais eventos políticos e econômicos no período colonial.

5.1 O PAPEL DA COROA, A CRIAÇÃO DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS E DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS

A criação e constituição territorial de Minas Gerais foi marcada, como descrito anteriormente, por conflitos e impedimentos naturais, o que esteve diretamente relacionado com a mineração.

O abastecimento de produtos e mercadorias se colocava como um impedimento, frente ao rápido povoamento de uma região até então pouco habitada pelos colonos. Segundo Matos (2019), frente a tais conflitos e dificuldades nos pontos de mineração, os habitantes passaram a solicitar ordenamento, divisão de trabalho e enfrentamento da questão do abastecimento, por meio da organização do provimento de alimentos em forma regular de mercado de gêneros.

Assim, frente aos intensos acontecimentos no final do século XVII e início do século XVIII, a Coroa portuguesa assumiu o controle da ocupação de Minas Gerais em 1709, uma vez que este território era administrado juntamente com Rio de Janeiro e São Paulo.

Segundo Carneiro (2013, p.138),

O rápido crescimento da população, a riqueza estratégica da área, as possibilidades de acumulação, o senso de liberdade, a ausência de justiça e de ordem “pública”, a criação de poderes paralelos, os conflitos entre paulistas e forasteiros e dos colonos com a Coroa motivaram a metrópole a implantar o Estado nas minas.

A criação da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, em 1709, configurou o governo do sertão, a desvinculação do Rio de Janeiro e o marco do início da interiorização do poder metropolitano na zona do ouro (CARNEIRO, 2013; CASTRO,

2013).

O espaço representado pela unidade de Minas do Ouro e São Paulo, construído ao longo do tempo, foi drasticamente modificado no momento da separação administrativa destas capitanias, marco do início da periodização proposta para o presente estudo, o ano de 1720.

Segundo Carneiro (2013, p.166),

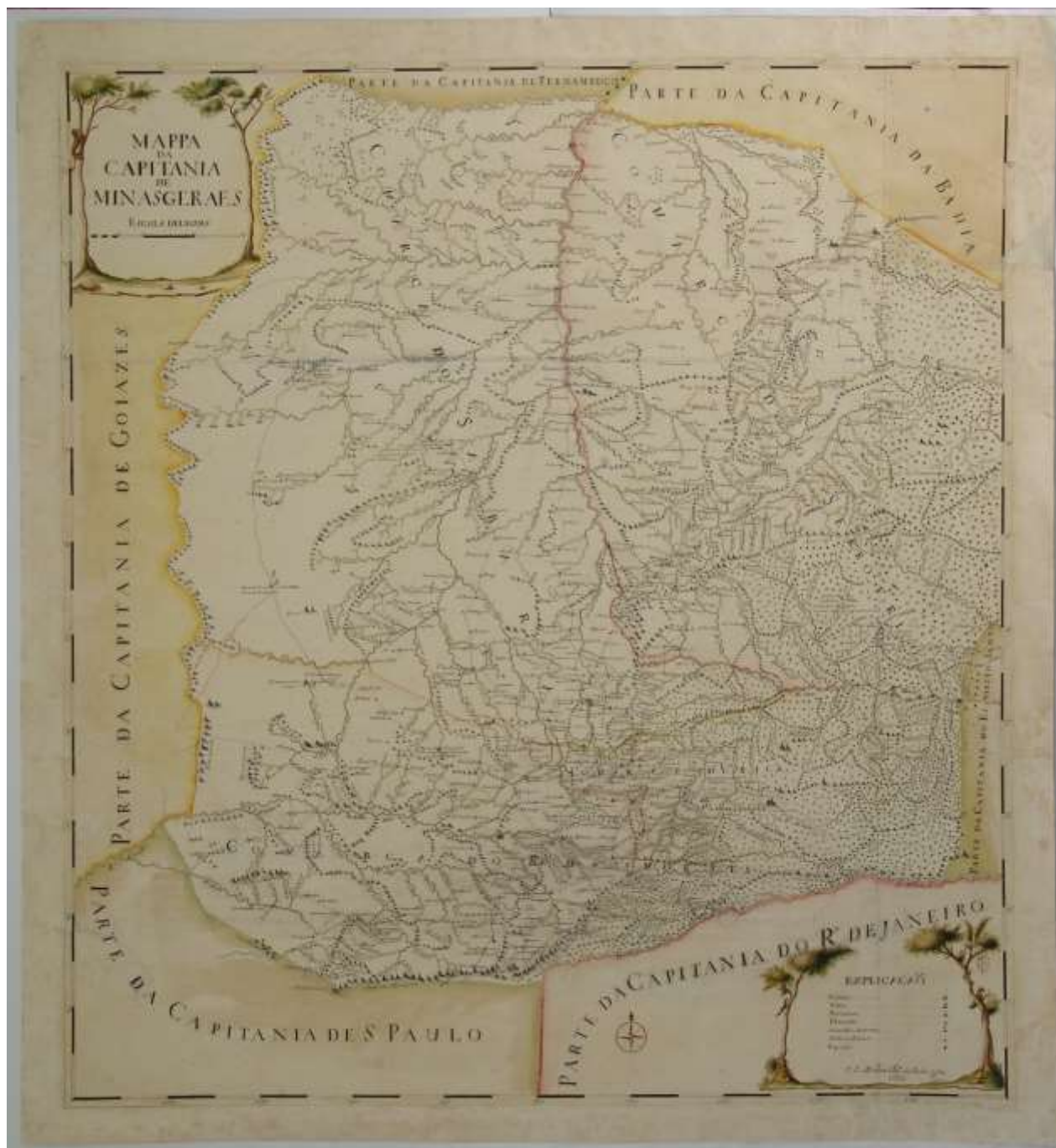
Os principais acontecimentos que impulsionaram a Coroa a dividir a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro foram os conflitos de jurisdição entre os governos da Bahia e das Minas pela disputa de localidades situadas no alto vale do São Francisco e os diversos movimentos (motins e rebeliões) de contestação à territorialidade implantada pela metrópole [...].

Posteriormente a tal separação, as fronteiras da capitania de Minas Gerais sofreram alterações de pequena magnitude. Em 1711, foram criadas as vilas de Mariana, Ouro Preto e Sabará. Em 1714 foram criadas as comarcas de Vila Rica, Rio das Velhas e Rio das Mortes ouro (CARNEIRO, 2013; CASTRO, 2013). Posteriormente, a organização do interior da capitania pouco se modificou, uma vez que não foram criadas novas vilas entre os anos de 1729 e 1789 (CASTRO, 2013).

Mesmo assim, frente ao crescimento e intensificação das atividades desenvolvidas em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, a capitania foi foco da representação cartográfica. A figura 6, a seguir, apresenta a capitania de Minas Gerais em 1793. Neste mapa, é possível constatar aspectos diversos do interior da capitania, bem como as demarcações das fronteiras com a capitania da Bahia, Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo.

Além da demarcação das fronteiras, o mapa apresenta também as comarcas da capitania de Minas Gerais, bem como as cidades, as vilas, as paróquias, as fazendas, as aldeias de povos originários e as capelas por meio de símbolos, estando estes indicados na própria legenda do mapa.

Figura 6 - Mappa da capitania de Minas Geraes, 1793.



Fonte: Biblioteca Pública Municipal do Porto. Sala de manuscritos e reservados. ROCHA, José Joaquim da. 1793.

Entre os aspectos internos da capitania de Minas Gerais, é possível encontrar ocupações, paróquias, capelas, fazendas e guardas militares, como também constatado por Porto (2014). O mapa possibilita também a verificação da presença de rios e afluentes.

A formação territorial de Minas Gerais foi caracterizada pelo movimento

desigual e, sendo entendida como uma fração da formação socioespacial brasileira, tal processo se assemelha ao desenvolvimento do próprio Brasil. Segundo Frederico (2009, p.2), tal semelhança é observada por meio da “[...] predominância da organização do território na forma de arquipélago até meados do século XX, com pequena integração interna entre suas subregiões e fortes interações interestaduais”. Sendo assim, a formação de pequenos núcleos urbanos espalhados.

Sobre as condições sociais, Matos (2019) destaca Minas Gerais como uma área de pobreza, estagnação e descontinuidade no quadro colonial que, graças à riqueza em recursos minerais, foi povoada.

A intensa migração para Minas Gerais foi uma consequência da mineração e influenciou na formação territorial. Embora incerta, a mineração se tratava de uma atividade econômica muito lucrativa. A alta especialização também foi um marco da atividade econômica, uma vez que estruturou a divisão territorial do trabalho nacional (FREDERICO, 2009).

De acordo com Moraes (2008; 2011), a produção aurífera foi um atrativo para o rápido processo de povoamento e formação de assentamentos com caráter urbano. A urbanização e a mineração demandavam abastecimento, o que resultou na produção regional e especializada em todas as partes da colônia.

Com a instalação de uma rede de cidades ligada à mineração e ao transporte do minério, houve a necessidade da implantação de uma nova divisão administrativa para controle metropolitano da produção e circulação do ouro. Assim, a importância de Minas Gerais contribuiu para a transferência da capital colonial, sede do governo geral, de Salvador para o Rio de Janeiro, o que configurou uma nova geografia econômica para o Brasil e uma nova lógica político-territorial (MATOS, 2011; MORAES, 2008; 2011).

A região de Minas Gerais setecentista e oitocentista se caracterizou, dessa maneira, pela grande circulação de pessoas e mercadorias. No mercado regional era utilizado o ouro em pó como moeda e desenvolvia-se a diversidade econômica (MATOS, 2019).

O ouro em pó foi utilizado até a criação de casas de fundição em São Paulo, Taubaté, Rio de Janeiro e na região mineradora, em Sabará, São João del-Rei, Vila Rica e Vila do Príncipe. Nestas casas de fundição, eram confeccionadas as barras de ouro, onde eram descontados os impostos (ZEMELLA, 1990).

Ainda sobre aspectos econômicos da capitania de Minas Gerais, é importante ressaltar que não se desenvolveu uma indústria manufatureira na região, dada a falta de técnica dos imigrantes e os tratados internacionais com a Inglaterra (FREDERICO, 2009).

Frente ao desincentivo à instalação de manufaturas, Minas Gerais dependia do abastecimento de importados. Contudo, a crescente população forçou a expansão da agropecuária e da produção de artefatos que eram utilizados na mineração. Assim, houve uma autonomia da região mineradora e a dependência de gêneros de consumo externo deixou de existir.

Com o grande enriquecimento da região, iniciou-se a importação de artigos de luxo direcionada para as cidades mais prósperas do ouro. O comércio de artigos de luxo passou a ser uma atividade tão lucrativa quanto a própria mineração, uma vez que os moradores da capitania buscavam o padrão de vida europeu.

Louças, especiarias, móveis e tecidos finos vinham das Índias. Da Europa, chegavam espelhos, tapeçarias, livros, instrumentos musicais, azeites, vinhos e jóias. Mulas e cavalos substituíam o escravo como principal meio de transporte de cargas e passageiros (MATOS, 2011, p.47).

Segundo Matos (2011), o setor de serviços também era dinâmico, não haviam terras desocupadas nos centros urbanos, assim os melhores terrenos eram disputados no peso do ouro e surgiu a figura do corretor imobiliário.

Após quase 70 anos de exploração mineral e formação de centenas de povoados, o ouro superficial se esgotou. Assim, vários povoados foram abandonados, houve a desistência do garimpo, a emigração e a dedicação à agricultura e agropecuária. Contudo, a crise na mineração não impediu o crescimento populacional. A segunda metade do século XVIII foi marcada pela diversificação da economia mineira, mesmo com a proibição da produção de manufaturas na região pela rainha Maria I (MATOS, 2011; 2019).

Nem a atividade mineradora desapareceu, nem a população evadiu-se às pressas, nem os principais núcleos urbanos se tornaram cidades-fantasma, embora o declínio da atividade garimpeira e das próprias minas seja evidente na segunda metade do século XVIII. Áreas dos sertões do Oeste e Leste (vales dos rios Paraopeba, Grande, Doce e Jequitinhonha) foram sendo povoadas tanto por garimpeiros, escravos e homens livres de Vila Rica, São João Del Rei, Sabará e Itabira, quanto por novos contingentes de imigrantes procedentes da Bahia e Pernambuco (MATOS, 2011, p.47).

Segundo Matos (2011), a marcha para o oeste começou na primeira metade do século XVIII com o encontro de ouro na região de Paracatu, Mato Grosso e

Goiás. Em seguida, houve a ocupação nas proximidades de São Francisco.

No decorrer do século XVIII, a colônia se estabelece como unidade graças ao “século do ouro”. Neste momento, diferentes regiões do território colonial se dirigem para o abastecimento das áreas mineradoras. Intensificou-se o fluxo entre as capitalistas e estabeleceu um mercado interno no espaço brasileiro (MORAES, 2011).

No fim do século XVIII, a Coroa reconheceu o declínio do ouro e iniciou a busca por novas lavras. Foi cogitada a mecanização da mineração e houve o incentivo de viajantes europeus para o Brasil para reconhecimento da região. Neste mesmo momento, observou-se a expansão territorial, o crescimento demográfico e diversificação da economia. Estes eventos foram descritos por viajantes que percorreram a Província no período estudado. (MATOS, 2011).

Um desses viajantes foi Auguste de Saint-Hilaire. Saint-Hilaire foi um naturalista francês, ligado ao meio científico de Paris, que entre 1816 e 1822 esteve no Brasil com o objetivo de conhecer o território. Ao longo deste período, o viajante coletou minerais, sementes e animais que foram enviados para o Museu de História Natural de Paris, importante centro científico da época (LEAL, 2019).

Além da coleção, Saint-Hilaire também produziu narrativas de viagem. Nas narrativas de viagem, o naturalista registrou o que era observado, vivenciado e constatado. Pontua-se que Saint-Hilaire viajou amplamente o território de Minas Gerais e, em diversas localidades, ele descreveu o território em decadência e até mesmo povoados que haviam sido abandonados (LEAL, 2019).

Contudo, mesmo com a decadência da mineração, a região não ingressou em estagnação e pobreza no fim do século XVIII. A mineração prosseguiu de maneira dispersa, mecanizada e setORIZADA. Além disso, houve a incrementação da fabricação de produtos alimentícios, tecidos, couro e ferro. A produção agropecuária se direcionou aos vales dos rios São Francisco, Jequitinhonha, Grande e Doce. O comércio de animais, gêneros e utensílios se fixaram nas cidades da porção meridional, no Centro e no Nordeste de Minas. A circulação comercial ocorreu apoiada nos caminhos, estradas e rios, articulando Minas, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro (MATOS, 2019).

Por fim, constata e reafirma-se a formação desigual do território de Minas Gerais, assim como o observado na formação socioespacial brasileira, com núcleos urbanos espalhados desigualmente. Para compreensão de tal formação, compara-

se novamente as características de um arquipélago, ou seja, um conjunto de ilhas. A relação e a integração entre as frações existiam, porém não eram intensas.

No subtópico a seguir, serão abordados os núcleos urbanos da capitania de Minas Gerais, bem como o povoamento. Reafirma-se a influência da mineração para a ocorrência dos dois fenômenos citados: o povoamento e a urbanização.

5.2 POVOAMENTO E URBANIZAÇÃO NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS

O surgimento das primeiras povoações coloniais em Minas Gerais ocorreu com o encontro e a exploração de jazidas de ouro na região em 1693. A ambição pelo enriquecimento frente a facilidade da mineração resultou no surto migratório para o sertão da colônia, o que configurou um fluxo e o estabelecimento de novas dinâmicas espaciais. Segundo Matos (2019) a mineração transformou Minas Gerais na principal capitania do Brasil.

Para conter e controlar a intensidade do fluxo migratório que se estabelecia, foi necessário que a Coroa portuguesa tomasse medidas, o que caracterizou uma forma de controle. Os empecilhos naturais também foram uma forma de controle da migração, uma vez que os trajetos eram ásperos e faltava alimentos na região (CARNEIRO, 2013; CASTRO, 2013).

O crescimento populacional observado no decorrer do tempo demandou a organização da estrutura administrativa da capitania e, dessa maneira, foram criadas comarcas, vilas paróquias, freguesias e registros (CARNEIRO, 2013; CASTRO, 2013).

Segundo Carneiro (2013), os primeiros núcleos urbanos que se formaram em Minas Gerais foram resultados de uma convergência entre os imigrantes e as principais rotas de comércio.

A área das minas abarcava um conjunto interrupto de espaços caracterizados pela ocorrência de recursos minerais (ouro e diamantes) e pelo rápido adensamento demográfico em acampamentos de aventureiros, fatores responsáveis pela formação de importantes arraiais (CARNEIRO, 2013, p.309).

Assim, tem-se a representação de um espaço produzido pelo critério econômico e marcado por descontinuidades, como resultado da atividade mineradora e da espacialidade dispensa das minas.

Os núcleos urbanos de Mariana, Ouro Preto, Sabará e Caeté se localizavam na zona central, lócus das primeiras descobertas do metal, com

a paisagem assinalada pelos morros escarpados da serra do Espinhaço, atributo que se estendia ao arraial do Tijuco, povoado que surgiu após o encontro de diamantes. Os distritos de Pitangui e Paracatu estavam situados nos currais, apesar da importância expressiva da mineração, e os arraiais da Vila do Príncipe e de Minas Novas, com economia semelhante, na borda dos matos. Dada a grande distância da área das minas centrais, os povoados de Paracatu e Minas Novas não passavam de enclaves urbanos (CARNEIRO, 2013, p.309).

Segundo Matos (2019), as cidades mineiras apresentavam centralidade e densidade. Os primeiros núcleos de ocupação foram fundamentais para o início da rede urbana, em que se destacou uma paisagem moderna. A localização dos primeiros assentamentos demonstrou a estratégia de controle do território, uma vez que estavam entre caminhos por terra e água, como baías, lagoas e cabos. Muitos assentamentos já caracterizavam pequenas cidades, porém com autonomia variável.

A tabela 2, a seguir, demonstra a criação de vilas e termos na capitania de Minas Gerais no século XVIII.

Tabela 2 - Fundação de Vilas e Termos em Minas Gerais no século XVIII.

Anos	Vilas e termos
1711	Vila do Ribeirão do Carmo Vila Real de Sabará Vila Rica
1713 – 1715	Vila da Rainha Vila de N. S ^a da Piedade de Pitangui Vila de São João del Rei Vila do Príncipe
1718 – 1730	Vila de Minas Novas Vila de São José del Rei
1789 – 1798	Vila de Barbacena Vila da Campanha da Princesa da Beira Vila de Paracatu do Príncipe Vila de S. Bento do Tamanduá Vila de Queluz

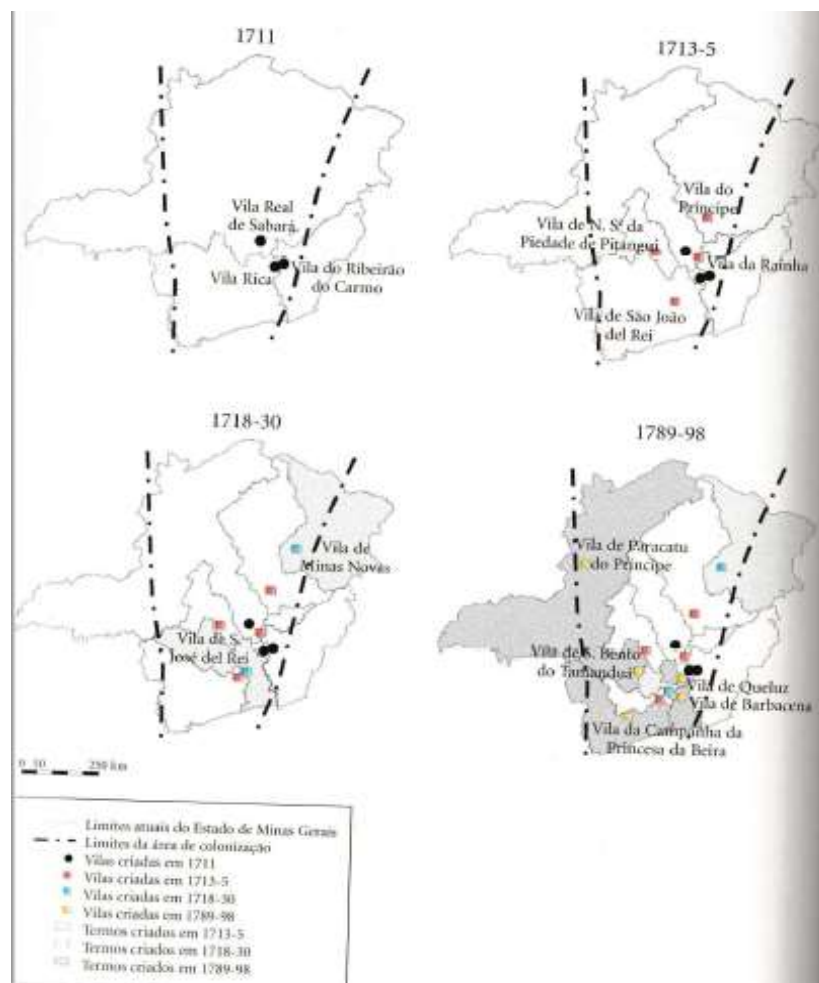
Fonte: FURTADO, 2002. Organização da autora.

Constata-se que na primeira metade do século XVIII, nove vilas foram criadas

em Minas Gerais. Em 1745, a Vila do Ribeirão do Carmo foi elevada à Cidade de Mariana. E, na segunda metade do século XVIII, cinco vilas foram criadas na capitania já citada. Dessa maneira, é possível constatar o rápido crescimento inicial de Minas Gerais, em configuração de protourbanismo. E este crescimento esteve diretamente relacionado com o encontro das jazidas de ouro. A interpretação do final do século XVIII de Minas Gerais não aponta para a decadência, mas sim para uma diminuição do ritmo observado nos anos anteriores.

As vilas e termos descritos na tabela 2 foram representados na figura 7, a seguir. Observa-se o traçado dos limites do território da Capitania de Minas Gerais, o que a distingue do formato atual. Constata-se o povoamento no sentido leste e sul da capitania.

Figura 7 - Colonização do território mineiro: criação de vilas e termos (séc. XVIII).



Fonte: FURTADO, 2002, p.128.

De maneira ainda mais detalhada, Costa; Scarlato (2010) organizaram e

tabelaram as vilas criadas na região de mineração no século XVIII, a partir do recorrido por Azevedo (1956).

Tabela 3 - Vilas criadas na zona do ouro e diamantes ao longo do Setecentos.

Data de fundação	Ordem	Denominação
1711	1ª	Vila Real de Nossa Sra. Do Carmo (Mariana)
1711	2ª	Vila Real de Sabará (Sabará)
1711	3ª	Vila Rica (Ouro Preto)
1712	4ª	Vila de São João Del Rei (S. J. Del Rei)
1714	5ª	Vila do Príncipe (Serro)
1714	6ª	Vila Nova da Rainha do Caeté do Mato Dentro (Caeté)
1715	7ª	Vila Nova do Infante (Pitangui)
1718	8ª	Vila de São José Del Rei (Tiradentes)
1730	9ª	Vila de N. Sra do Bom Sucesso das Minas do Fanado (Minas Novas)
1789	10ª	Vila de Itapeçerica (Itapeçerica)
1790	11ª	Vila Real de Queluz (Conselheiro Lafaiete)
1791	12ª	Vila de Barbacena (Barbacena)
1798	13ª	Vila Princesa da Beira (Campanha)
1798	14ª	Vila Paracatu do Príncipe (Paracatu)

Fonte: COSTA; SCARLATO, 2010, p.14.

Ao comparar a tabela 2 com a tabela 3, é possível observar que os anos e as vilas mencionadas são equivalentes. Assim, constata-se a concordância entre os autores estudados quanto à criação de vilas na zona de mineração no século XVIII.

Com relação à população e urbanização de Minas Gerais, próximo à primeira metade do século XVIII, o território se distinguia na colônia por apresentar a maior população e o maior número de assentamentos densos. Os assentamentos densos, como cidades e vilas, estavam próximos às lavras e córregos. Demanda-se então uma discussão sobre o protourbanismo neste período.

Ainda segundo Matos (2019, p.40), as cidades e vilas se tratavam de

Nucleações precárias com poucos prédios públicos e ralo ordenamento legal e jurídico, mas com circulação de pessoas e mercadorias, associadas às atividades extrativistas (mineral e vegetal), ao comércio periódico e à existência de proprietários rurais na hinterlândia circundante.

Frente a este espaço, é possível caracterizar uma sociedade proturbana, com

edificações de ranchos, povoados e arraiais associados à busca do ouro. Porém, por outro lado, Carneiro (2013) aborda tal questão a partir da concepção de que na primeira metade do século XVIII em Minas Gerais, o urbano precede o rural e impacta na estruturação do espaço agrário (CARNEIRO, 2013).

A consolidação da vida urbana resultou na importação de um ideário político e econômico de um novo tipo de Estado. Assim, os núcleos populacionais eram pontos de centralidade, uma vez que atraíam e difundiam pessoas, ideias e mercadorias (CARNEIRO, 2013; MATOS, 2019).

Em estruturas urbanas, as principais cidades eram constituídas de sobrados, palácios, igrejas, capelas, chafarizes e obras de arte, mas também de cadeias, câmaras, vendas, albergues, prostíbulos e casebres. Dentre estas cidades, pode-se destacar as atuais Ouro Preto, Mariana, Sabará, Serro, Diamantina, São João Del Rei, Tiradentes, Caeté e Pitangui (MATOS, 2011).

A capela era um lugar de destaque no núcleo urbano.

O reconhecimento do templo religioso ocorria com sua elevação ao título de capela curada. Isso significava a ascensão daquele sertão à condição de espaço reconhecido pela igreja, simbolizando a inclusão da área ao governo colonial, às minas (no caso de núcleo urbano minerador), garantindo a visita periódica de um pároco, chamado cura. A subsequente promoção, à condição de "Freguesia", permitia o acesso dos habitantes aos sacramentos do batismo e casamento, o amparo dos enfermos, os registros de nascimento, matrimônio e óbito, além de outras implicações religiosas e civis. A elite local, com o intuito de convencer os bispos acerca da necessidade de ereção da capela, procurou justificar sempre o isolamento geográfico à qual os moradores estavam submetidos, assim como as dificuldades e perigos enfrentados nas viagens até as paróquias mais próximas. O topônimo recebido pelo arraial poderia referenciar um nome do calendário cristão, atributo geográfico de destaque, acontecimento histórico, nome de uma propriedade ou do seu proprietário, entre outros aspectos (CARNEIRO, 2013, p. 311).

A transição de capelas precárias para construções estáveis foi resultado da fixação populacional nos arraiais. Outro marco da mudança da paisagem foi o avanço e a melhoria nos materiais e nos estilos das construções residenciais, o que configurou a primeira manifestação de modernidade na colônia (CARNEIRO, 2013).

Matos (2019) discorre sobre o clássico exemplo geográfico de modernização em Minas Gerais. Caracteriza-se uma rede urbana que articula cidades das áreas centrais da capitania, gerando uma fluidez nas relações comerciais e nos intercâmbios culturais. Tal rede urbana se diferencia e cria contraste com a vida rude nos sertões e nas plantations.

Com a finalidade de esclarecer os termos utilizados para descrever os

agrupamentos populacionais, pontua-se que o arraial era formado espontaneamente, pelo agrupamento de famílias ou residências. Os arraiais não abrigavam sede do governo local, o que os diferencia das vilas e das cidades (ABREU, 1997).

Os arraiais se organizavam então em torno das capelas e se estendiam pelos caminhos de acesso às áreas de mineração. Assim, o tecido urbano resultante era via de regra linear, compondo-se espontaneamente à medida que caminhava a mineração e se fortaleciam suas interligações. Dada a distribuição do ouro em várias grotas e córregos, senão distantes entre si pelo menos separadas por acidentes geográficos, diversas eram as nucleações que surgiam ao longo dos caminhos. O caminho principal, ou caminhos principais, logo ou tarde recebiam ordenações que os transformavam em espaços institucionalizados, garantindo localização privilegiada para o comércio e abastecimento e não mais tratados apenas como espaços de produção, mas já subordinados a controle de ocupação urbana voltados para a reprodução. A rua Direita, herança portuguesa tão encontrada nas cidades mineiras, reflete as tentativas de normatização e ordenação desse espaço urbano em formação (MONTE-MÓR, 2001, p.4).

As vilas e as cidades abrigavam sede do governo local, uma vez que eram formadas pela ação do Estado. A diferenciação entre as vilas e as cidades tinha caráter jurídico, e não hierárquico.

As vilas resultaram da decisão de donatários e governadores, que tinham poder para cria-las, ou de ordem real para que se elevasse à essa categoria algum arraial. A criação de cidades, entretanto, foi sempre um atributo exclusivo da Coroa (ABREU, 1997, p.276).

Matos (2011) fez uma discussão sobre as cidades no Brasil colonial. O autor caracterizou a cidade como um território demograficamente denso. Ao discorrer sobre os assentamentos brasileiros, pontuou que

Esses assentamentos ocupam pequenas superfícies territoriais e por milhares de anos agregavam expressiva quantidade de moradores fixos, mas estavam preparados para receber muito mais pessoas nos momentos festivos, nas atividades de compra e venda, nos cultos, ou na defesa contra ameaças externas (MATOS, 2011, p.41).

No início do século XIX, viajantes naturalistas que visitavam o Brasil registraram a paisagem em decadência. Auguste de Saint-Hilaire viajou amplamente o centro-sul do Brasil colonial entre 1816 e 1822.

Segundo Leal (2019), quando esteve em Minas Gerais, Saint-Hilaire descreveu a espacialidade isolada de vilarejos e habitações; a construção de casas de madeira, cipó, estipes e folhas; e o abandono de casas. Estes elementos seriam os responsáveis pelo ar de decadência da paisagem.

Ao relacionar a impressão de decadência da capitania de Minas Gerais com a exploração aurífera, Saint-Hilaire comparou as cidades mineiras com as francesas e

as alemãs, enaltecendo a edificação das cidades de Minas Gerais. Porém, ressaltando o abandono destas, uma vez que se configurou um território extenso, com populações escassas e má distribuídas (LEAL, 2019).

Por outro lado, Matos (2019, p.37) discorreu que

Se no início do Oitocentos, aos viajantes estrangeiros causava uma impressão de decadência a visita a vilas e povoados que foram prósperos meio século antes, no cômputo geral a economia mineira durante o século XIX foi relativamente dinâmica.

A dinâmica economia mineira é explicada pela diversificação das atividades econômicas que foram desenvolvidas na região para atender justamente as demandas criadas pela instalação da mineração.

Dessa maneira, o arranjo espacial do território de Minas Gerais inicialmente foi influenciado pela mineração. Porém seu desenvolvimento se manteve frente ao surgimento de novas atividades produtivas. Se os fixos iniciais do território eram os pontos de mineração, no início do século XIX é possível citar as cidades com estruturas urbanas, os centros comerciais, as áreas de cultivo de alimentos e assim por diante. Para compreensão dos fluxos criados pelos fixos citados, o estudo sobre os caminhos e as estradas é fundamental, principalmente para a constituição da formação socioespacial brasileira.

6 OS CAMINHOS NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS E A INTEGRAÇÃO COM A COLÔNIA

Como discutido anteriormente, por meio do arranjo espacial é possível caracterizar fixos e fluxos. O arranjo espacial demonstra as forças produtivas e a relação da sociedade e do espaço. Assim, o arranjo espacial é a estrutura da totalidade social, constituída a partir do processo de reprodução social (MOREIRA, 2011).

Ainda sobre o arranjo espacial, temos a possibilidade empírica de compreensão de uma estrutura de objetos espaciais, sendo estes compostos de forma, estrutura e aparência. Segundo Moreira (2011), o arranjo espacial tem papel descritivo e analítico, é uma categoria de análise que apresenta localização-distribuição dos objetos espaciais organizados.

O arranjo espacial, ao ser analisado a partir dos objetos espaciais organizados, contribui para a compreensão da formação socioespacial brasileira. Os caminhos e as estradas que ligavam a capitania de Minas Gerais para as demais capitanias têm forma, estrutura e aparência, caracterizando objetos espaciais. Tais objetos espaciais podem ainda ser compreendidos como fixos que possibilitam a ocorrência dos fluxos. Assim, o fluxo minerador pela colônia foi possível graças a criação e a manutenção de caminhos e de estradas.

A análise da criação e manutenção de caminhos ao longo do período da mineração demanda a compreensão e a vinculação à dinâmica implantada pela colonização, em seu caráter político, econômico e social.

Toda colonização implica na expansão territorial sobre um determinado espaço por certo grupo que procura organizá-lo, ordená-lo. Na relação tecida entre sociedade e espaço destacam-se a política de conquista de “novas” terras, agregadas ao domínio territorial do Estado metropolitano, a apropriação do espaço e dos recursos naturais nele existentes, a submissão de populações nativas e a difusão do modelo cultural da sociedade dominante (CARNEIRO, 2013, p.169 e 170).

A colonização do Brasil implicou na criação e implantação de estruturas territoriais, sendo de maneira espontânea ou intencional. A análise de estruturas territoriais, como caminhos, registros, vilas e aldeamentos indígenas auxilia na compreensão da implantação de uma nova configuração socioespacial, do controle da população e da normatização da conquista, como discorreu Carneiro (2013).

Os caminhos foram criados a partir de diferentes interesses políticos,

econômicos e sociais relacionadas ao tempo e ao espaço. Segundo Straforini (2007), entender os caminhos antigos requer a contextualização destes em lógicas que são próprias e específicas de um espaço em um determinado tempo. Assim cada caminho apresenta uma lógica própria e deve ser analisado e aprendido de maneira individual.

Os caminhos antigos podiam abranger diversos meios de circulação, como o meio terrestre, fluvial e marítimo. Frente a essa diversidade, os caminhos eram limitados devido às condições da natureza, sendo estas as asperezas dos terrenos e a abundância dos cursos d'água. Segundo Monte-Mór (2001, p.2),

No interior da região montanhosa, [...] diferentemente das áreas de planalto e planície da região costeira onde a ocupação se deu através dos amplos vales, os caminhos por terra seguiam pelos divisores de águas das grandes bacias, evitando vales e rios encaixados de difícil transposição.

Assim, os caminhos eram construídos a partir dos condicionantes geográficos básicos: direcionamento pelas gargantas de serras e acompanhamento de rios (CARNEIRO, 2013; STRAFORINI, 2007).

Nesta constatação, é possível compreender o papel da natureza na constituição das estruturas geográficas no período do meio natural. A natureza, materializada nas serras e rios, condicionou e orientou a abertura de caminhos.

Os caminhos podem ser divididos em eixos, como primário, secundário, terciário, etc. Segundo Straforini (2007), “[...] analisado em rede, ou isoladamente, cada eixo também apresentava um conteúdo político, econômico e técnico próprio”. A integração dos eixos formava uma rede circulatória, que era dinâmica e se alternava conforme a escala e o grau de importância. É importante ressaltar que os eixos dos caminhos antigos variam conforme o ponto de análise.

Entre as características dos caminhos antigos estão as divisões sociais do trabalho, as divisões territoriais do trabalho e as socioespacialidades diferenciadas. Ou seja, os caminhos antigos não eram vias utilizadas para todos os propósitos e por todos os habitantes, mas sim destinados a um objetivo econômico, político ou social. Essa diferenciação foi constatada, por exemplo, nos caminhos que estavam unidos à atividade mineradora.

A mineração foi a atividade econômica que influenciou na integração dos caminhos, orientando um eixo principal. “[...] As atividades econômicas localizadas fora da *área core* de mineração estão unidas a ela, formando uma rede produtiva e de circulação.” (STRAFORINI, 2007, p.120).

De acordo com Monte-Mór (2001), no início da mineração, os caminhos que levavam à região mineradora ocorriam pelo Sul, a partir de Paraty até o Caminho dos Bandeirantes; e pelo Norte, atravessando a Bahia até o rio São Francisco. Após alguns anos, surgiu o Caminho Novo. Este caminho originou uma série de variações, sendo estas variações caminhos ou descaminhos que buscam fugir do controle da Coroa.

Essas diversas tentativas de penetração no interior da mata Atlântica para além da serra do Mar e dos rios do planalto de Piratininga deixaram os caminhos marcados por arraiais dispersos ao longo dos vales, dos rios, dos passos das serras e outros pontos discretos articulando os muitos fluxos (MONTE-MÓR, 2001, p.2).

Matos (2019) discorre que em meados dos setecentos ocorreu a diversificação da economia mineira, ou seja, além da exploração do ouro e diamantes, se desenvolveu a produção de gêneros agrícolas, panos, têxteis e fabricação de utensílios de ferro. Mesmo com as posteriores restrições da Coroa portuguesa, criou-se um comércio articulado com o resto da colônia por meio de caminhos oficiais e clandestinos.

Assim, a dinâmica de trocas e de deslocamento foi responsável pela afirmação de itinerários e definição de estradas e caminhos, contribuindo para a formação socioespacial brasileira. No subtópico a seguir, serão apresentados os principais caminhos que ligavam a capitania de Minas Gerais com outras capitanias brasileiras.

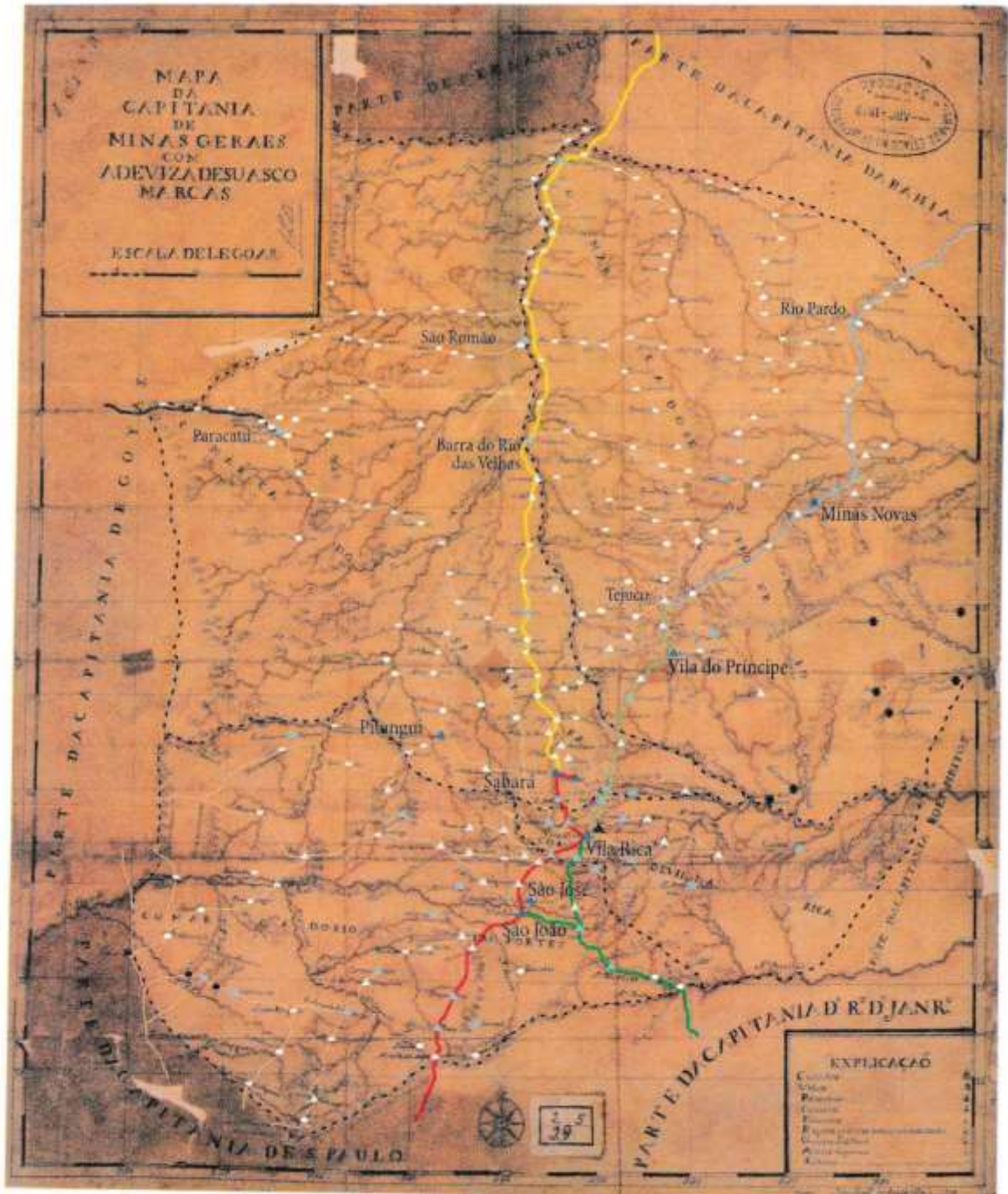
6.1 PRINCIPAIS CAMINHOS QUE INTEGRARAM A CAPITANIA DE MINAS GERAIS À FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA

De acordo com Straforini (2007), para a ocupação do território minerador, três caminhos tiveram fundamental importância, sendo eles: o Caminho Geral do Sertão, o Caminho da Bahia e o Caminho Velho. Carneiro (2013), por outro lado, discorre que a estrada da Bahia e a estrada de São Paulo foram os dois principais caminhos no início da mineração. O Caminho da Bahia foi também chamado de estrada da Bahia e o Caminho Velho foi também chamado de estrada de São Paulo.

A figura 8, a seguir, é um mapa da capitania de Minas Gerais em que é possível verificar a demarcação dos principais caminhos oficiais que passavam pela área de mineração. Destaca-se que o trajeto em vermelho representa o Caminho

Velho. O trajeto em verde representa o Caminho Novo. O trajeto em amarelo representa o Caminho da Bahia.

Figura 8 - Os principais caminhos na capitania de Minas Gerais, em 1778.



Fonte: MORAES, 2007, p.71.

O mapa, representado pela figura 8, é de autoria de José Joaquim da Rocha em 1778, com intervenções. Neste mapa contém uma série de elementos, contudo a presença dele neste capítulo tem como objetivo a visualização e análise da rede de

caminhos, com destaque para os principais caminhos no início da mineração, como mencionado anteriormente.

O Caminho Geral do Sertão se destacou entre uma série de caminhos que partiam de São Paulo, foram responsáveis pela expansão e introduziram as primeiras passagens para as condições e origens da mineração em seu início, direcionado para as povoações mineradoras do Sul. Assim, tal caminho incluía trajetos paulistas e fluminense (CARNEIRO, 2013; STRAFORINI, 2007).

Carneiro (2013, p.174) discorreu que

A via paulista era uma das mais antigas do período colonial, trilhada pelos bandeirantes desde quando esses povos se deslocavam para os vales dos rios Doce e São Francisco com o intuito de prear índios. Do distrito de São Paulo existiam duas possibilidades para se alcançar os arredores do rio das Mortes: pelo vale do rio Paraíba ou por Atibaia. Essas duas rotas se encontravam nas imediações do morro de Caxambu, pouco depois de ambas transporem o rio Verde.

De acordo com Straforini (2007, p.124),

Dentre esses primeiros caminhos, destacou-se aquele que, de alguma forma, derivou do roteiro aberto pela empresa bandeirante de Fernão Dias Paes (1674-1681) e demais bandeiras de descobrimento das duas últimas décadas dos Seiscentos, dentre elas a de Garcia Rodrigues que, partindo de São Paulo, rumavam para o vale do rio Paraíba e, na altura de Guaratinguetá, dobravam a oeste, cortando/atravessando a Mantiqueira rumo ao Sabarabuçu por várias gargantas que se abrem na Mantiqueira.

Este caminho descrito, conhecido como Caminho Geral do Sertão, era por onde o ouro extraído das Minas passava em direção à Vila de São Paulo para o Porto de Santos e, em seguida, para o Rio de Janeiro, com destino a Lisboa.

Ao analisar a origem deste caminho, Straforini (2007, p.126) discorreu que “se a bandeira de Fernão Dias Paes não descobriu as minas auríferas, ao menos cravou definitivamente o eixo central que viria se tornar o primeiro caminho real das Minas de Ouro do Brasil, por onde cruzariam todas as demais bandeiras”. Assim, o Caminho Geral do Sertão pode ser considerado um projeto de ocupação.

Carneiro (2013, p.175 e 176) discorre o itinerário que poderia ser percorrido por meio do Caminho Geral do Sertão e que demorava entre 60 e 75 dias.

O itinerário, após o entroncamento das duas rotas nos arredores da vila de Guaratinguetá, era o seguinte: do sopé da serra da Mantiqueira caminhava-se em direção à garganta do Embaú, passando depois pelas localidades de Passa Trinta, Pinheirinhos, Rio Verde, Pouso Alto, Boa Vista, Caxambu, Baependi, Pedro Paulo, Carrancas, Rio Grande, até o arraial do rio das Mortes (atual São João Del Rei).

O segundo caminho que se destacou pela relevância no início da mineração foi o Caminho da Bahia, também conhecido como Caminho de São Francisco. Esta

estrada foi considerada “melhor que as veredas do Rio de Janeiro e de São Paulo porque era mais aberta, fácil de percorrer e abundante em alimento” (PORTO, 2014, p.57).

O Caminho da Bahia foi responsável pelo primeiro fluxo relevante de escoamento aurífero, migratório e de abastecimento de mercadorias e mão-de-obra escrava foi estabelecido na região Nordeste para a região das minas (STRAFORINI, 2007).

De acordo com Carneiro (2013), as estradas da Bahia marcaram a ligação mercantil do Recôncavo Baiano com a mineração, sendo Sabará a porta de entrada da área mineradora pelo Norte.

O Caminho da Bahia também estava ligado à pecuária, atividade econômica que foi também responsável por direcionar a ocupação colonial para as cabeceiras do São Francisco, região que se tornou a de maior produtividade aurífera mundial e uniu portos e currais às minas. Segundo Straforini (2007, p.135),

O ouro produzido nas Gerais deveria seguir para São Paulo ou Rio de Janeiro para ser quintado nas casas de fundição de Taubaté; São Paulo ou Rio de Janeiro. Todavia, para desespero do Erário Real, nos primeiros anos da mineração era pela Bahia que a maior parte dele saía sem ser quintado. Era também por esse caminho que entravam levas de migrantes vindos das capitanias do litoral norte, de Portugal e demais “nações”, bem como era por ele que se realizava, efetivamente, o abastecimento. Da cidade da Bahia para o arraial de Sabará, o deslocamento ocorria, basicamente, a partir de dois trajetos. Ambos partiam do recôncavo em direção à paragem da Cachoeira, passando pelo vale do rio Paraguaçu até Tranqueira, nas proximidades do rio das Contas, onde a via se dividia. O primeiro percurso, numa distância de 237 léguas, atravessava as localidades de Brejo Grande, Morrinhos e Matias Cardoso até alcançar o São Francisco, percorrendo boa parte do trajeto pelas margens desse curso d’água e cruzando os currais do Figueira. Na barra do rio das Velhas, a estrada deixava aquele curso d’água e subia pela margem do afluente citado para alcançar o povoado de Sabará. O segundo caminho, numa distância de 186 léguas, demandava as nascentes do rio Verde Grande, passando pelo espigão divisor de águas das bacias do São Francisco a oeste e do Pardo e Jequitinhonha a leste, em direção ao sul e sudoeste, cortando o alto vale do rio Verde Grande e a localidade de Itacambira até sair no Campo da Garça (altura do rio Paraúna, proximidades da atual cidade de Curvelo), último curral do rio das Velhas, onde se encontrava com o primeiro caminho (CARNEIRO, 2013, p.178).

Outra característica do Caminho da Bahia era a facilidade de comunicação entre os sertões Cataguases e o litoral, dada a boa condição de relevo, a hidrografia e a vegetação, além de uma série de currais de criação bovina. “[...] Essas características seriam suficientes para lhe conferir a condição de caminho oficial para o escoamento do ouro e para a rota de abastecimento das minas” (STRAFORINI, 2007, p.135), uma vez que os primeiros anos de mineração

demandavam o abastecimento do Recôncavo.

Contudo, o Caminho da Bahia apresentava uma série de adversidades. Ao longo do caminho, podia haver doenças, animais selvagens, confrontos com nativos e escravos fugitivos. Este caminho também era utilizado para o desvio do Quinto Real, o que resultou na proibição da utilização pela Coroa para a circulação de pessoas, mercadorias e informações, com exceção da passagem do gado. Tal proibição não foi acompanhada de fiscalização, dessa maneira, o caminho continuou sendo utilizado (STRAFORINI, 2007).

No entanto, segundo Antonil (1997), Porto (2014) e Zemella (1951) o Caminho da Bahia oferecia a vantagem de atravessar áreas de grande extensão de povoamento, o que resultava no oferecimento de melhores comodidades aos condutores de bens e aos viajantes que se direcionavam para Minas Gerais.

O terceiro caminho que teve relevância no início da mineração foi denominado de Caminho Velho ou Caminho Velho de Paraty, segundo Straforini (2007) e de Perequê, do Mar ou de Parati por Carneiro (2013). O segundo autor citado destaca que tal caminho foi aberto a partir do Rio de Janeiro, uma vez que esta capitania era responsável pelos sertões no início da mineração.

A picada começava na baía de Guanabara, aproveitando-se da estrada do Taguaí até os arredores da localidade de Santa Cruz, onde a deixava para atingir a guarda de Sepetiba. Desse “porto” em diante, até alcançar a costa litorânea do arraial de Parati, a rota era percorrida por via fluvial, passando no estreito entre a vila de Angra dos Reis e a Ilha Grande. Para subir o íngreme paredão da serra do Mar, a estrada valia-se da antiga trilha dos índios Goianases, cruzando a localidade à época denominada Facão (atual cidade de Cunha, SP), no alto vale do rio Paraitinga. Do cume da elevação citada, o caminho descia rumo ao vale do rio Paraíba até a Encruzilhada, nas imediações entre Taubaté e Guaratinguetá, onde se juntava à estrada principal, ou seja, que partia de São Paulo pelo vale do Paraíba (CARNEIRO, 2013, p.175).

Straforini (2007) analisa tal caminho como uma apropriação das trilhas indígenas, tanto pelos paulistas como pelos habitantes da capitania do Rio de Janeiro. Povoamentos indígenas da atual região de Parati utilizavam uma trilha pela serra do Facão para ter contato com as tribos que habitavam a parte de cima da Serra do Mar. Esse caminho passou a ser utilizado pelos moradores do Rio de Janeiro para chegarem ao sertão, mantendo contato com a vila de São de Paulo e a Serra do Ouro. Os viajantes que utilizavam este caminho para a procura do ouro preferiram seguir por terra até Sepetiba e depois utilizar mar para chegar até Paraty.

Este caminho que partia do Rio de Janeiro compreendida via terrestre e via

marítima (STRAFORINI, 2007; CARNEIRO, 2013).

No caminho que partia do Rio de Janeiro para Minas existiam roças em lugares que demandavam uma pousada. “O movimento de passageiros nestes caminhos era intenso, o que criava um mercado para produtos agro-pastoris” (GUIMARÃES; REIS, 1987, p.91).

O Caminho Velho integrava capitânicas. Assim, não se caracterizou por ser “[...] um caminho exclusivo dos moradores do Rio de Janeiro, uma vez que ele se encontrava em Taubaté com o Caminho Geral do Sertão, que ligava a Vila de São Paulo às Minas dos Cataguases” (STRAFORINI, 2007, p.141).

Assim como os caminhos citados anteriormente, o Caminho Velho também apresentava adversidades. Straforini (2007) citou a aspereza e o longo tempo de percurso por este caminho, além da presença de piratas que ficavam atocaiados na Baía de Angra dos Reis para saquear o ouro que partia de Paraty ou de Santos para o Rio de Janeiro.

Após Santos e Salvador, Rio de Janeiro se tornou o principal porto de escoamento do ouro, o que resultou no desenvolvimento da Vila de Paraty como uma rota de circulação importante.

Ao discorrer sobre os caminhos no primeiro período aurífero, Straforini (2007) relacionou as questões territoriais e os interesses da Metrópole. Segundo tal autor, a metrópole não se preocupava com os arranjos espaciais, mas sim com a sonegação e os descaminhos do Quinto Real, ou seja, o pagamento de 20% da extração aurífera.

Assim, além de orientar a configuração territorial no início da mineração, os caminhos demonstraram o conflito de interesse entre a Metrópole e os primeiros descobridores e mineradores. A Metrópole via o imposto e os descobridores viam a fartura e facilidade de exploração aurífera.

Frente a esse conflito de interesses, os caminhos receberam significados diferentes. Para a Coroa, os caminhos era uma forma de controlar e normatizar a exploração aurífera. Já para os mineradores, os caminhos representavam a possibilidade de entrada e saída de alimentos e demais mercadores, bem como o desvio do Quinto Real. Dessa maneira, a Metrópole buscou oficializar caminhos para evitar descaminhos e sonegação (STRAFORINI, 2007).

De acordo com Carneiro (2013, p.173 e 174),

As estradas reais eram caminhos oficiais onde o poder metropolitano se fez

presente, ao longo ou no seu entorno, por meio de políticas de ordenamento. [...] A administração colonial procurou obrigar os viajantes a se deslocarem exclusivamente por essas vias, concedendo sesmarias para incentivar a formação de roças e pousos, fundamental para garantir o deslocamento de tropeiros e o abastecimento dos animais, e emitindo ordens para a conservação dos trajetos pelos roceiros. Os impostos arrecadados na capitania (em moeda, ouro em pó ou em barra e diamantes) eram enviados ao Rio de Janeiro exclusivamente pelas estradas reais sob forte escolta militar. Para garantir o controle sobre o trânsito, a metrópole determinou a implantação de registros ao longo das vias, postos destinados à fiscalização dos viajantes e à cobrança e conferência do imposto sobre as mercadorias circulantes e as riquezas extraídas na capitania.

Guimarães; Reis (1987) analisam as contradições de interesses nos caminhos a partir de quem os utiliza e de quem os explora, ou seja, os sesmeiros.

A mera existência física de caminhos não garante a circulação de pessoas. Era necessário que neles existissem locais capazes de fornecer aos viajantes um lugar onde fosse possível o abastecimento, o descanso e a troca de animais. Ademais estavam sujeitos, esses viajantes, a constantes ataques de quilombolas, índios e malfeitores. A ocupação destes caminhos garante por um lado, a subsistência dos viajantes, e por outro lado a segurança da circulação.

Como foi dito, no que se refere ao sesmeiro que ocupa as terras ao longo do caminho, a circulação que aí se processa oferece a ele uma possibilidade de renda através da prestação de serviços, bem como do escoamento da sua produção agro-pastoril (GUIMARÃES; REIS, 1987, p.91).

Pontua-se que quilombolas e indígenas não atacavam, mas se defendiam da ameaça que a presença e a passagem de europeus ofereciam para seus grupos. Entende-se este movimento como uma forma de resistência.

Por fim, destaca-se o entendimento de que a instalação e a abertura de novas estradas e caminhos foram orientadas por uma lógica territorial implantada a partir do direcionamento da formação socioespacial brasileira, a partir dos fixos e dos fluxos que justificavam a exploração econômica e política da colônia. No subtópico a seguir serão percorridos os caminhos não oficiais, chamados de descaminhos.

6.2 OS DESCAMINHOS E OUTRAS FUNÇÕES DAS ESTRADAS OU PICADAS

Além dos caminhos oficiais, existiam os caminhos não oficiais que ligavam as minas às diversas outras localidades da colônia. Nos caminhos não oficiais, ocorria o descaminho ou o contrabando do ouro, uma vez que neles não haviam fiscalização e, conseqüentemente, não era pago o imposto, o Quinto Real. Straforini (2007) denominou tais rotas de caminhos descaminhantes, sendo nestes caminhos por onde o ouro descaminhado passava, caracterizando um trajeto proibido ou

desconhecido.

Ainda de acordo com Straforini (2007), o ato de descaminhar era uma prática comum no Brasil colonial, sendo exceção o pagamento do imposto. Carneiro (2013) destacou a existência de corrupção entre os agentes responsáveis pelo fisco e confisco.

No maior núcleo urbano da América Portuguesa, ricos comerciantes, interessados nas possibilidades de aumento da fortuna em negócios com a população das minas como a venda de gado e, sobretudo, de escravos africanos e produtos europeus, engrossavam a fila do contrabando (CARNEIRO, 2013, p.203).

Perante esta questão, a Coroa atuou a partir do controle territorial, buscando impedir que o ouro deixasse as Minas sem ser quintado. O controle territorial seguiu a preocupação com a construção de rotas clandestinas, assim houve a proibição da abertura de picadas para evitar o transporte ilegal de ouro, diamantes e mercadores. Nas estradas reais ocorria fiscalização e revista.

Segundo Carneiro (2013, p.200)

A administração colonial, desde o princípio da exploração do ouro, esteve preocupada com o controle das estradas de acesso as minas, dotando-as de registros fiscais, pontos estratégicos para cobrança de impostos sobre a entrada de mercadorias e do quinto, e de guardas para fiscalização do trânsito de pessoas e fazendas.

Contudo, essa atuação não foi efetiva.

O problema dessa política de controle territorial rebatia no fato que os ribeirões auríferos não estavam localizados no espaço de ação da tradição portuguesa de ocupação, ou seja, no litoral. Logo, interiorizar a Metrópole em dimensões tão alargadas era uma tarefa que também se apresentava nova para o poder metropolitano. Se era impossível estender o poder e a normal para toda a conquista longitudinal do território, ao menos em alguns eixos ou faixas horizontais de leste-oeste, isso era possível, via um eixo de circulação ligando alguns portos do litoral aos centros e/ou núcleos interiorizados, desde que nesses eixos se fixassem seus equipamentos burocráticos de controle fiscal e de reprodução das estruturas clientelistas: os registros, as barreiras, os postos fiscais e as mercês em forma de sesmarias, títulos e favorecimentos (STRAFORINI, 2007, p.219).

Frente à difícil fiscalização e às estradas com condições geográficas favoráveis ao contrabando, o caminho paulista do sertão foi o único permitido a partir do início do século XVIII. O estabelecimento desta rota tinha como objetivo o controle sobre a ilegalidade. O caminho da Bahia, por exemplo, foi interdito com o intuito de combater o grande volume de ouro não quintado que passava por este trajeto. O exemplo do caminho da Bahia segue a questão levantada anteriormente sobre a falta de efetividade.

A existência de diversas rotas entre as minas e a Bahia, alternativas ao

caminho oficial, inviabilizava a manutenção da proibição do trânsito pela estrada dos currais. Muitas picadas e veredas foram abertas por causa da necessidade de abastecimento da zona do ouro com boiadas oriundas do vale do São Francisco (CARNEIRO, 2013, p.201).

Como exemplo das diversas rotas, é possível citar o Caminho Novo do Gado, o Caminho de João Gonçalves do Prado e a Estrada do Figueira (CARNEIRO, 2013). O “Caminho Novo do Gado” seguiu a partir do rio das Velhas, cruzava o São Francisco, passava por Paracatu e Goiás, chegando no Piauí. O “Caminho de João Gonçalves do Prado” caracterizou um atalho entre as minas e a cidade da Bahia por meio do vale do Jequitinhonha. A Estrada do Figueira também configurou uma ligação entre as fazendas de gado do sertão do rio Verde Grande ao distrito de Pitangui.

Assim,

A probabilidade de apreensão de mercadorias era remota já que qualquer medida para garantir a fiscalização do sertão do São Francisco esbarrava [...] em duas características geográficas da área: grande extensão territorial e presença de muitas saídas e entradas por terra e por água. Essa opinião foi externada pelo ministro Baltasar de Godói Moreira, quando ele destacou a impossibilidade de se vedar a estrada dos currais da Bahia em virtude da existência de muitos caminhos, abertos por várias partes, e da largura do sertão e campos gerais, tanto a jusante quanto a montante da barra do rio das Velhas (CARNEIRO, 2013, p.203).

Uma série de condições fazia do caminho da Bahia uma via de circulação vantajosa. Entre tais condições, é possível destacar a topografia plana, a infraestrutura de hospedagem e os recursos alimentares (CARNEIRO, 2013; PORTO, 2014; ZEMELLA, 1951).

Na modificação do meio natural, muitos caminhos eram abertos para a produção agropecuária, não se restringindo a circulação aos interesses relacionados a passagem ilegal do ouro. É possível refletir sobre a dinâmica da atividade mineradora e a abertura de caminhos.

[...] O próprio caráter itinerante da atividade mineradora, a impulsionar os avanços dos colonos em direção às áreas distantes do centro das minas para procura de novas jazidas de ouro, a expansão da fronteira agropecuária e a mercantilização crescente do espaço rural mineiro concorriam para os povos abrirem picadas e entrarem e saírem por lugares pouco devassados, muitos deles situados em zonas distantes, até mesmo próximas da fronteira com outras capitânicas. Aliás, vários mineiros e lavradores eram sertanistas, experientes no devassamento do sertão (CARNEIRO, 2013, p.207 e 208).

Os caminhos tiveram influência no direcionamento dado ao povoamento e ao desenvolvimento das vilas. Segundo Lemos *et al* (2006), as cidades foram originadas por meio das estradas. Esse processo ocorreu frente a transformação

das margens das estradas em vias urbanas. Na primeira metade dos setecentos, os caminhos estavam voltados para a reprodução e subordinados ao controle de ocupação. Tais características promove aos caminhos um tratamento que vai além de espaços urbanos de produção.

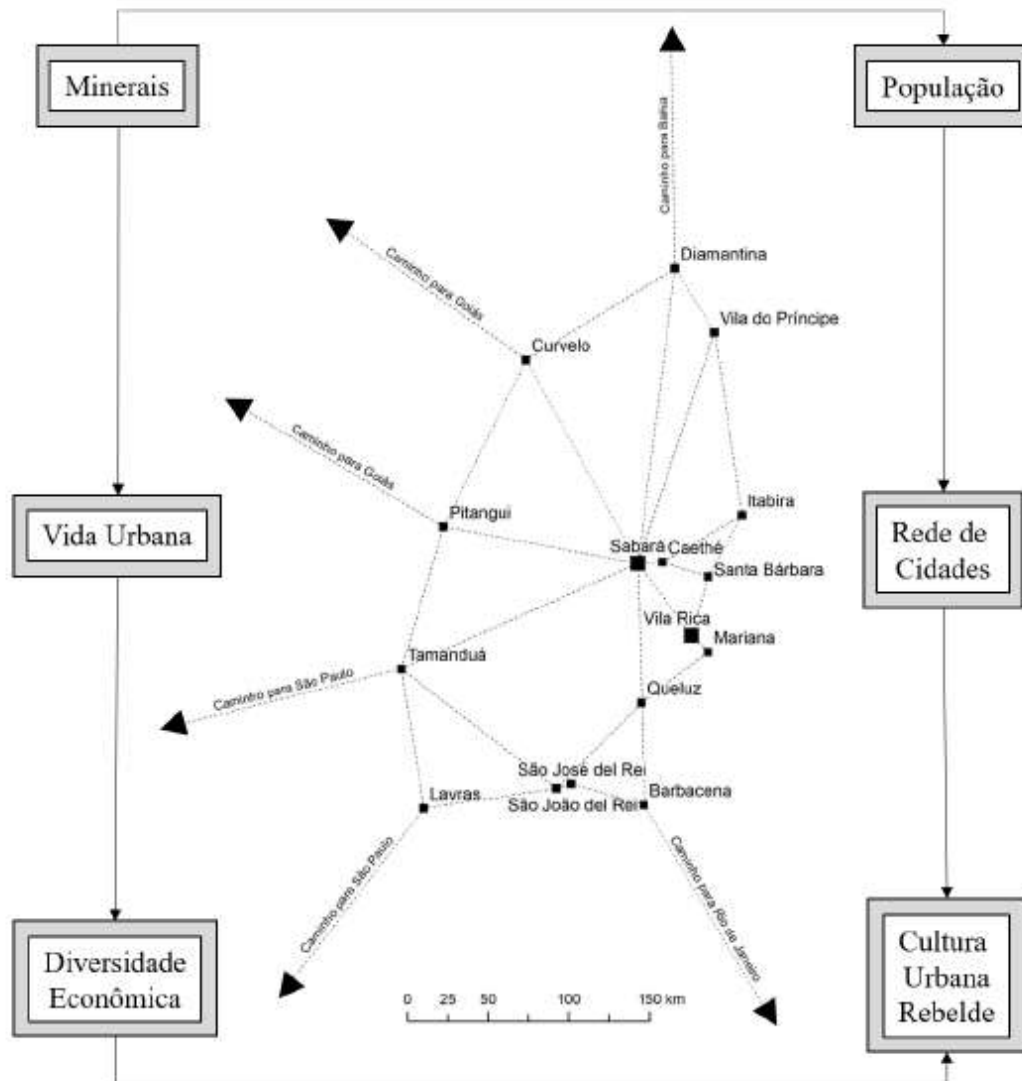
Ainda sobre a relação entre os caminhos, a criação de vilas e o povoamento, Villalta (1988) discorre que as povoações foram concebidas como locais de passagem e acompanharam o crescimento da extração aurífera. “[...] Comerciantes acorriam para elas, estabelecendo-se ao longo dos caminhos que ligavam as catas, em seus cruzamentos, ou nos pontos de parada de viandantes e nos postos de cobrança de impostos” (VILLALTA, 1988, p.5). Assim, compreende-se a complexidade da relação entre o povoamento e o estabelecimento de caminhos, sendo impossível desvincular um do outro.

Costa (2018, p.70) discorreu que “nos setecentos, as vilas e cidades mineiras organizavam-se espacialmente em torno de caminhos”. A mineração contribuiu para a formação de uma rede urbana dependente dos portos do Rio de Janeiro e Salvador (porta de entrada dos produtos importados que eram proibidos de serem produzidos no Brasil), além do caminho de São Paulo (por onde passavam tropas de boiadas e outros produtos).

A figura 9, a seguir, demonstra a rede de trocas que foi formada a partir da região central de Minas Gerais, representada por Sabará. Nesta figura, os fatores de modernização são apresentados. É possível compreender a relação entre minerais, vida urbana, diversidade econômica e cultura urbana rebelde; e também a relação entre minerais, população, rede de cidades e novamente cultura urbana rebelde.

Ainda sobre a figura 9, é feita uma articulação entre os principais núcleos urbanos e as principais linhas viárias do século XVIII. Nela, constatamos os caminhos para Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás.

Figura 9 - Região Central de Minas Gerais e fatores de modernização.



Fonte: COSTA, 2018, p.72.

Villalta (1988) ainda discorre que os caminhos que ligavam os arraiais, transformaram-se em ruas ao longo do tempo. Essa transformação orientou a formação de conglomerados maiores, bases sobre as quais se erigiram as vilas.

É possível fazer uma comparação entre a ocupação do caminho de São Paulo para as Minas e do Rio de Janeiro para as Minas. De acordo com Guimarães; Reis (1987), a ocupação do caminho de São Paulo ocorreu de maneira mais lenta, quando comparada com a ocupação do caminho do Rio de Janeiro. Essa diferença no tempo de ocupação pode ser justificada por conta do volume comercial e de passageiros.

Assim, tanto os caminhos como os descaminhos tiveram função além da

estruturação base para o estabelecimento dos fluxos coloniais. Tais estruturas físicas também orientaram a instalação de outros fixos, como o povoamento. Entende-se que as vias de circulação criadas para a exploração econômica do território foi a base da articulação entres as capitânicas, bem como a base para a edificação de importantes vilas e cidades de passagem.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de concluir a presente pesquisa, aponta-se que se espera ter contribuído para o desenvolvimento científico e da geografia brasileira. Entende-se que o estudo do território de Minas Gerais frente a formação socioespacial brasileira entre 1720 e 1822 traz contribuições teóricas e empíricas.

A pesquisa traz para a ciência contribuições com relação às teorias marxistas. O marxismo foi abarcado pela ciência geográfica há décadas e a continuação e ampliação dos estudos na área consolida ainda mais a linha de pensamento na história da geografia brasileira.

Outra contribuição ainda relacionada com a teoria marxista é a utilização da teoria das mediações “formação socioespacial”. Tal teoria descende dos estudos de Karl Marx e foi operacionalizada por geógrafos, dois deles abordados nesta pesquisa, Milton Santos e Ruy Moreira. Assim, a utilização da “formação socioespacial” divulga estudos recentes de geógrafos brasileiros e contribui para a constituição da agenda das pesquisas atuais. É importante destacar que este estudo é o primeiro da Geografia da Universidade Federal de Alfenas-MG a produzir um trabalho a partir da formação socioespacial.

A utilização da “formação socioespacial” é de extrema importância para a quebra de uma série de paradigmas da ciência geográfica. Para esta pesquisa, cita-se a articulação entre escalas. Por meio desta teoria das mediações, é possível estudar o local e o regional articulado com o nacional. Pontua-se que frente ao atual cenário de globalização que vivenciamos, tal teoria pode se ampliar para o internacional ou para o global.

Outra potencialidade da “formação socioespacial” para a ciência geográfica é a possibilidade da união do espaço com o tempo. A categoria marxista operacionalizada pelos geógrafos marxistas pauta pelo espaço historicamente construído. Dessa maneira, entende-se que o espaço pode ser estudado em recortes temporais e que o espaço presente é um resultado do movimento histórico que este passou.

A questão do tempo nos traz a uma nova contribuição deste estudo, a geografia histórica. Ao trabalharmos com a “formação socioespacial” e refletirmos sobre a união espaço e tempo, contribuimos para o desenvolvimento da área de pesquisa da geografia histórica, que muitas vezes é negligenciada por geógrafos.

Entendemos que a utilização da formação socioespacial dentro da geografia histórica é rara ainda, porém repleta de potencialidade para o caminhar do conhecimento.

As contribuições empíricas estão baseadas no estudo do território de Minas Gerais como uma fração da totalidade Brasil. Dessa maneira, o estudo é totalizante. Uma única pesquisa foi capaz de apresentar elementos nacionais e a relação destes com elementos locais.

Ao abordarmos o Brasil nesta pesquisa, foi possível compreender o arranjo espacial do território colonial. Este arranjo espacial estava baseado em fixos específicos em cada região, sendo que os fixos seguiam a lógica de exploração econômica do local. Assim, apontamos para uma divisão território do trabalho já no século XVIII.

Os fluxos do arranjo espacial brasileiro eram constituídos e influenciados justamente pela especialização das localidades, pela demanda da população que estava em fase de crescimento acelerado e pela demanda da coroa portuguesa que buscava o ouro. E nesta discussão observamos a influência dos agentes internacionais, que ao passo que pautavam pela exploração territorial para geração de riqueza, tinha o interesse de vender os produtos de seu mercado industrial em desenvolvimento. Assim, o governo metropolitano adotou medidas para se beneficiar da exploração, porém barrou o desenvolvimento rápido da colônia. A atuação contraditória dos agentes políticos pode ser exemplificada pelo controle de instalação de indústrias e pelo controle migratório.

Ao refletirmos sobre o Brasil colonial como uma totalidade formado por frações, constatamos a diferenciação regional dos meios técnicos. É possível constatar localidades brasileiras que ainda estavam no meio natural entre 1720 e 1822. Por outro lado, identificamos localidades em um momento de transição e consolidação do meio técnico, ou seja, um modo de produção em desenvolvimento e evolução.

Nos direcionando para o território de Minas Gerais, constatamos a importância desta capitania para o Brasil colonial e para a própria modernização interna do território. Ao relacionarmos a fração com a totalidade, vemos em Minas Gerais um território que foi responsável pela criação e consolidação de um fluxo entre localidades e capitanias. A mineração promoveu um desenvolvimento econômico acelerado, uma vez que intensificou a produção de riquezas, e

transformou o Brasil colonial.

Ao estudarmos o território de Minas Gerais, é possível constatar a modernização e a urbanização. Com a riqueza gerada pela mineração, a capitania cresceu de maneira rápida em diversos ramos da economia, uma vez que se criou demandas. A mineração incentivou o povoamento e o povoamento demandou alimentos e mercadorias diversificadas, sejam estas necessárias ou simplesmente demandas frente ao luxo possibilitado pela riqueza rápida do ouro e dos diamantes.

Mesmo com a decadência da mineração, entende-se que o desenvolvimento de Minas Gerais não parou, uma vez que já se observava na segunda metade do século XVIII a diversificação da economia.

Assim, é possível compreender a formação territorial de Minas Gerais frente a criação de aglomerações, como vilas e cidades, a criação de áreas de plantação, o estabelecimento de áreas comerciais e a criação de caminhos.

Por fim, conclui-se a importância dos eventos e dos agentes para as constituições territoriais e sociais históricas, influenciando as formas. Aponta-se também para o estabelecimento do modo de produção e o desenvolvimento das técnicas para a consolidação do mercantilismo e do capitalismo.

Os temas abordados nesta pesquisa não foram esgotados. Isso se deve às limitações de uma dissertação de mestrado, o tempo disponibilizado e a instabilidade de um momento pandêmico. Dessa maneira, indica-se a continuação deste estudo em uma tese de doutorado, podendo-se ampliar o período e se dedicar à compreensão mais aprofundada a participação de outras províncias na formação socioespacial brasileira.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **GEOUSP**, São Paulo, v. 1, n. 7, p. 13-25, 2000.

_____. A apropriação do território no Brasil colonial. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ANDRADE, Adriano Bittencourt; ANDRADE, José Jackson. Cartografia, dinâmica territorial e patrimônio material: análise a partir do oeste baiano no setecentos. **PatryTer**, v. 2, n. 3, 8 fev. 2019.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1997.

AZEVEDO, Aroldo. Vilas e Cidades do Brasil Colonial. Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva. São Paulo: **Boletim Paulista de Geografia**, n.33, 1956.

BASTOS, José Messias; CASARIL, Carlos Casemiro. A formação sócio-espacial como categoria de análise aos estudos sobre rede urbana: ampliando a discussão teórica. **Geosul**, v. 31, n. 62, p. 271-298, 2016.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Do Sertão ao território das Minas e das Gerais: entradas e bandeiras, política territorial e formação espacial no período colonial**. 2013. 407f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

_____. Origens e evolução da Geografia Histórica. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Três Lagoas**, p. 42-65, 2016.

_____. Questões teóricas e tendências da Geografia Histórica. **GEOgraphia**, v. 20, n. 42, p. 25-37, 2018.

CARRARA, Angelo Alves. **Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007.

CASTRO, José Flávio Moraes. Georreferenciamento e Cartometria dos mapas da capitania de minas gerais elaborados por José Joaquim da Rocha em 1778 e 1793. **Sociedade & Natureza**, v. 25, n. 3, p. 581-593, 2013.

COSTA, Alfredo. **Modernização e reestruturas territoriais em Minas Gerais**. 2018. 199f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

COSTA, Everaldo Batista da; SCARLATO, Francisco Capuano. Notas sobre a formação de uma rede urbana de um “tempo lento” no período da mineração no Brasil Colônia. **ACTA GEOGRÁFICA**, v. 3, n. 5, p. 07-21, 2010.

COSTA, Everaldo Batista da. **Totalidade urbana e totalidade-mundo. As cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global**. 2011. 444f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DUTRA, Elza. A narrativa como uma técnica de pesquisa fenomenológica. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 7, n. 2, p. 371-378, 2002.

ERTHAL, Rui. Geografia histórica-considerações. **GEOgraphia**, v. 5, n. 9, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FREDERICO, S. Formação territorial de Minas Gerais. *In*: Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, 2., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Departamento de Geografia da USP, 2009.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 25. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1995.

FURTADO, João Pinto. **Manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e caminhos de Minas (1700-1750). **Revista do Departamento de História**, v. 4, p. 85-99, 1987.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

IBGE. **Cidades e Estados**. Rio de Janeiro, 2021?. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg.html>. Acesso em: 16 dez 2021 A.

IBGE. **Mapas**. Rio de Janeiro: 2021?. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#homepage>. Acesso em: 16 dez 2021 B.

LEAL, Letícia. **As narrativas geográficas de viagem de Saint-Hilaire sobre Minas Gerais no início do século XIX**. 2019. 112f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Instituto de Ciências da Natureza, Universidade Federal de Alfenas-MG, Alfenas, 2019.

LEMOS, Celina Borges *et al.* O século XIX na paisagem cultural ouro-pretana: cotidiano, arquitetura e modernidade imperial. *In*: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 12., 2006, Belo Horizonte. **Anais...** Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

MACHADO, Mônica Sampaio; GOMES, Angela Nunes Damasceno. Exemplos brasileiros de geografia histórica: considerações sobre as obras de Maurício Abreu e Antonio Carlos Robert Moraes. **Geo UERJ**, v. 1, n. 24, p. 18-35, 2013.

MACHADO, Thiago Adriano. Da formação social em Marx à formação socioespacial em Milton Santos: uma categoria geográfica para interpretar o Brasil. **GEOgraphia**, v. 18, n. 38, p. 71-98, 2016.

MATOS, Ralfo. A discussão do antiurbanismo no Brasil colonial. **Revista Geografias**, p. 40-55, 2011.

_____. Colonialismo, expansão capitalista e paisagens modernas na formação territorial de Minas Gerais. In: MATOS, R.; COSTA, A. (Orgs). **Luzes e forjas: o lugar da modernização na formação socioespacial de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Quixote + Do Editoras Associadas, 2019.

MARX, Karl. HOBBSBAWM, Eric. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MONTE-MÓR, Roberto. **A fisionomia das cidades mineradoras**. Belo Horizonte. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. Bases da formação territorial do Brasil. Bases da formação territorial do Brasil. **Geografares**, [S. l.], n. 2, 2001.

_____. **Território e história no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2011.

MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de Resende; VILLALTA, Luiz Carlos (Org). **História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

_____. **A formação espacial brasileira: uma contribuição crítica à geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

PORTO, Gil Carlos Silveira. **Evolução da rede de localidades centrais na Bahia nos séculos XIX e XX: permanências, complexidades e amadurecimento**. 2014. 247f. Tese (Doutorado em Geografia) - Belo Horizonte, UFMG, 2014.

_____. Gênese e dimensões da rede de vilas e núcleos de ocupação na Bahia no setecentos. **GeoTextos**, v. 14, n. 2, dez 2018, p. 89-115. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/27443/17136>>. Acesso em 12 dez 2021.

RIBEIRO, Guilherme. Epistemologias braudelianas: espaço, tempo e sociedade na construção da Geo-história. **GEOgrafia**, ano 8, n. 15, 2006.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de geografia**, n. 54, p. 81-100, 1977.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo 1988.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SERENI, Emilio. De Marx a Lênin: a categoria de 'formação econômico-social'. **Revista de Geografia**, n. 02, p. 297-346, 2013.

SILVA, Marcelo Werner da. A Geografia e o estudo do passado. Conceitos, periodizações e articulações espaço-temporais. **Terra Brasilis (Nova Série)**. **Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, n. 1, 2012.

STRAFORINI, Rafael. **Tramas que brilham: sistema de circulação e a produção do território brasileiro no século XVIII**. 2007. 293f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

STUMPF, Roberta Giannubilo. Minas contada em números. A capitania de Minas Gerais e as fontes demográficas (1776-1821). **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 34, p. 529-548, 2017.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. **GeoTextos**, v. 5, n. 2, 2009.

VILLALTA, Luiz Carlos. O cenário urbano em Minas Gerais setecentista: outeiros do sagrado e do profano. **Termo de Mariana: história e documentação**. **Mariana: Imprensa Universitária da UFOP**, p. 1722-1804, 1988.

WHITACKER, Guilherme Magon. A operacionalização do conceito formação econômica-social: o nexos entre o marxismo e a geografia de Milton Santos. **Geografia em Atos (Online)**, v. 6, n. 13, p. 48-76, 2019.

ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII**. 1951. 275f. Tese (Doutorado em). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1951.

_____. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. Editora HUCITEC, São Paulo, 1990.